

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ENVELHECIMENTO ACTIVO

Trajectórias de Vida e Ocupações na Reforma

SOFIA MAIA SILVA

TESE DE MESTRADO ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR PEDRO HESPANHA
E CO-ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR IVER MOLLER

MESTRADO EM SOCIOLOGIA
Políticas Locais e Descentralização: As Áreas do Social

2009

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ENVELHECIMENTO ACTIVO
Trajectórias de Vida e Ocupações na Reforma

SOFIA MAIA SILVA

TESE DE MESTRADO ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR PEDRO HESPANHA
E CO-ORIENTADA PELO PROFESSOR DOUTOR IVER MOLLER

MESTRADO EM SOCIOLOGIA
Políticas Locais e Descentralização: As Áreas do Social

2009

AGRADECIMENTOS

Aproveito esta oportunidade para agradecer a todos os que me ajudaram a realizar esta dissertação de mestrado. Do ponto de vista dos apoios institucionais, na facilitação do contacto e na intermediação com os entrevistados, foram fundamentais as colaborações da Dra. Maria de Lurdes Rito, coordenadora do serviço social da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, do Dr. Manuel Solla, director da Universidade Sénior Intercultural para a Terceira Idade e do Pe. Rubens Marques, da Igreja do Marquês. Para o enriquecimento dos conteúdos desta tese contribuíram sobremaneira as sugestões do professor Doutor Pedro Hespanha, orientador da minha tese de mestrado e do professor Doutor Iver Moller, co-orientador. Agradeço, também, as imprescindíveis correcções e os conselhos do meu pai, as recomendações estruturantes da minha amiga e professora Cristina Parente e a excelente imagem gráfica que o meu amigo António deu a este trabalho. A motivação e a compreensão da minha família e amigos foram essenciais para a prossecução e concretização deste trabalho.

RESUMO

Esta tese de mestrado procura reflectir criticamente sobre a concepção actual de envelhecimento activo e a maneira como esta poderá manifestar-se na ocupação do tempo na reforma pelos indivíduos. O tema do envelhecimento activo tem ocupado um dos lugares cimeiros nas agendas mundiais, nomeadamente da Organização Mundial de Saúde, do Banco Mundial e da Comissão Europeia. Têm, também, vindo a ser proferidas diversas estratégias políticas e desenvolvidas medidas de intervenção social que procuram traduzir uma nova imagem da velhice e suscitar outras leituras e práticas sobre a realidade. O envelhecimento populacional e o aumento do peso socioeconómico (e político) dos mais velhos, à escala mundial, têm impulsionado fortes debates e resoluções sobre a sustentabilidade financeira dos Estados sociais e sobre a necessidade de garantir a coesão social. Enquanto se disputam estratégias, a população ocidental vive, actualmente, um novo tempo de reforma: mais longo, com mais ofertas de ocupação, com cada vez mais desafios para permanecerem activos, física e intelectualmente. Para melhor compreender as actuais vivências das pessoas na reforma é necessário conhecer as suas trajectórias, as oportunidades e constrangimentos que marcaram todo o seu percurso de vida. Assim, procurando aprofundar o tema em estudo, esta investigação apresenta alguns relatos biográficos de pessoas reformadas que vivem no centro da cidade do Porto.

ABSTRACT

This master's thesis aims to critically reflect on the current conception of active ageing and how it may manifest itself within an individual's time management during retirement. The theme of active ageing has been one of the foremost concerns of major global institution's agendas, namely the World Health Organization, the World Bank and in the European Commission. In a quest to convey a new image of ageing and to simulate different points of view a variety of political strategies have been implemented and various measures of social intervention have been taken. The ageing population and their increasing socio-economic (and political) weight, around the world, have promoted intense debates and resolutions about the financial sustainability of the Welfare States and on the need to ensure social cohesion. While strategies are being disputed, Western society currently lives in a new era in retirement: which is longer, with ever more attractive occupations and with increasing challenges to remain physically and intellectually active. To better understand the current retirement experience it is necessary to comprehend peoples paths, the opportunities and the constraints that marked their entire life's course. Therefore, in a search for a better understanding of the subject matter, this research presents some biographical statements of retired people who live in the city of Porto.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO | 1

CAPÍTULO TEÓRICO

Envelhecimento Sustentável | 4

1. Envelhecimento demográfico: uma história de sucesso ou uma crise? | 4
2. Orientação das políticas sociais para um envelhecimento activo | 9
3. Envelhecer numa sociedade vigorosa | 22
4. Relação (de solidariedade) entre as gerações e sustentabilidade | 28

Trajectórias de vida e organização do tempo na reforma | 38

1. As especificidades geracionais | 38
2. A história do percurso de uma geração | 40
3. Organização do tempo numa perspectiva de curso de vida | 45
4. Reinvenção do tempo social da reforma | 59

CAPÍTULO EMPÍRICO

Retratos de Envelhecimento | 66

1. Uma muleta ou um trampolim na velhice: a perspectiva institucional | 70
2. O regresso à militância religiosa: tempo recuperado | 76
3. Depois do trabalho, o banco do jardim: tempo parado | 81
4. A reforma como oportunidade para si: tempo recriado | 89
5. Quando a vida se faz sobretudo fora do emprego formal: tempo contínuo | 98

METODOLOGIA

Caminho metodológico | 106

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 113

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 118

ANEXOS

Guião de entrevista biográfica | i

Diário de uso do tempo | i

INTRODUÇÃO

O trabalho de mestrado que aqui apresento procura reflectir sobre a forma como envelhecemos actualmente e sobre o lugar que os mais velhos ocupam nas preocupações sociais e políticas dos nossos dias. O que dizem as trajectórias de vida dos sujeitos sobre as ocupações que adoptam na reforma? Que mudanças foram introduzidas no quotidiano das pessoas com a incorporação crescente de um novo paradigma de envelhecimento activo? Que transformações sociais operaram este novo entendimento semântico e ideológico sobre o envelhecimento? E o que é, afinal de contas, isto de envelhecer? Estas foram algumas das questões que me despertaram o interesse necessário para prosseguir numa investigação sociológica sobre o tema *Envelhecimento Activo: Trajectórias de Vida e Ocupações na Reforma*.

Este trabalho subdivide-se essencialmente em três partes: teórica, empírica e metodológica. A primeira parte respeita à apresentação e à reflexão sobre o estado da arte neste tema. Início esta consideração teórica problematizando a actualidade das preocupações com o *envelhecimento sustentável* e recorrendo, para isso, à leitura de alguns dos documentos estratégicos da Organização Mundial de Saúde, da Comissão Europeia e do Banco Mundial e dos estudos de autores como Alan Walker, Iver Moller, John Friedmann, Klaus Frey, Pedro Hespanha, Nuno Pestana, Richard Sennett e Rik Van Berkel. Efectivamente, o tema do envelhecimento tem vindo a gerar amplos debates académicos e políticos nos dias de hoje. As principais preocupações orientam-se, em primeiro lugar, para as consequências do envelhecimento populacional na viabilidade financeira dos Estados-Providência e, em segundo lugar, para a necessidade de revisão dos princípios de cidadania e de coesão social das sociedades cada vez mais envelhecidas. O modelo de jovialidade e de produtividade que norteou os padrões de desenvolvimento ocidentais dos últimos dois séculos parece incapaz de responder às necessidades criadas pelo crescente peso social e político dos mais velhos. Acompanhando este potencial de transformação, também a orientação das políticas sociais, nacionais e europeias, tem apostado nas medidas de activação e de capacitação em detrimento das políticas mais passivas e assistencialistas. Estes incitamentos sociais, demográficos e políticos têm suscitado a consolidação de um novo paradigma de envelhecimento activo: com carácter compulsivo, sentido de utilidade social e impulso para a independência. Assim, a nova ideologia proposta para o envelhecimento parece,

antes de tudo, procurar ajustar-se mais ao modelo de desenvolvimento vigente, centrado no crescimento económico, e menos na necessidade de promover a coesão social e contrariar os desequilíbrios económicos e sociais.

Algumas das mudanças estruturais que ocorreram nas últimas décadas fazem adivinhar transformações nas oportunidades e nas vivências do tempo de reforma. Recordo, por exemplo, o aumento da esperança média de vida, a alteração dos modelos familiares, a sobrevalorização do trabalho, a maior escolarização da população, os fortes apelos à activação (pelo trabalho, desporto e lazer) e o surgimento de mais e novas ofertas de consumo para a população mais velha. Simultaneamente, este impulso político e cultural para a activação deixa em aberto uma possível renovação conceptual da velhice. É, justamente, na segunda parte do capítulo teórico, dedicado às *trajectórias de vida e organização do tempo na reforma*, que procuro indagar sobre as oportunidades e os riscos que enfrenta a população reformada, nesta nova paisagem social de envelhecimento activo. Porque, em boa verdade, envelhecemos todos os dias e não apenas depois de entrarmos na reforma. Assim, neste mestrado, tornou-se fundamental adoptar uma perspectiva de curso de vida para melhor entender os constrangimentos e as opções dos sujeitos na vivência do seu tempo de reforma. Refiro-me, por exemplo, à filiação geracional, às memórias históricas, aos percursos ocupacionais, familiares, de lazer e de trabalho que caracterizam, conjuntamente com as oportunidades e os desafios do presente, os universos de representação e de identidade individual e social das pessoas. O reconhecimento desta dimensão temporal mostra-se fundamental para a análise das discontinuidades do ciclo de vida e dos seus marcos culturais, nomeadamente o da entrada na reforma. À luz de autores como Catarina Gomes, Claudine Attias-Donfut, Maurice Halbwachs, Myriam Leleu, Susana Viegas e Xavier Gaullier, é problematizado, neste capítulo, o sentido que este novo paradigma de activação confere às trajectórias biográficas individuais. O primado do envelhecimento activo, conotado com a ideologia contemporânea de hiperactividade e jovialidade desafia os mais velhos para a necessidade de reinvenção pessoal na reforma. Por um lado, invoca-se a criatividade na reconstrução de um novo projecto de identidade e de ocupação na reforma e, por outro, exprime-se uma visão incompleta do envelhecimento que tem por base a eminência da activação, da independência e da utilidade e que negligencia outros valores e condições para a vivência da reforma.

A segunda parte desta tese de mestrado apresenta a análise das narrativas biográficas recolhidas junto de dez pessoas reformadas do centro da cidade do Porto. Os *retratos de envelhecimento* interpretados neste capítulo evidenciam a relação entre as oportunidades e opções tomadas nos percursos individuais e as experiências singulares de vivência da reforma por cada um destes sujeitos. Para a explanação mais detalhada desta análise foram utilizadas cinco entrevistas. Com a primeira entrevista procuro evidenciar uma perspectiva institucional sobre a população no contexto em estudo. Este relato permitiu, antes de mais, aproximar as vivências singulares de cada história ao panorama social, cultural e político em que decorrem, nomeadamente através das respostas das instituições locais. A interpretação das narrativas seguintes permite, essencialmente, destacar quatro padrões de conexão entre as trajectórias de vida e as ocupações na reforma das pessoas entrevistadas. O tempo recuperado, o tempo parado, o tempo recriado e o tempo contínuo respondem a quatro universos de significado sociológico encontrados no contexto da amostra populacional deste estudo. A leitura destes retratos de envelhecimento, indagados entre as trajectórias de vida e as ocupações na reforma, procura, justamente, responder ao desafio com que me lancei nesta tese. Desta análise resultam, antes de mais, reflexões, interpelações e algumas pistas sobre o impacto que os percursos de vida individuais assumem nas ocupações desempenhadas na reforma, num contexto actual de incitações para cumprimento da ideologia de envelhecimento activo.

Por fim, na terceira dimensão estrutural deste trabalho são exploradas as escolhas epistemológicas que orientaram toda a pesquisa e apresentadas as técnicas de recolha da informação empírica. O *caminho metodológico* adoptado privilegiou uma abordagem qualitativa e intensiva da problemática em estudo. A partir de um ponto de vista interpretativo, optei pela observação aprofundada de algumas entrevistas biográficas, na tentativa de valorizar o significado destas experiências singulares numa leitura social mais alargada do tema das trajectórias de vida e ocupações na reforma. Este ponto de vista subjectivo que perfilho torna evidente que o trabalho de mestrado aqui apresentado responde a uma interpretação possível da realidade em estudo e que deixa por explorar outras dimensões e reflexões sobre a mesma temática.

1. Envelhecimento demográfico: uma história de sucesso ou uma crise?

A maneira como envelhecemos espelha as estratégias de desenvolvimento e de qualidade de vida de uma sociedade. O acesso à prestação de cuidados de saúde, de lazer, de apoio social, de providência económica, mas também as oportunidades de participação, o reconhecimento do valor do idoso, o poder de tomada de decisão, os espaços de socialização, são reveladores dos princípios de inclusão e de exclusão da nossa sociedade e dos modelos de desenvolvimento vigentes. O crescente envelhecimento da população, no contexto nacional, mas também Europeu e Mundial, e o conseqüente aumento do peso social, financeiro e político da população mais velha obrigam a repensar os modelos de sustentabilidade sociais, quer do ponto de vista da viabilidade financeira dos Estados Providência, quer da revisão dos princípios de coesão sociais.

As rápidas mudanças na configuração demográfica da população mundial, no sentido do seu crescente envelhecimento, têm levantado amplas discussões sobre se estamos perante uma crise ou uma oportunidade, no actual modelo de desenvolvimento social e económico (CCE, 2006; OMS, 2000a). Os desafios que se colocam actualmente são impulsionados pelo aumento da proporção de pessoas com mais de 55 anos em relação ao decréscimo verificado no número de nascimentos. Estas alterações devem-se, essencialmente: (i) às quebras na taxa de fertilidade, por força da introdução dos métodos contraceptivos, da crescente paridade na distribuição dos papéis de género, com impacto no acesso das mulheres ao ensino e ao mercado de trabalho e, também, pela alteração dos modelos familiares associados a uma crescente procura de qualidade de vida, provisão económica e acesso ao consumo (*Ibidem*); (ii) e ao aumento da longevidade, alcançado pelos avanços médicos e tecnológicos e pela melhoria das condições de higiene e de alimentação (*Ibidem*). Como se justifica que as conquistas feitas pelo tão desejado aumento da esperança média de vida se transformem numa preocupação?

O envelhecimento da população é evidente nos resultados apresentados pelos estudos demográficos actuais e nas projecções que se fazem a curto e a médio prazos. Na Europa dos 25, espera-se que, do ano 2005 ao ano 2050, o número de pessoas com idades compreendidas entre os 65 e os 79 anos aumente 44,5% e que a população com mais de 80 anos aumente 171,6% (CCE, 2006). O mesmo estudo indica uma evolução inversa da densidade populacional nas faixas etárias dos 15 aos 24 anos e dos 25 aos 39 anos, com valores negativos de -24,3% e -25% respectivamente (*Ibidem*). Ao nível da esperança média de vida à nascença, em Portugal, esta mudança traduz-se no aumento de 6,2 anos de vida para os homens e de 5,6 anos para as mulheres, conforme pode verificar-se nos gráficos seguintes.

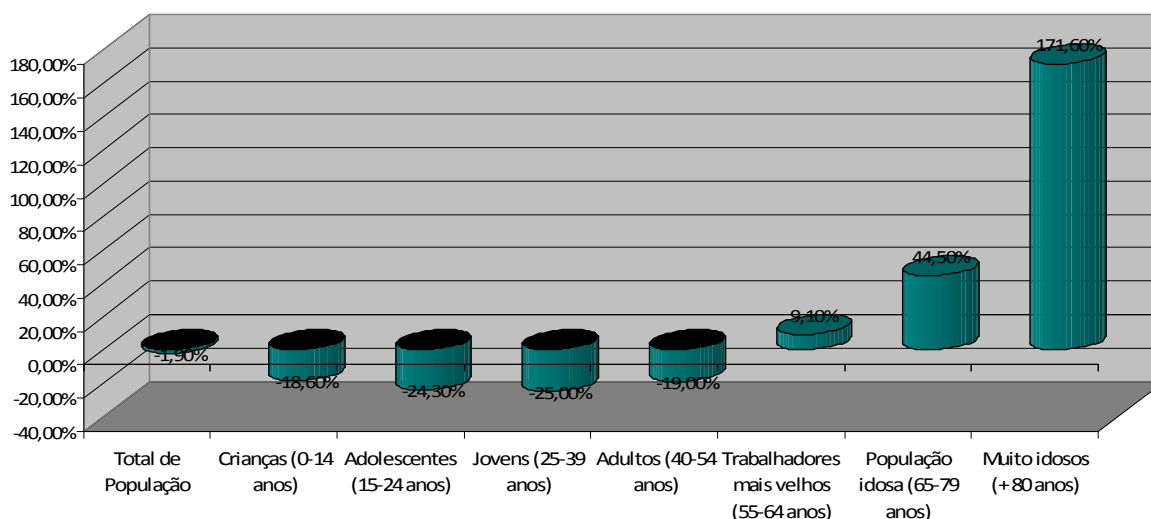


Gráfico 1. Projecções para a evolução da densidade populacional da União Europeia entre 2005 e 2050, por segmentos etários da população, considerando 25 países membros. Dados do EUROSTAT de 2004.

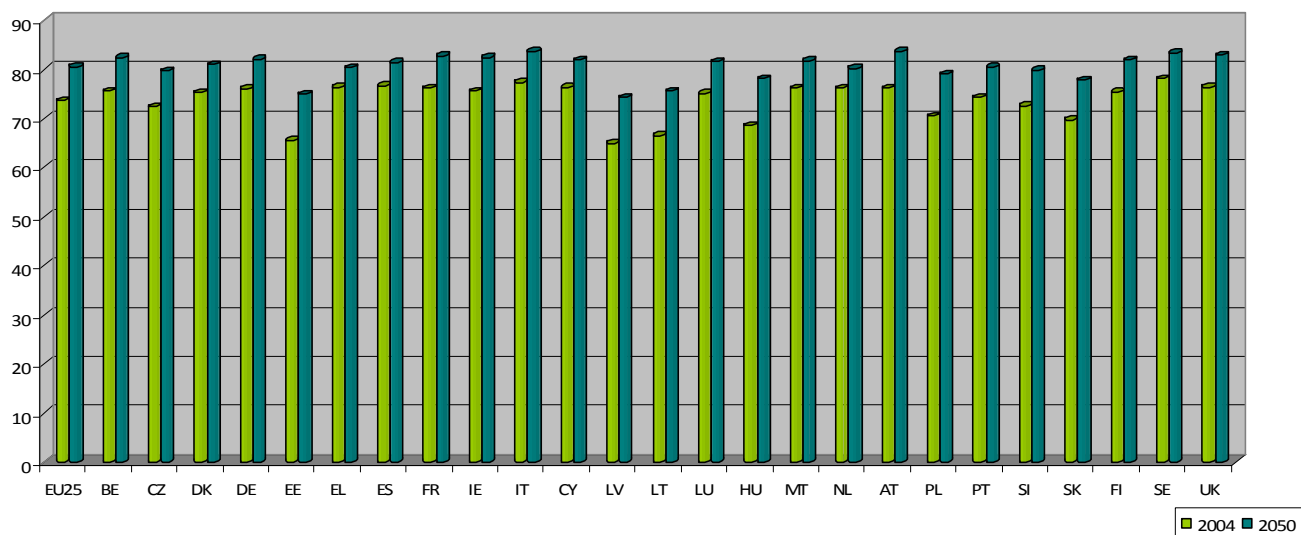


Gráfico 2. Projeções sobre a evolução da esperança média de vida dos homens, à nascença, entre 2004 e 2050, nos 25 países da União Europeia. Dados do EUROSTAT de 2004.

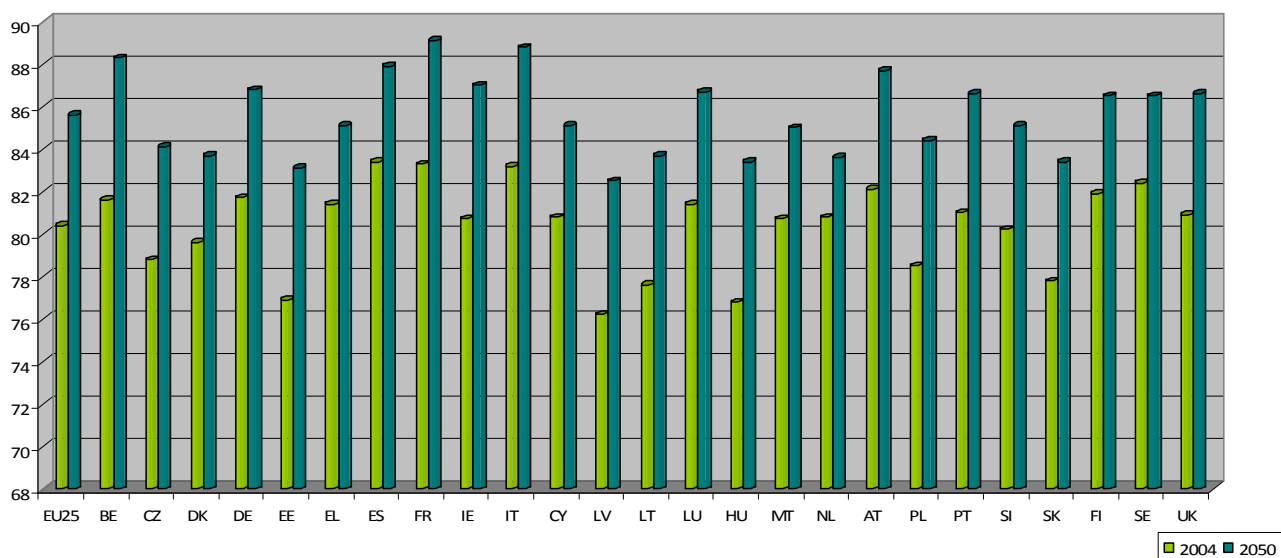


Gráfico 3. Projeções sobre a evolução da esperança média de vida das mulheres, à nascença, entre 2004 e 2050, nos 25 países da União Europeia. Dados do EUSROSTAT de 2004.

No entanto, o envelhecimento populacional não é uma condição exclusivamente europeia. Pelo contrário, enquanto que na Europa esta evolução começou a fazer-se desde o início do século passado, nos países em desenvolvimento, as alterações demográficas dão-se actualmente de forma mais acentuada e abrupta (OMS, 2000a; OMS, 2005; Banco Mundial, 1994: 1-2). Segundo os dados da Organização Mundial de Saúde, de 2002, cerca de 70% das pessoas com mais de 60 anos vivem em países em

desenvolvimento, o que equivale a 400 milhões de pessoas, prevendo-se que chegue aos 840 milhões em 2025 (OMS, 2005: 10-11). A proporção de população mundial com 65 ou mais anos aumentou de 5,3% para 6,9%, de 1960 a 2000 e projecta-se um aumento de 15,6% até 2050. Segundo o Serviço de Estudos sobre a População (2002: 188), o ritmo de crescimento da população idosa é 4 vezes superior ao da população jovem.

A população mais velha vive cada vez mais anos e com melhor qualidade de saúde. Retardam-se e curam-se cada vez mais doenças, alargam-se e melhoram-se os serviços de prestação de cuidados de saúde e sociais aos idosos. Fala-se, actualmente, dos *idosos muito idosos* ou uma *quarta idade*¹, para designar as pessoas com 80 ou mais anos que representam a parcela da população que regista o maior ritmo de crescimento europeu. Em Portugal, segundo os dados do INE e dos Inquéritos Nacionais de Saúde – INSA/INE (Alto Comissariado da Saúde, 2008) a população com 85 e mais anos quase duplicou entre 1991, representando 1% da população total, e 2007, com um peso de 1,7%. As projecções do INE prevêem que, em 2040, esta população atinja os 3,8% de residentes no país.

As preocupações que resultam destes números advêm do facto de ao envelhecimento populacional associarem-se custos financeiros nos domínios da saúde e das pensões de reforma. No que concerne ao campo da saúde, os actuais desafios resultam da transformação dos padrões de doenças, com o incremento do número de doenças crónicas (cancro, depressão, problemas cardíacos) e o maior risco de incapacidade permanente (HIV, problemas de visão e audição) (OMS, 2005). Apesar dos ganhos em tempo de vida, a proporção de anos que se pode esperar viver sem nenhum tipo de incapacidade de longa duração vai diminuindo com a idade. Em Portugal, segundo o Alto Comissariado da Saúde (2008), registou-se, entre 1999 e 2006, a prevalência da diabetes e da hipertensão. Com isto, crescem os custos com os medicamentos e com os cuidados de saúde em geral. No que concerne os custos associados às pensões de reforma, verifica-se uma relação directa entre estes e o aumento do número de pessoas com mais de 65 anos. As consequências do acréscimo destes custos passam pelo

¹ O conceito de *idosos muito idosos* é a denominação proposta pela Comissão das Comunidades Europeias (CCE), em 2005, no livro verde “Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas” e o conceito *quarta idade* remonta a 1992, também proposto pela CCE. Para mais informações, ver subcapítulo “Envelhecer numa sociedade vigorosa”.

aumento do índice de dependência². Segundo os dados do EUROSTAT, de 2004, a evolução deste índice em Portugal será de 24,9% em 2004 para 58,1% em 2050, acompanhando a média da União Europeia de 24,5% para 52,8%, respectivamente (CCE, 2006).

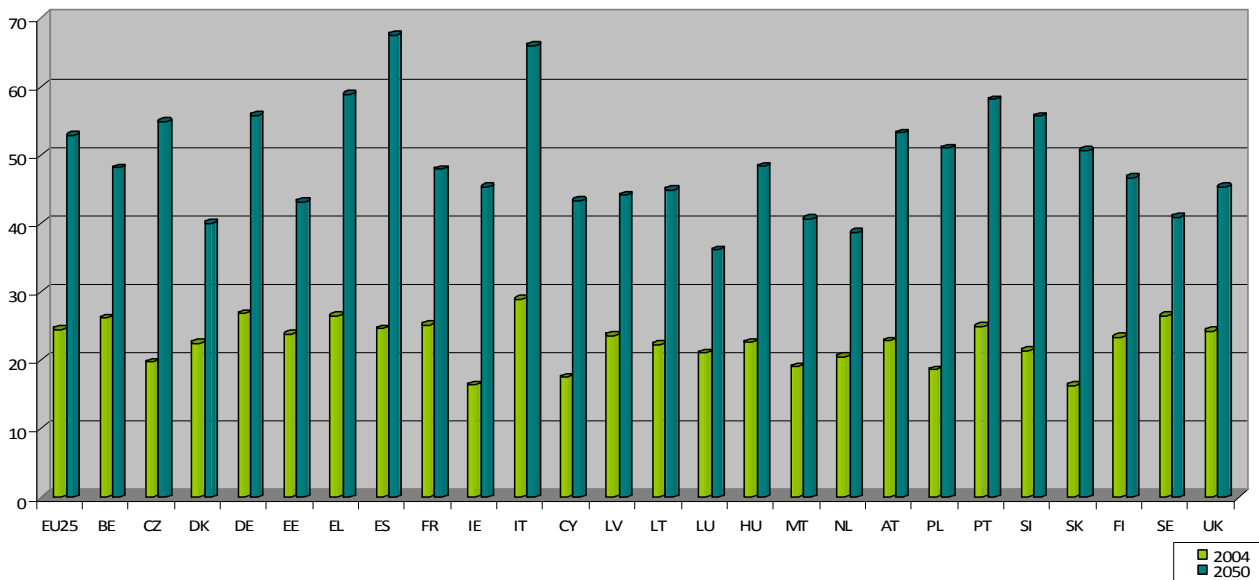


Gráfico 4. Projeções sobre a evolução do índice de dependência, em 25 países membros da União Europeia, entre os anos 2004 e 2050. Dados do EUROSTAT de 2004.

Estes valores apresentam algumas das principais preocupações com a sustentabilidade das finanças públicas, decorrentes do envelhecimento da população. Um estudo recente da Comissão Europeia, sobre os “custos decorrentes do envelhecimento da população” (2006), coloca Portugal na lista dos países cuja sustentabilidade das finanças públicas a longo prazo é de risco alto, a par do Chipre, Eslovénia, Grécia, Hungria e República Checa. As informações divulgadas ao público têm, na verdade, entoado de forma alarmista, falando-se em “bomba-relógio das pensões de reforma” ou na “bomba-relógio demográfica” (*Ibidem*), ou na “crise da era do envelhecimento” (Banco Mundial, 1994). Novos debates e decisões políticas têm surgido no decorrer destas preocupações. Será, no entanto, possível transformar-se o risco para a sustentabilidade social e financeira dos Estados numa real oportunidade para a revisão do modelo de desenvolvimento vigente?

² O índice de dependência indica-nos qual o rácio entre o número total de pessoas mais velhas que, geralmente, já se encontram fora do mercado de trabalho (com 65 e mais anos de idade) e o número de pessoas em idade activa (dos 15 aos 64 anos).

2. Orientação das políticas sociais para um envelhecimento activo

Procurarei destacar, ao longo deste capítulo, de que forma as esferas de participação social, económica, política e cultural dos mais velhos poderão contribuir para a discussão sobre o aprofundamento da democracia e a disputa de espaços de poder e de participação nas sociedades ocidentais, ao mesmo tempo que despontam, em Portugal e Europa fora, novos debates em torno da promoção de um envelhecimento activo. O alargamento do conceito de cidadania, a reivindicação de direitos iguais para todos e o combate à exclusão continuam a constituir desafios para a democracia e para a sua afirmação, enquanto projecto político inclusivo e participado. Fala-se, actualmente, do “enfraquecimento do paradigma da representatividade social da sociedade” (Touraine, 2005), da afirmação das “democracias de baixa intensidade” (Santos e Avritzer, 2003) e da saturação dos sistemas de protecção social (Hespanha, 1999). Mas que projectos políticos e sociais resultam deste debate? Quais são, na verdade, os espaços de participação que encontramos nas sociedades ocidentais actuais e que medidas os impulsionam?

Assistimos, actualmente, à tentativa de mudança de paradigma na abordagem das questões relativas ao envelhecimento, ainda que, aparentemente, esta seja mais motivada pelas vontades políticas de resposta à queda dos sistemas de solidariedade social do que pela transformação das representações sociais e culturais que se fazem dos mais velhos nas sociedades ocidentais actuais, como veremos. Na verdade, até há pouco tempo, o processo de envelhecimento estava associado à ideia de dependência, de doença e de insuficiência e representava, antes de mais, um percurso de retirada e/ou exclusão do mercado de trabalho. Este é o modelo protagonizado pelos ícones juvenis das sociedades da produção, que motivam o impulso para a mudança, compulsão pelas novas tecnologias e sobrevalorização do trabalho, assim como justificam algumas medidas políticas de incentivo à reforma antecipada. Longe de se ter ultrapassado este registo que marca as lógicas de maximização da produção das sociedades ocidentais actuais, introduzem-se novas preocupações com a constatação das alterações demográficas e o seu significativo peso no tecido social e político e o receio de colapso dos sistemas de sustentabilidade social e financeiros, decorrentes da não renovação da população em idade activa (CCE, 2005).

Começou, assim, recentemente a reafirmar-se a vontade de inclusão dos trabalhadores mais velhos³ no mercado de trabalho, com estratégias de adaptação dos postos de trabalho, reciclagem e reconversão de conhecimentos e qualificações e medidas políticas que penalizam, agora, as reformas antecipadas e bonificam o prolongamento no mercado de trabalho (CCE, 2006). No entanto, atendendo ao contexto actual de mudança, o que representam efectivamente estas medidas de incorporação e participação (pelo trabalho) das pessoas mais velhas? Quais os contributos desta análise para a leitura do estado de democracia e de cidadania actual? Partindo das questões introduzidas, irei explorar algumas reflexões em torno: (i) da transformação dos espaços de participação, (ii) da tendência das políticas sociais para a activação e, por fim, (iii) dos novos impulsos de participação dos mais velhos nas sociedades ocidentais actuais.

Novos lugares de participação e representação democrática parecem brotar num contexto de mudança. A máxima do individualismo, que nos temos habituado a ver debatida entre teóricos ou a consolidar-se nas práticas quotidianas, sugere o esmorecimento de alguns dos espaços colectivos de participação e das solidariedades espontâneas que estavam enraizadas num certo sentido de comunidade (Sennett, 1993). Os estados democráticos actuais, segundo Alain Touraine, parecem recuar perante os interesses do mercado capitalista e da modernização económica e, em nome da liberdade do sujeito, voltarem-se cada vez mais para os interesses particulares dos actores sociais no mundo das trocas de mercado e para a defesa da individualidade e identidade cultural de cada um (Touraine, 1998). Desta forma, os espaços de reivindicação pela construção de projectos individuais e de autonomia das identidades pessoais afirmam-se em detrimento de uma vontade colectiva.

Na verdade, a noção de individualismo característico de um novo modelo de modernidade, de que nos fala Alain Touraine, é corroborada por Richard Sennett, na sua obra sobre o *Declínio do Homem Público* (1993) e na afirmação da *personalidade romântica*, ansiosa pelo respeito dos sentimentos individuais. Esta preocupação pela intimidade e procura intensa dos benefícios psicológicos poderá ser, no entanto, mais uma armadilha do que uma libertação, afirma o autor (1993: 17). A participação no

³ De acordo com as designações utilizadas pela Comissão Europeia, por trabalhadores mais velhos entendem-se todos aqueles que têm idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos, por seniores quem tem entre 65 e 79 anos e por muito idosos as pessoas com 80 ou mais anos (CCE, 2005: 3)

espaço público é esvaziada, na mesma medida em que se impulsionam as visões intimistas de construção de densas histórias de vida particulares. Ao espaço público, por sua vez, são reservados os momentos de voto, nas eleições.

A representação dos espaços públicos, impessoais e vazios de interacção comunitária, são, para Richard Sennett, a exacerbação de uma nova cultura urbana, cosmopolita e capitalista. O homem cosmopolita é, na verdade, o homem público perfeito (*idem*: 33). Ele acompanha a mudança e mostra-se despreocupado com a diversidade e com ambientes que desconhece. No entanto, o urbanismo capitalista impessoal dá sinais de fraqueza perante a crença na comunidade de pequena escala e o desejo de culturas territoriais de proximidade. Fala-se cada vez mais no desenvolvimento local, na afirmação de culturas étnicas e da recuperação dos recursos endógenos de um determinado território.

O aparecimento de comunidades dentro das cidades será, de acordo com a leitura desta obra, uma tentativa de recriação das relações sociais e de resposta à frustração dos valores psicológicos desajustados face ao cosmopolitismo urbano (*idem*: 363). Este crescente vazio social e este avanço das subjectividades são, na perspectiva de Alain Touraine, uma viragem de paradigma que se desloca da representação social da sociedade para a representação dos actores e dos sujeitos (Touraine, 2005). A explicação da integração da sociedade e adaptação desta à mudança, por força do seu carácter puramente social de auto-transformação, tem vindo a enfraquecer-se, assim como a enfraquecer algumas formas de colectivismo (*idem*: 65). Este paradigma, alimentado pelo modelo de modernização europeu, deu lugar a um descontentamento com o social e à valorização do individual e do subjectivo, na mesma medida em que o mundo económico atinge novas proporções. As esferas de intervenção do mercado deixam de se restringir aos valores de troca de bens e de serviços e passam a operar também com os domínios da cultura e do social. As sociedades são cada vez menos controladas politicamente e os interesses capitalistas e das redes financeiras internacionais ganham terreno, tal como a ideia do individualismo democrático, reflectido e consciente. As pessoas desconfiam do poder político e reivindicam o direito à sua subjectividade, à identidade e ao consumo. Assim, “o sujeito não é só o que diz eu, mas o que tem a consciência do seu direito de dizer eu” (Touraine, 2005: 114).

Os contextos urbanos e cosmopolitas parecem favorecer situações de exclusão para todos os que se afastam das lógicas de participação nos sistemas laborais e de consumo. Os ritmos urbanos, o individualismo e a indiferença sociais, a exacerbação da juventude e a sobrevalorização do trabalho como motor da sociedade põem em evidência a incapacidade social para lidar com outras formas de participação. Este poderá ser o caso do isolamento das pessoas mais velhas, afastadas dos sistemas de produção e reservadas, quando muito, a papéis de participação sem visibilidade e reconhecimento no espaço público. Significa, também, o défice de práticas de sociabilização, a descentralização face ao sistema de valores vigentes e, necessariamente, o afastamento do poder de decisão e de influência.

Uma das incongruências deste modelo de relações individualistas é que o reconhecimento das diferenças e das subjectividades particulares se mostra incapaz de incorporar outros modelos de participação social que não os do trabalho e do consumo. Fomenta-se, antes de mais, a participação nos domínios oferecidos pelo mercado e menos nas formas de acção colectiva e reivindicam-se identidades particulares mais do que direitos universais. Esta tese levanta a problemática sobre qual o lugar que a sociedade actual reserva para os mais velhos que se encontram fora do mercado de trabalho. E que formas de participação poderão estes encontrar no espaço democrático dos nossos dias.

Estas observações remetem, necessariamente, para o interior da discussão democrática e da democracia participativa. As sociedades ocidentais, desde a segunda metade do século XX, têm vindo a apostar em práticas de *democracia de baixa intensidade* que protagonizam um modelo de concepção hegemónica de democracia, ao mesmo tempo que experimentam a degradação de algumas das suas lógicas democráticas (Santos e Avritzer, 2003). Por um lado, (i) discute-se a directriz implícita na relação entre o procedimento e a forma, a partir de onde se reconhece a hegemonia de uma forma única de organização política, baseada numa forte preocupação com os procedimentos e as regras de tomada de decisão. Por outro, (ii) o papel da burocracia na vida democrática surge como indispensável ao desenvolvimento e gestão do Estado Moderno, cada vez mais complexo. E, finalmente, (iii) a via representativa das democracias de larga escala, apoiada nas máximas da autorização e do consenso, deita por terra a viabilidade dos

caminhos participativos, ao mesmo tempo que exclui da esfera do debate público os grupos minoritários que não se vêem representados (*ibidem*).

São as concepções contra-hegemónicas, na proposta dos autores Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer, que vêm afirmar que a “democracia constitui uma nova gramática histórica” (*idem*: 45) e que não deve ser tratada como mero procedimento burocrático ou institucional de organização e harmonização social. Pelo contrário, as teses defendidas apoiam-se, antes de mais, no alargamento do campo político e de cidadania pela disputa de diferentes visões do mundo e da democracia. Só a introdução de vários actores sociais, nomeadamente aqueles que normalmente ficam excluídos dos processos representativos dos modelos de democracia hegemónicos, pela via da participação, é que poderá permitir a prática democrática e reconhecer a pluralidade humana. Mas que políticas sociais têm, na verdade, impulsionado esta prática democrática?

Os processos e espaços democráticos que se veiculam nas sociedades ocidentais actuais, no contexto europeu e em particular em Portugal, são reveladores da recente deslocação da natureza passiva das políticas sociais actuais, para um modelo de actividade e de *empowerment* das comunidades. A promoção de estratégias de activação surge num momento de reestruturação das reformas dos Estados sociais europeus, devido a uma conjuntura estrutural com que os governos se deparam: a globalização económica (com a pressão para os governos nacionais criarem um clima economicamente atractivo); as alterações demográficas (com o envelhecimento da população e as fortes mobilizações e migrações internacionais); as alterações do mercado de trabalho (com o desemprego de longa duração, a polivalência e a flexibilização); e, finalmente, o processo de individualização e diferenciação, numa sociedade cada vez mais complexa e imprevisível (Berkel e Moller, 2002). Simultaneamente, este é também um período de debilidade do Estado-Providência, de saturação dos sistemas de protecção social e de fraca incorporação das ideologias de cidadania social (Hespanha e Matos, 2000). Nesta medida, as políticas de activação propõem-se a promover a participação dos indivíduos, antes de mais, no mercado de trabalho e nos processos de empregabilidade, contrariando a ideia de dependência face aos incentivos sociais e à iniciativa das instituições públicas. As políticas sociais dirigidas às populações mais velhas vão ao encontro das linhas que têm orientado a generalidade das políticas sociais em contexto europeu.

Para a incorporação destas medidas em Portugal foram decisivas as directivas e recomendações da Comissão Europeia, nomeadamente com a Estratégia Europeia para o Emprego (EEE)⁴ e a Estratégia de Lisboa⁵, no reforço da viragem de paradigma nas políticas sociais a favor da introdução de mecanismos de activação e da promoção da coesão social num mercado de trabalho mais inclusivo (Hespanha, 1997). No que concerne à questão do envelhecimento, estas orientações passam, essencialmente, pela promoção de incentivos que permitam o prolongamento das pessoas no mercado de trabalho e garantam a empregabilidade dos trabalhadores mais velhos. Desta forma, o objectivo que protagonizam é o combate à discriminação etária no mercado trabalho, na medida em que defendem a promoção de condições que favoreçam a adaptabilidade dos postos de trabalho para todos os trabalhadores, a formação ao longo da vida e a autonomia dos indivíduos (Naegele e outros, 2006; Walker, 1998). No entanto, embora se evidencie uma dimensão emancipatória nestas propostas no que concerne à preocupação pela integração social e a igualdade de oportunidades face ao factor idade, por outro lado, como nos dizem Pedro Hespanha e Ana Raquel Matos (2000), sobre as políticas sociais de activação no caso português, estas teses reforçam o princípio de compulsão ao trabalho e a ideologia da obrigação.

Assim, se por um lado as intenções de implementação de processos de activação parecem promover o aumento da participação e autonomia das pessoas e a melhoria das suas qualificações, por outro, subjazem a estas medidas respostas eficazes ao aumento das despesas públicas e combate da dependência das políticas assistenciais, de que as perspectivas neo-liberais acusam o Estado-Providência (Hespanha e Matos, 2000). Estão também implícitas lógicas de responsabilização dos indivíduos pela sua inserção, de dever social perante a situação de assistência e com carácter punitivo e sancionatório. Assim, estas medidas correm o risco de se revelarem, ao contrário do que prometem, políticas inibidoras do exercício dos direitos do cidadão, desresponsabilizadoras do papel social do Estado e perpetuadoras de situações de desigualdade e fragilização dos públicos mais vulneráveis. São, essencialmente, políticas sociais que pretendem responder mais às consequências do que às causas da crise de sustentabilidade dos Estados-Providência.

⁴ O documento original em: http://ec.europa.eu/employment_social/news/2004/apr/egl2004_en.html

⁵ O documento original em: http://ue.eu.int/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm

O conceito de envelhecimento activo, nesta óptica, tem-se sobretudo consubstanciado e difundido através das orientações estratégicas traçadas pela Comissão Europeia e das políticas públicas e sociais dos respectivos Estados Membros. Têm vindo, desta forma, a ser elaborados vários relatórios e recomendações que colocam as políticas de envelhecimento activo dentro das prioridades estratégicas europeias. Após o breve levantamento de alguns destes documentos⁶, é possível verificar os seguintes registos:

1. Em 1990, é criado o Observatório Europeu do Envelhecimento e dos Idosos que define quatro áreas-chave de actuação: (i) a questão da idade e do emprego; (ii) os rendimentos e os padrões de vida; (iii) os cuidados de saúde e sociais e (iv) a integração social.
2. Em 1993, decorre o Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre as Gerações, cuja preocupação-chave se centrou na discriminação etária contra os trabalhadores idosos na UE.
3. Em 1995, durante a presidência francesa do Conselho Europeu, é publicada a Resolução sobre o Emprego de Trabalhadores Idosos, que destaca dois princípios-chave: (i) a necessidade de adaptação da formação profissional e das condições de trabalho às necessidades dos trabalhadores idosos e (ii) a necessidade de se tomarem medidas para evitar a exclusão destes trabalhadores no mercado de trabalho e para que todos eles disponham de recursos financeiros suficientes.
4. Em 1998, a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho publica o relatório de investigação do ‘Combate às Barreiras Etárias no Emprego’ e o ‘Dossier Europeu de Boas Práticas na luta contra as barreiras etárias’, resultado de um estudo europeu iniciado em Abril de 1994. Resultam destes documentos, entre outras, as seguintes recomendações: (i) a adaptação das entidades empregadoras a mudanças horizontais e não verticais no final de carreira; (ii) o incentivo à actuação dos trabalhadores mais velhos como

⁶ Foram consultados vários documentos de referência sobre as políticas europeias e nacionais sobre o envelhecimento activo, como: CCE, 2002a; 2002b; 2005; 2006; Kok, 2004; Pestana, 2004; Walker, 1998.

mentores ou consultores dos mais jovens; (iii) o envolvimento dos trabalhadores mais velhos nas discussões acerca das barreiras etárias no mercado de trabalho; (iv) a eliminação de barreiras etárias no recrutamento.

5. Em 1999, dá-se o Ano Internacional dos Idosos, de onde resulta o comunicado da Comissão Europeia com as seguintes preocupações: (i) a necessidade de se integrar, na gestão dos recursos humanos das empresas e nas políticas sociais dos Governos, a promoção da aprendizagem ao longo da vida, assim como a criação de novas oportunidades que contrariem a saída antecipada do mercado de trabalho pelos trabalhadores mais velhos e (ii) a necessidade de proporcionar maiores garantias ao nível dos sistemas de segurança social através da implementação de taxas de actividade e emprego mais elevadas e de medidas de protecção social que respondam eficazmente às evoluções demográficas.
6. Em 2000, na Estratégia de Lisboa, os líderes europeus assumem o compromisso de, até 2010, a União Europeia se tornar “na economia baseada no conhecimento mais dinâmico e competitivo do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social e respeito pelo ambiente” (Kok, 2004: 5). Do ponto de vista das recomendações-chave para a promoção do envelhecimento activo, é discutida a necessidade de (i) atribuir os incentivos adequados, do ponto de vista legal e financeiro, para os trabalhadores trabalharem mais tempo e para os empregadores contratarem e manterem os trabalhadores mais velhos; (ii) aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida para pessoas de todas as idades e (iii) melhorar as condições de trabalho e a qualidade do emprego.
7. Em 2001, é publicado o relatório do Conselho Europeu de Estocolmo que estabelece como meta para os Estados-Membros da União Europeia o crescimento em 50% da taxa de empregabilidade no grupo etário dos 55 aos 64 anos, a concretizar até 2010.
8. Em 2002, é publicado o relatório do Conselho Europeu de Barcelona, com a meta de aumento médio de 5 anos de idade para a entrada dos trabalhadores na reforma, a concretizar até 2010, pelos Estados-Membros.

9. Em 2003, a Direcção Geral de Emprego e das Relações de Trabalho do Governo Português publica o estudo “Trabalhadores Mais Velhos. Políticas Públicas e Práticas Empresariais”, da autoria de Nuno Nóbrega Pestana, nos Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho. Este estudo inclui o levantamento e inquérito a 6000 empresas nacionais sobre políticas, práticas, atitudes e representações das empresas sobre os trabalhadores mais velhos.
10. Em 2005, é editado o livro verde “Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas” com as seguintes recomendações: (i) impulsionar o crescimento demográfico, nomeadamente com medidas de apoio à natalidade e a um recurso controlado da imigração, (ii) proporcionar o equilíbrio entre as gerações, através da divisão de benefícios entre as várias faixas etárias, (iii) e alterar as formas de transição entre os períodos de actividade e inactividade, para jovens e velhos.
11. Em 2006, a Comissão Europeia publica uma comunicação sobre “O futuro demográfico da Europa. Do desafio à oportunidade”. Neste estudo, partindo do impacto do envelhecimento populacional sobre o mercado de trabalho, sobre a produtividade, sobre o crescimento económico e sobre as finanças públicas, traçam-se possíveis respostas para estes desafios que passam pelo prolongamento dos percursos profissionais, o aumento da competitividade e produtividade, a melhor integração de imigrantes qualificados e a reformulação das políticas de segurança social de forma a incentivar o prolongamento da entrada na reforma.

O paradigma da activação tem vindo a sugerir o trabalho em vez da renda e dos subsídios e a participação em vez da protecção. A participação no trabalho remunerado é, assim, promovida como a forma de participação que melhor permite a plena cidadania (Berkel e outros, 1999). É inevitável a análise de que, cada vez mais, as medidas fomentadas, no âmbito das políticas sociais, incidem essencialmente em mecanismos de promoção da empregabilidade, antes de qualquer outra estratégia de inclusão pela participação social.

A verdade é que, na actual abordagem das políticas sociais de activação, se garantem mais os direitos dos trabalhadores do que os direitos dos cidadãos. É à custa desta evolução de perspectivas que se tem vindo a adoptar o conceito de *workfare* para se compreender a deslocação da responsabilidade da protecção social do Estado para o mercado. As pessoas passam a beneficiar de tantos mais apoios sociais quanto maior for a sua participação no mercado de trabalho formal, numa clara redução dos seus direitos sociais. Desta forma, a inclusão faz-se, cada vez mais, pela via do trabalho remunerado, visto que a inclusão pelo sistema de segurança social é cada vez menos desejável (Berkel e outros, 1999).

Entre as novas orientações das políticas sociais e o enraizamento das representações culturais, vão-se disputando outras condições para o envelhecimento da população. Em Portugal, assim como um pouco por toda a Europa, os mais velhos são agora incentivados a permanecer no mercado de trabalho através de medidas de bonificação e penalização da segurança social⁷. Estas políticas ignoram todo um quadro de referência cultural e social, que no passado recente elas próprias ajudaram a construir com as medidas de apoio à reforma antecipada, e que desvalorizam a prestação dos trabalhadores mais velhos em detrimento da incorporação de quadros técnicos mais jovens e escolarizados. As medidas de compensação para as empresas reintegrarem ou manterem estes trabalhadores também não se têm mostrado suficientes⁸, se atendermos à elevada taxa de desemprego de longa duração que se regista na faixa etária dos 55 e

⁷ A partir de 2007, em Portugal, entra em vigor o novo acordo da Segurança Social que introduz algumas mudanças no sistema de protecção social. No que concerne ao impacto destas medidas para os mais velhos, o novo acordo: (i) bonifica as pessoas que permaneçam no mercado de trabalho, apesar de já terem reunidas as condições para o acesso à reforma; (ii) aumenta a taxa de penalizações das reformas antecipadas; (iii) introduz o “factor de sustentabilidade” que adequa o sistema de pensões à evolução da esperança de vida da população, favorecendo uma maior permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho na mesma medida em que a esperança média de vida aumenta; (iv) incentiva a flexibilização a favor do aumento da idade real da reforma através do reforço da protecção para os trabalhadores com longas carreiras contributivas (Lei nº4/2007 de 16 de Janeiro e Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio).

⁸ Como medida de apoio à contratação de trabalhadores mais velhos, foi estendido o regime de apoios financeiros à contratação de jovens e desempregados de longa duração aos trabalhadores com idade superior a 45 anos (Portaria nº 196-A/2001 de 10 de Março de 2001). Também, um dos instrumentos de incentivo à empregabilidade de trabalhadores com mais de 65 anos e 40 anos de carreira contributiva passa pela “redução substancial da taxa contributiva a suportar por empresas e trabalhadores” dos 34,75% para os 26,2% (ficando 6,7% à responsabilidade dos trabalhadores e 19,5% da entidade patronal), segundo o novo acordo da Segurança Social, discutido em 2006.

mais anos⁹. Desta forma, as políticas sociais de activação da empregabilidade dos trabalhadores mais velhos mostram-se, antes de mais, penalizadoras para os próprios trabalhadores que se vêem obrigados a permanecer no mercado de trabalho ou em situação de desemprego, à custa da negação ou redução das suas reformas, sem, contudo, contarem com o entusiasmo por parte das entidades empregadoras.

A cultura de juvenilidade da massa trabalhadora, de que falava há pouco, aliada à baixa escolaridade que as pessoas desta faixa etária evidenciam, sobretudo no caso português, e a acumulação de acréscimos salariais próprios de uma promoção de carreira parecem não favorecer a empregabilidade das pessoas em idade mais avançada. Esta situação agrava-se se tivermos em consideração a reserva de trabalhadores mais jovens e escolarizados que procuram ingressar no mercado de trabalho. Evidenciam-se, contudo, algumas campanhas de “aculturação” que têm procurado a valorização do trabalho por seniores ou trabalhadores mais velhos. Estas apresentam vantagens ao nível de “rentabilidade do investimento no capital humano; prevenção de lacunas em matéria de competências; maximização do potencial de recrutamento; capacidade de resposta às alterações demográficas; fomento da diversidade nos efectivos” (Walker, 1998: 6). A implementação destas políticas sociais de activação, no campo do envelhecimento activo, é muito recente em Portugal e, por isso, ainda não produziu resultados passíveis de uma análise rigorosa, no que concerne ao seu impacto sobre as taxas de desemprego e de vulnerabilidade dos trabalhadores mais velhos. É possível, no entanto, reflectir sobre o caminho que se tem vindo a traçar sobre os espaços de participação e de democracia nas sociedades ocidentais actuais e indagar sobre:

- i. De que forma estas políticas de incentivo ao aumento da idade da reforma poderão ser efectivamente articuladas com a necessidade de incorporação do número crescente de desempregados jovens, num mercado de trabalho saturado?
- ii. Em que medida a implementação de verdadeiras estratégias de fomento da

⁹ Nuno Nóbrega Pestana evidencia as dificuldades de reintegração dos mais velhos no mercado de trabalho com evidência em dados estatísticos do INE, relativos ao ano 2001, onde se regista nas pessoas com idade superior a 55 anos uma taxa de 65,8% de desempregados de longa duração (de 12 a 24 meses) em contraposição com os 20,8% de desempregados com idades entre os 20 aos 40 anos ou os 41,5% com idades entre 35 e 54 anos (Pestana, 2003: 155).

equidade na redistribuição dos valores das reformas poderia traduzir-se num factor de sustentabilidade, mais sustentável que o proposto no novo acordo de reforma da segurança social?

- iii. Poderia o princípio de flexibilização da idade da reforma responder mais a uma opção de projecto individual do que à imposição das políticas sociais, que oscilam mais de acordo com as urgências económicas do que com projectos sociais articulados?

Cada vez mais o valor do trabalho assume centralidade no debate das questões relativas à exclusão e à inclusão. A participação no mercado de trabalho permite não só o acesso a um salário como, também, a uma actividade, à estruturação e gestão do tempo, ao acesso à protecção social, a redes de sociabilidade e a uma identidade (profissional) (Berkel e outros, 1999: 98). Fora do mercado formal de trabalho, que práticas de participação assumem as pessoas mais velhas e a que reconhecimento identitário e grau de valorização correspondem? Pode a participação em actividades não remuneradas permitir um pleno sentido de cidadania?

A Organização Mundial de Saúde (OMS) tem vindo a propor um entendimento sobre o envelhecimento activo que integre os vários domínios da vida pessoal e social e que contrarie a tendência para uma visão redutora, direccionada unicamente para a vertente da empregabilidade. Nesta perspectiva, por envelhecimento activo entende-se “um processo de optimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o fim de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem” (OMS, 2002: 12). A proposta da OMS sugere que a activação implica uma participação ao longo da vida, nos domínios sociais, económicos, culturais, espirituais e cívicos e não apenas a capacidade para a pessoa permanecer fisicamente activa ou participar no mercado de trabalho (*ibidem*). A ênfase desta análise é colocada no domínio da participação total e contraria, abertamente, as perspectivas que apenas abrangem o mercado laboral, numa óptica de dever social. Assim, por um lado, entende-se que um verdadeiro processo de activação dos mais velhos passa pela promoção da sua participação nos mais diversos domínios da vida pessoal e social, ao mesmo tempo que deve respeitar as preferências e capacidades de cada um, nomeadamente na sua vontade de não participar, se for o caso. Cidadania activa, na perspectiva desta segunda tese, deve implicar, antes de mais, o exercício de poder, capacidade de decisão, participação no exercício de governação das

comunidades, voz activa sobre os mais variados domínios económicos, sociais e políticos.

As propostas de activação do envelhecimento, que tenho vindo a explorar ao longo deste trabalho, quer nas recomendações da Comissão Europeia e respectivos Estados Membros, quer nas teses da OMS, remontam a um novo entendimento sobre o envelhecimento que se tem afirmado, desde a segunda década do século XX, e ao qual se associam as teorias da actividade (Marques e Carlos, 2006; Fonseca, 2005). É também na década de 1960 que surgem as primeiras sistematizações teóricas sobre o envelhecimento e a velhice, a par da criação de associações e escolas geriátricas e gerontológicas (*Ibidem*). Os modelos teóricos da altura, com cariz essencialmente universalista e com incidência no valor da acção individual, entendiam que o pressuposto da actividade garantia, por si só, maior benefício, satisfação, felicidade e bem-estar aos indivíduos. Um envelhecimento bem sucedido estaria, desta forma, ao alcance de qualquer um, desde que fosse garantido o cumprimento das recomendações de actividade propostas e um estilo de vida adequado. A esta teoria da actividade apontam-se: (i) o pressuposto de homogeneidade do grupo a partir de um único elemento, o geracional; (ii) o princípio de privatização e culpabilização das pessoas pela condução e sucesso do seu processo de envelhecimento; (iii) a ocultação e desvalorização de outras realidades que muitas vezes acompanham o envelhecimento, como a doença, maior dependência e incapacidade física ou mental; (iv) a obsessão pelos modelos de rejuvenescimento e de actividade (*Ibidem*).

A estas primeiras proposições teóricas de activação seguiram-se novas propostas de definição de envelhecimento bem sucedido ou activo, que remetem, essencialmente, para a capacidade de resposta aos desafios do processo de envelhecimento, em conformidade com o contexto individual e social de cada pessoa e da sua cultura (Fonseca, 2005: 288-289). As novas teorias propõem-se responder a algumas das principais falhas apontadas aos primeiros modelos apresentados, nomeadamente adoptando uma natureza pluridimensional, procurando respeitar a individualidade de cada um e o enquadramento macro de desenvolvimento social.

Assim, o exercício da democracia e de uma cidadania activa passa, cada vez mais, pelo direito a ter direitos, o direito à subjectividade e às identidades pessoais. Avança-se,

mais do que nunca, no reconhecimento da acção livre de cada um, alargam-se os canais de informação, os públicos que acedem ao conhecimento e ampliam-se os campos de reivindicação de direitos. No entanto, ao mesmo tempo que se ampliam os espaços de liberdade e direito particulares, reduz-se o alcance da acção e responsabilidade colectivas. As políticas sociais tendem a deixar cair o princípio de universalidade da protecção social e incentivam, pelo contrário, as ofertas selectivas do mercado privado. A emergência da privatização dos direitos sociais e do exercício de cidadania, naquilo a que Alain Touraine chama de “individualismo democrático” (2005), tem motivado o recuo das responsabilidades sociais (e culturais) do Estado e da democracia e, também desta forma, a marginalização de formas de participação social alternativas aos modelos de activação e de produção. Fora destes cânones de participação encontram-se os públicos mais marginais aos processos de consumo e trabalho, como os mais velhos (também os desempregados, pensionistas, pessoas portadoras de deficiência, culturas e etnias minoritárias e outros), que se afastam, cumulativamente, dos espaços de poder e decisão e do exercício democrático.

Os princípios de actividade que têm, desta forma, norteado quer as propostas conceptuais de envelhecimento quer as políticas sociais reflectem, em geral, as estruturas de pensamento e os modelos de desenvolvimento do nosso tempo, ainda que a custo de alguma alienação. Desta forma, nos actuais espaços de participação sociais e de democracia desvalorizam-se as práticas que são marginais aos objectivos de produtividade, individualismo e consumo, que se protagonizam a par da afirmação de um outro sentido de cidadania, frágil e diminuto.

3. Envelhecer numa sociedade vigorosa

A sociedade dos nossos dias depara-se com um grupo cada vez mais numeroso de pessoas mais velhas e idosas fora do mercado de trabalho, de boa saúde e com uma esperança média de vida que tende a aumentar nas próximas décadas. Esta realidade, sem antecedentes na história da humanidade, remete-nos para duas dimensões de análise: (i) a renovação do conceito de velhice e (ii) o exercício de coesão social numa sociedade activa e vigorosa.

A primeira dimensão de análise refere-se ao processo de construção social da velhice. Na verdade, o envelhecimento acontece desde o momento que nascemos: as células degeneram e a cada dia acrescentam-se experiências e conhecimentos novos. O tempo passa por cada um de forma irreversível, desde o primeiro segundo de vida. Apesar disto, quando falamos em envelhecimento remetemos o nosso pensamento de imediato para uma fase específica do ciclo de vida: o que se segue à reforma. A entrada na reforma tem vindo a representar no ciclo de vida das pessoas, da história do século XX e XXI, a saída do mercado de trabalho e da participação activa na esfera pública. Este ritual de passagem tem marcado de forma simbólica o início da velhice, tal como a saída do período escolar e entrada no mercado do trabalho marcam o começo da fase adulta, no ciclo de vida de cada um (Gauillier, 1999).

Actualmente, nem a passagem da vida profissional para a reforma se faz de forma linear, nem as representações da velhice respondem aos mesmos códigos simbólicos que tradicionalmente se associavam à reforma. As pessoas reformadas esperam-se cada vez em melhores condições de saúde, o período de reforma tende a ser mais longo e são inúmeras as fontes que aliciam os mais velhos a participar activamente em esferas de lazer, voluntariado e mesmo no mercado de trabalho. O próprio ritual simbólico de passagem – a reforma – tem vindo a sofrer fortes oscilações, dispostas pela negociação e decisões políticas. Se nas últimas décadas do século passado uma leva de pessoas reformou-se com aproximadamente 57 anos de idade, na chamada reforma antecipada, actualmente e nos próximos anos, espera-se que a idade de reforma se possa estender para os 70 e mais anos de idade¹⁰.

Pode entender-se, desta forma, a velhice como uma construção social condicionada por determinantes culturais e políticos, apropriados e construídos pelas pessoas no contexto de um determinado tempo e espaço sociais. A própria denominação desta franja da população tem variado ao longo da história social dos últimos tempos, sobretudo atendendo a tão rápidas transformações do ponto de vista biológico, social e psicológico na forma de viver o ciclo de vida de cada um. Várias expressões têm sido utilizadas para definir a população mais velha. De acordo com o questionário europeu “Idades e Atitudes”, realizado em 1992 pela Comissão das Comunidades Europeias, o termo

¹⁰ Segundo o novo acordo da Segurança Social (Lei nº4/2007 de 16 de Janeiro e Decreto-Lei nº 187/2007 de 10 de Maio).

“cidadãos seniores” era o preferido pelo Reino Unido, Alemanha e Irlanda, “pessoas maiores” foi a expressão adoptada pela Espanha, “pessoas de idade” pelos italianos e “pessoas idosas” pelos portugueses (INE, 2002: 189-190). Motivado pela longevidade e bom estado de saúde da população com mais idade e pela crença no desajustamento de algumas destas expressões, o termo “pessoas mais velhas” passou a ser o melhor aceite na União Europeia, de acordo com o referido estudo (*Ibidem*). No entanto, resultado da proposta apresentada no livro verde da Comissão Europeia “Uma nova solidariedade entre gerações face às mudanças demográficas”, em 2005, esta franja da população passa a subdividir-se em três categorias: trabalhadores mais velhos (55 aos 64 anos), seniores (65 aos 79 anos) e muito idosos (80 ou mais anos)¹¹.

O conceito de velhice tem sofrido, desta forma, sucessivos ajustamentos às novas dinâmicas sociais, resultantes do aumento da esperança média de vida e da melhoria das condições de saúde da população mais velha. No entanto, para a determinação do estatuto do ‘idoso’ concorrem também factores políticos e sociais. É inequívoca a influência que, actualmente, a saída do mercado de trabalho tem no processo de representação e percepção do começo de um percurso de velhice. As tendências dominantes das sociedades ocidentais implicam uma temporalidade social regulada pelo trabalho. As trajectórias de vida são profundamente marcadas pela participação no mercado de trabalho e os rituais a ela associados: o de preparação e formação (infância e juventude), o de entrada e participação (vida adulta) e o de retirada (velhice). O trabalho assume, assim, centralidade na regulação social e nos percursos identitários. Da mesma maneira, a participação/afastamento no/do mercado de trabalho determina os eixos a partir dos quais se estabelecem os parâmetros de (des)inserção e coesão sociais. Assim, a partir da segunda dimensão de análise, problematizo o lugar que a coesão social assume numa sociedade onde as situações de dependência e de não participação no mercado de trabalho coexistem com os valores capitais da actividade, independência e vitalidade.

Habituo-nos a trajectórias de vida marcadas pela realização e reconhecimento através da profissão e onde a forma de participação na esfera pública se dá, na maior parte das

¹¹ Outros termos antecederam a estes. A proposta feita pela Comissão das Comunidades Europeias, em 1992, denominava de ‘terceira idade’ o grupo com idades compreendidas entre os 50 e os 74 anos e ‘quarta idade’ para aqueles com 75 e mais anos.

vezes, quase exclusivamente através do trabalho. A transição para a reforma significa muitas das vezes o fim de uma participação pública na sociedade, a recolha para o privado, a desvinculação face às preocupações colectivas. No entanto, implicados pelas máximas da actividade, independência e vitalidade, que guiaram o seu percurso de vida e se anunciam também depois da reforma, são os reformados também eles envolvidos em actividades de “utilidade social”, que devem promover o seu envelhecimento activo e realização, agora, pessoal (Gaullier, 1999).

A preocupação em tornar o tempo produtivo permite estabelecer um paralelo entre o percurso de participação no mercado de trabalho e o percurso de participação noutras actividades de “utilidade social” durante a reforma. Vários autores, como Myriam Leleu¹² (1998) e Xavier Gaullier¹³ (1999) têm utilizado o termo “utilidade social” para denominar as actividades que devem criar vantagens, ser úteis. Entre elas, encontram-se o voluntariado, o associativismo, a formação (universidades da terceira idade, programas do INATEL,...) e as actividades de bem-estar e de lazer (desporto, spa, turismo sénior,...). A novidade desta terminologia, condicente com a ideologia do envelhecimento activo, não está no desempenho de actividades por si só, pois nas décadas anteriores também conhecemos pessoas mais velhas e idosas “activas” e dinâmicas. As actividades de utilidade social referem-se especialmente às de esfera pública. Ainda nos dias de hoje, à custa das redes de solidariedade e reciprocidade familiares e de vizinhança, são os mais velhos que asseguram muitas das vezes as tarefas de cuidado dos mais novos e dependentes, os trabalhos do campo e os domésticos¹⁴. Estas tarefas circunscrevem-se, no entanto, ao domínio privado e, tal como ao longo da história das mulheres, o trabalho de bastidores, ainda que tenha um

¹² Myriam Leleu é uma socióloga francesa, especializada em gerontologia pela Universidade da Califórnia. Autora de diversas publicações e estudos na área do envelhecimento, tais como “Dépendance, précarité, et exclusion comment améliorer la qualité de la vie au domicile de personnes âgées” (2003), “Misère et insolence de la vieillesse” (1998) e “La dépendence sera-t-elle la même pour les nouveaux vieu?” (1997).

¹³ Xavier Gaullier é um sociólogo francês, investigador no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) de França, especializado nas áreas do envelhecimento e dos tempos sociais e ciclos de vida. Autor de diversas publicações nestas temáticas, entre as quais “Le Temps des retraites” (2003), “Le cycle de vie instauré par la société industrielle se défait peu à peu” (2003), “Les temps de la vie, emploi et retraite” (1999), “Politiques sociales, emploi et gestion des âges” (1990), “La Deuxième carrière” (1988).

¹⁴ Ver com mais pormenor os dados estatísticos apresentados no subcapítulo “Organização do tempo numa perspectiva de curso de vida”.

carácter reprodutivo fundamental na economia nacional e doméstica, é invisível e claramente desvalorizado, em detrimento das actividades produtivas, públicas e formais¹⁵.

O alcance original do termo ‘actividade’, tal como o aplicamos nos dias de hoje, passa: (i) pelo seu carácter compulsivo, (ii) sentido de utilidade social e (iii) impulso para a independência. Uma sociedade obcecada com o trabalho, rentabilização máxima da produtividade e da eficiência, projecta um envelhecimento à sua imagem: um envelhecimento activo e produtivo (Viegas e Gomes, 2007). Também estas actividades devem ser de utilidade social para que possam ser valorizadas e conferir sentido à vida depois da reforma. Um percurso de aproximadamente 40 anos de identidade profissional procura o seu lugar na sociedade, através de um desempenho reconhecido e condicente com os valores vigentes. Para uma participação plena na sociedade, os indivíduos devem fomentar a sua independência económica e social. Contudo, acompanhando os parâmetros de desenvolvimento actuais, também na velhice se deverá procurar actividades que fomentem a autonomia e a emancipação social e financeira (*Ibidem*).

No entanto, os princípios de actividade, independência e vitalidade que reiteram um envelhecimento activo são redutores perante a diversidade social e marginalizam uma parte substancial da realidade. Como diz Myriam Leleu, “apesar de todas as tentativas para permanecerem úteis e apesar de todos os belos discursos, a sua imagem [dos reformados] permanece negativa por culpa da sua inactividade profissional e da sua relativa dependência financeira¹⁶” (Leleu, 1998: 67). A via das actividades de utilidade social não é, segundo a autora, veículo de integração social para os mais velhos. Estes valores continuam a promover o trabalho profissional remunerado, a competitividade e a independência em detrimento de qualquer outra actuação ou qualidade. Desta forma, este caminho permite apenas a concretização de actividades de baixo reconhecimento público, de segunda categoria na hierarquia de valores e de comprometimento superficial (*Ibidem*).

¹⁵ Os conceitos de trabalho *produtivo* e *reprodutivo* são desenvolvidos no subcapítulo “Organização do tempo numa perspectiva de curso de vida”.

¹⁶ Tradução livre da autora a partir do texto original: «Malgré toutes ses tentatives de se rendre utile et tous les beaux discours, son image reste négative du fait de son inactivité professionnelle et de sa relative dépendance financière» (Leleu, 1998 : 67)

A *sociedade vigorosa* atribui graus de importância e valor diferenciados aos seus cidadãos. Pensar criticamente no significado de utilidade social permite compreender que um conjunto substancial de pessoas e de dimensões da realidade social são desvalorizados: os velhos, os incapacitados, os desempregados, a arte, a cultura, o lazer, a vida doméstica, o trabalho em domínio privado (Gauillier, 1999: 243). Esta perspectiva reduz o conceito de cidadania e mais uma vez afirma o trabalho como elemento integrador e excludente na regulação da vida social. Também a dependência (física, social ou económica) é vista, por si só, como factor de impossibilidade de participação social. Ignora-se que a dependência é uma situação recorrente e inerente à condição humana e não excepcional (Silva, 2006). Em diferentes momentos da nossa vida somos, de alguma forma, sujeitos dependentes de outros: na infância, na juventude, na doença, no desemprego, na velhice.

O caminho para a coesão social que a sociedade vigorosa tem vindo a promover cria, muitas vezes, expectativas falsas sobre os desempenhos individuais e oferece vias limitadas para a integração e para o reconhecimento social. Na interpretação de Gauillier “a perspectiva dominante actualmente é a de uma sociedade liberal dinâmica mas que desenvolve desigualdades e precariedade e privilegia um *homo economicus* competitivo e abstracto¹⁷” (Gauillier, 1999: 148). Mais uma vez, é entendido, pelo autor, que a desvinculação dos indivíduos do mercado de trabalho implica privações que se poderão dar ao nível de uma maior vulnerabilidade económica, da perda de reconhecimento social e do afastamento das esferas de influência pública. Este processo de marginalização tem vindo a ser apelidado de *ageism*, que alguns autores portugueses traduziram para *idadismo* (Fonseca, 2004).

O termo *ageism* é utilizado para denominar as atitudes, práticas ou políticas discriminatórias e estereotipadas sobre as pessoas mais velhas, que podem exercer-se de forma explícita ou implícita (Butler, 1977). Este conceito foi utilizado pela primeira vez, em 1969, pelo gerontologista americano Robert Butler (*Ibidem*). Os comportamentos discriminatórios sobre a população mais velha podem observar-se, por

¹⁷ Tradução livre da autora a partir do texto original: “La perspective dominante à l’heure actuelle est celle d’une société libérale dynamique, mais qui développe les inégalités et la précarité, et privilégie un *homo economicus* performant et abstrait” (Gauillier, 1999 : 148)

exemplo, nas dificuldades de contratação ou de promoção na carreira dos trabalhadores mais velhos, na linguagem e nas atitudes que os infantilizam, na negligência e nos abusos cometidos por prestadores de cuidados (familiares ou institucionais), nos estereótipos e nas generalizações de inutilidade, de incapacidade intelectual e física, de dependência e de não contributo dos mais velhos para a sociedade (*Ibidem*). Estas terminologias utilizadas desde as últimas décadas do século XX, afigurando as crenças e as atitudes dominantes perante a população mais velha, poderão modificar-se no quadro das transformações demográficas, sociais e políticas actuais.

A maior representatividade da população mais velha, e o seu conseqüente peso social e político na sociedade, a longevidade da reforma e a melhoria das condições de saúde, a par das novas ofertas segmentadas de mercado (na prestação de serviços, lazer, turismo e apoio geriátrico) parecem abrir novas possibilidades de identidade na velhice. A influência de uma ideologia dominante ancorada nos preceitos da activação e da emancipação tem-se manifestado, nos últimos anos, como mote para vários novos projectos de promoção de envelhecimento activo, mais assentes nos princípios de emancipação, de cidadania e de participação (Viegas e Gomes, 2007: 42). A ausência de modelos de envelhecimento passados, que reflectam as dinâmicas de desenvolvimento e ideologias actuais, significa a abertura de horizontes de possibilidades de envelhecer: novos focos de participação e ocupação do tempo, outros percursos e experiências de velhice. Serão, no entanto, o aumento da representatividade da população mais velha, a mudança de práticas de sociabilidade, o alargamento das formas de participação e de ocupação social na esfera pública capazes de desencadear a emergência de novos modelos de sociedade e de cidadania, capazes de rever os seus padrões de utilidade social?

4. Relação (de solidariedade) entre gerações e sustentabilidade

Uma das principais razões que tem motivado o volume de debates recentes sobre o envelhecimento da população mundial tem decorrido das preocupações com a equidade intergeracional, não tanto do ponto de vista ambiental ou demográfico mas, particularmente, com a distribuição da receita pública entre membros activos e não

activos dentro de uma sociedade. Portanto, não é de estranhar que, associados ao tema do envelhecimento populacional, se debatam: “Promover a solidariedade entre as gerações” (CCE, 2007), “O futuro demográfico da Europa” (CCE, 2006), “Uma nova solidariedade entre as gerações face às mutações demográficas” (CCE, 2005), “The impact of ageing populations on public finances” (CPE, 2003). Desta forma, têm sido alvo de estudos, a propósito da relação entre as gerações: por um lado, (i) o enfraquecimento significativo do sistema de transferência de valores e crenças intergeracional e familiar, com a perda de autoridade e de reconhecimento dos mais velhos; por outro, (ii) a preocupação com a sustentabilidade e a equidade entre gerações; e, por fim, (iii) as tentativas de recuperação, por vezes desajustadas, do papel da solidariedade intergeracional e familiar, na maioria das vezes para compensar as fragilidades do papel do Estado na protecção social.

Operam-se na sociedade de hoje fortes mudanças que obrigam a repensar os laços de solidariedade que tradicionalmente vigoravam na história do século passado. No domínio das estruturas familiares, estas estão agora menos numerosas, os indivíduos mais deslocalizados, estão mais sujeitas ao “amor romântico”¹⁸ e menos às tradições, espera-se capacidade de consumo e de educação avançada para os filhos, co-existem três ou mais gerações familiares, as mulheres assumem lugar a tempo inteiro no mercado de trabalho e as famílias, em geral, estão mais absorvidas pela vida profissional. Os agregados familiares coesos e funcionais são, agora, muitas das vezes substituídos pelo saber dos profissionais e das instituições, como as escolas, os lares e os hospitais (Illich, 1977). A fugacidade do tempo e as expectativas face a um futuro capaz no consumo e no sucesso profissional poderão tornar-se incompatíveis com o papel ancestral da família como cuidadora dos seus.

A este propósito, Richard Sennett, nos seus estudos sobre a vida urbana, observa a inquietude e a tensão presente nas famílias modernas que encaram o conflito entre gerações com culpabilidade e, assim, para o compensar, procuram restabelecer uma “solidariedade mítica” nas formas de vida familiares (Sennett, 2001a). Recursos

¹⁸ O *amor romântico* ou o *amor puro* são conceitos explorados nas obras de Anthony Giddens a propósito da transformação das relações de intimidade que são, actualmente, mais influenciadas pela satisfação emocional, pelo prazer e pelos laços afectivos e menos pelos condicionalismos externos, económicos ou culturais (Giddens, 2001: 82:92).

tecnológicos mais sofisticados, a par de estruturas sociais mais complexas, provocam uma certa alienação e retraimento social por parte dos indivíduos e, de alguma forma, justificam, segundo o autor, uma busca incessante da intimidade e da identidade pessoal (*Ibidem*).

“ (...) [Estas] são manifestações concretas dos indivíduos que procuram o mito da solidariedade nas suas vidas, uma solidariedade nascida da inaptidão para aceitar a ambiguidade e as penalidades do desconhecido”¹⁹ (*Ibidem*: 114)

As sociedades mais complexas dos dias de hoje descaracterizaram algumas das formas de relacionamento e de solidariedade tradicionais e abrem caminho a novas formas de intimidade e de entreajuda. Nesta matéria, os riscos que associados à velhice – riscos no sentido das preocupações evocadas actualmente – passam por: compreender se os termos actuais de solidariedade e de intimidade são capazes de responder à vulnerabilidade dos mais velhos face à pobreza, à doença e ao isolamento; saber se a densidade da vida social e familiar reservou lugar para os idosos; e que princípios de equidade se garantem entre as gerações.

A problemática da equidade intergeracional é uma questão tão abrangente que poderá ser vista sob variadas perspectivas, desde a ambiental, a demográfica, a económica, a social... Estudiosos de diversas áreas e agentes políticos têm-se debruçado recentemente no debate sobre se as gerações ocidentais vindouras poderão continuar a usufruir do mesmo modelo de desenvolvimento, crescimento económico e de consumo que caracterizaram especialmente a segunda metade do século XX e os anos que se conhecem do século XXI. Anunciam-se, desde há alguns anos, preocupações com os riscos ambientais, o degelo, a escassez de água, a saturação dos sistemas de consumo energético e económico, superiores à capacidade de produção mundial, a sobrelotação da população mundial, etc (Friedmann, 1996). Embora a maioria destes danos tenham sido provocados (e os seus proveitos usufruídos) por uma parte minoritária da população mundial, os resultados dar-se-ão à escala planetária e são as gerações mais jovens e as que ainda estão para vir as que mais sentirão os seus prejuízos.

¹⁹ Tradução livre da autora a partir do texto “(...) son manifestaciones concretas de individuos que buscan el mito de solidaridad en sus vidas, una solidaridad nacida de una ineptitud para aceptar ambigüedades y las penalidades de lo desconocido” (Sennett, 2001a: 114).

No entanto, apesar destes temas terem vindo a ocupar um crescente tempo de antena nos assuntos de preocupação pública e política, é sobre o sistema social de reformas que se têm tomado mais e mais profundas resoluções governamentais e comunitárias e problematizado as relações de equidade geracional nesta matéria. Uma das formas de protecção aos mais velhos, estabelecida em Portugal como direito desde finais do século XIX (Santos, 2001: 314), é dada pelo sistema de reformas, assente nos pressupostos da contribuição de impostos pelos membros activos (trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho) e da redistribuição pública pelos membros inactivos (reformados, desempregados, crianças, grávidas, pensionistas, etc.). De acordo com o envelhecimento da população e a previsão de não renovação da população em idade activa²⁰, que se espera que aconteça entre 2010 e 2050 (Carrilho e Gonçalves, 2004), têm-se despoletado tensões entre as gerações, chegando mesmo a evocar-se uma “conspiração grisalha” por parte das gerações mais velhas (Mendes, 2005). Fernando Ribeiro Mendes²¹ anuncia, no seu livro, os pressupostos, também conhecidos no livro verde da Comissão Europeia de 2005²², sobre os conflitos de sustentabilidade financeira entre as gerações. O autor fala mesmo da conspiração de um grupo etário “grisalho” que, à luz de tempos áureos e sem se preocupar com um futuro que não será o seu, usufruíram de carreiras profissionais sólidas e de reformas garantidas e, assim, ignoraram “os efeitos quantificados do envelhecimento sobre os encargos sociais, traduzidos nos défices crescentes das finanças dos sistemas públicos de pensões” (*Ibidem*: 7). Esta situação leva à assunção, segundo o autor, de que “a simples contenção da despesa com pensões ao ritmo do crescimento do PIB não irá alterar decisivamente a situação futura” (*Ibidem*). Esta conspiração assaltaria, segundo esta tese, os mais novos que seguem em percursos profissionais precários e incertos, ou mesmo com dificuldade em ingressar no mercado de trabalho, e que arcarão uma dívida que não podem pagar, sujeitando-se a

²⁰ O índice de renovação da população mede a capacidade de substituição da população em idade activa. Normalmente este índice é medido através do quociente entre o número de pessoas com idade entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idade entre os 55 e os 64 anos.

²¹ Fernando Ribeiro Mendes é economista, especializado em políticas sociais. Preside, actualmente, a Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas (RSE Portugal), é docente do ISEG e já exerceu diversos cargos políticos, nomeadamente o de Secretário de Estado da Segurança Social (1995-99). Relacionado com o tema das políticas sociais para a reforma, publicou a obra “Conspiração Grisalha. Segurança Social, Competitividade e Gerações.” (2005) e os artigos “Pensões. Sem ilusões” (2006), “Desafios para um novo conteúdo das políticas sociais na sociedade contemporânea” (2001) e “Do Desemprego Estrutural aos riscos do Envelhecimento” (2000).

²² Intitulado “Uma nova solidariedade entre as gerações face às mutações demográficas”.

não usufruír dos sistemas de repartição no seu tempo de reforma, mas para os quais já contribuem. Esta é, em síntese, a grande preocupação que tem alarmado o público e justificado uma série de medidas políticas sobre a reforma da segurança social, o reforço das políticas sociais de activação, as crescentes privatizações e ofertas privadas de serviços de protecção social, a orientação das estratégias de intervenção comunitárias e nacionais, nomeadamente, para a recuperação de formas de solidariedade intergeracionais entretanto esmorecidas²³.

Importa aqui perceber de que maneira o tema da solidariedade intergeracional se relaciona com o da sustentabilidade financeira dos Estados-providência. Tem-se muitas vezes confundido o conceito de ‘solidariedade’ com os princípios que se estabelecem nos sistemas de pensões públicos e ao abrigo dos quais os activos contribuem com os seus impostos para a reforma dos mais velhos, quando, na verdade, como nos diz Gaullier, estes constituem-se enquanto direitos e obrigações (Gaullier, 1999: 123-124). As fragilidades do Estado-Providência, por via da demissão de parte das suas responsabilidades sociais, continuam a garantir o suporte das redes informais (familiares, vizinhais) de solidariedade na resposta às carências sociais, à prestação de cuidados (Hespanha e Portugal, 2002) e, mesmo, o renascimento da figura dos avós (Segalen, 1995). Ainda que a cultura de proximidade dos países mediterrânicos favoreça as densas redes de suporte familiar e informais, são os recuos do sistema de protecção estatal que as tornam obrigatórias e contribuem para a vulnerabilidade de muitos indivíduos e famílias, dependentes das capacidades de provisão das solidariedades primárias.

Vários autores, como Hespanha (1995), Attias-Donfut (1995) e Gaullier (1999), têm vindo a argumentar que as tendências de suporte minimalistas e liberais dos Estados-providência Europeus, tal como em Portugal, têm reforçado (e forçado) uma sociedade de solidariedades, a custo de alguma precariedade social. Várias teses (dos autores Attias-Donfut, 1995; Gaullier, 1999) têm, assim, vindo a levantar hipóteses no sentido de contrariar a entoação alarmante sobre os riscos do envelhecimento populacional na

²³ A título de exemplo, a Associação Vida – Valorização Intergeracional e Desenvolvimento Activo tem desenvolvido diversas actividades e projectos na área da promoção das solidariedades intergeracionais, em contexto nacional, tais como as acções de formação “Diálogo entre-gerações: contar, escrever e ler” e “Desporto Intergeracional” e o Projecto Europeu MATES (Mainstreaming Intergenerational Solidarity).

sustentabilidade social e financeira dos sistemas de protecção estatal e sobre a crise na relação entre as gerações.

No actual contexto de envelhecimento populacional e de preocupação política com a sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento e crescimento vigentes, assiste-se, por um lado, às tentativas das políticas nacionais e europeias de ajustamento deste fenómeno ao seu projecto de crescimento económico e tecnológico, de forma a garantir a permanência competitiva no mercado global²⁴. Por outro lado, este modelo mostra-se incapaz de dar resposta à necessidade de promover a coesão social, combater os desequilíbrios económicos e sociais e fazer face ao esgotamento dos recursos naturais. As propostas de prolongamento da empregabilidade sénior, a tendência para a privatização das respostas sociais (serviços de apoio aos idosos, seguros de saúde e de reforma) e a oscilação das políticas sobre a reforma procuram mais o enquadramento do envelhecimento populacional nas lógicas de actuação de tendência liberal e economicista do que a promoção de um modelo alternativo e verdadeiramente sustentável, não só financeiramente mas também do ponto de vista social e ecológico.

Um modelo de desenvolvimento que privilegie o crescimento económico, a produção, a competitividade e a longevidade da vida profissional, tendem a negligenciar um desenvolvimento sustentável a médio e longo prazos que responda às necessidades de coesão social e de equidade intergeracional. O modelo do “racionalismo económico”, apresentado por Max Weber (Weber, 1996), libertado dos bloqueios espirituais (e morais) de outros modelos, procura essencialmente a rentabilidade em detrimento de outras formas de conduta ou de bem-estar. A sociedade moderna tem acreditado no progresso tecnológico, científico e económico, característico dos modelos capitalistas ocidentais, enquanto fonte geradora do bem-estar de uma sociedade. Esta visão tem, no entanto, demonstrado originar diferentes formas de “mal-estar social” (Amaro, 2004). Os progressos ocidentais alcançados nos domínios económico, científico e tecnológico não se têm generalizado à maioria da população mundial, têm gerado novas formas de pobreza e de exclusão social e têm explorado intensivamente os recursos naturais e energéticos (*ibidem*). A sociedade jovial, altamente produtiva e competitiva, parece

²⁴ Com medidas que privilegiam o incremento da produtividade dos mercados nacionais e europeus e a empregabilidade da população mais velha e sénior. Ver listagem de documentos de referência no subcapítulo “Orientação das políticas sociais para um envelhecimento activo”.

incapaz de incorporar a população mais velha no seu *modus operandis* e o Estado é negligente na resposta às suas necessidades, cuja responsabilidade tende a delegar nos próprios sujeitos, no sector privado ou em organizações privadas sem fins lucrativos.

A promoção do bem-comum e do bem-durável nesta abordagem liberal e economicista é deixada ao cuidado da auto-regulação do mercado e da livre consciência (ou concorrência) dos empresários e dos consumidores (Frey, 2001). Klaus Frey entende que a privatização das responsabilidades perante o bem-estar, destas e das próximas gerações, privilegia a garantia por uma situação favorável na competição globalizada em detrimento dos interesses da comunidade, da preservação dos seus recursos e da garantia de equidade social (*Idem*: 5). Segundo o autor, as estratégias de crescimento económico e capitalista descumpram os princípios de solidariedade com as gerações futuras e com os contemporâneos e não incorporam um horizonte de planeamento a longo prazo. Klaus Frey distingue três concepções de desenvolvimento sustentável: (i) a abordagem económico-liberal do mercado, que acredita no mercado como força reguladora do desenvolvimento, (ii) a abordagem ecológico-tecnocrata que procura que os interesses da comunidade sejam regulados pelo Estado e pelas suas instituições e, por fim, (iii) a abordagem política de participação democrática que acredita na sociedade civil, movimentos e organizações, como motor de promoção do desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea. Esta última tese propõe uma verdadeira mudança de paradigma face aos modelos conduzidos pelo mercado ou pelo Estado.

“(...) a abordagem política de participação democrática procura conscientemente o conflito com as elites dominantes e parte da necessidade de alterações das condições de poder existentes, do desenvolvimento de novos mecanismos de formação de vontade política em defesa dos grupos política, social e economicamente desprivilegiados da sociedade, o que exige o desdobramento efectivo e a resolução dos conflitos sócio-ambientais.” (*Idem*: 14)

John Friedmann é um dos autores que mais se destaca na defesa de um projecto de desenvolvimento alternativo assente na expressão da sociedade civil, activa e *empoderada*²⁵, no seio de uma democracia participada (1996). O autor não nega a

²⁵ Expressão actualmente utilizada como equivalente ao conceito inglês “empowerment”, que dá nome ao livro de John Friedmann (1996). Este conceito é utilizado na obra para significar a capacidade de dar voz

possibilidade de crescimento económico, desde que apropriado. Ou seja, um desenvolvimento alternativo pressupõe que o crescimento económico seja estabelecido tendo em conta os custos sociais e ambientais para a sociedade, actual e vindoura, e, logo, que seja acompanhado pelos princípios e práticas de preservação ambiental e de igualdade e equidade entre as gerações (*Ibidem*: 36). A sua proposta de desenvolvimento alternativo também não nega o papel regulador do Estado, desde que não seja excessivamente burocrático ou totalitário. O Estado deverá, pois, governar de forma dialogante, reconhecendo a opinião e a autoridade da sociedade civil e prestando contas da sua actuação, e descentralizada, através de uma governação local e de proximidade (*Idem*: 37).

Uma das ideias defendidas por Friedmann, com particular interesse para esta tese, é a de que as *unidades domésticas*²⁶, como parte activa e produtiva da sociedade civil, dispõem de poder social, político e psicológico fundamentais para o seu *empoderamento* e participação no processo de desenvolvimento alternativo (*Idem*: 34). O carácter público e produtivo das unidades domésticas confere-lhes um significado verdadeiramente alternativo ao que lhes é comumente atribuído na nossa sociedade. O seu *carácter público* advém dos poderes que dispõem: o poder social, relativo ao acesso à informação, técnicas e recursos financeiros e à participação em organizações sociais; o poder político, relativo à capacidade de dar voz e actuar como colectivo, através do voto, da participação em assembleias, partidos, movimentos sociais e outros grupos de interesse; e o poder psicológico, adquirido aquando da percepção individual do seu poder social e político, na esfera pública. Esta ideia remete-nos para a percepção da força social e política das populações mais velhas no enquadramento demográfico actual. Por força do seu peso numérico, o empoderamento das populações mais velhas, no campo da participação social e política, poderia significar a expressão colectiva dos seus interesses no seio da actual sociedade vigorosa e, conseqüentemente, o seu afastamento de uma posição marginal no processo de desenvolvimento. O *carácter produtivo* considera as unidades domésticas como economias de pequena dimensão, a

aos sectores da população mais vulneráveis, do ponto de vista do poder social, político e psicológico, de forma a tornar possível a sua participação efectiva.

²⁶ Segundo o autor, “a unidade doméstica pode ser definida como um grupo residencial de pessoas vivendo sob o mesmo tecto e comendo da mesma panela”, que podem estar ou não ligadas por laços de sangue, mas que têm em comum obrigações mútuas (Friedmann, 1996: 33-34).

partir de onde se tomam decisões, se organizam formas de cooperação e de solidariedade, se constroem modos de vida, ainda que em contexto privado. Esta questão é de extrema importância na análise da participação dos mais velhos na sociedade dos nossos dias. Como lembra a Organização Mundial de Saúde “os mais velhos continuam a contribuir para a sociedade enquanto trabalhadores remunerados e não remunerados, consumidores, voluntários, prestadores de cuidados aos seus filhos e netos” (OMS, 2000a: 4)²⁷. Segundo esta tese²⁸, os mais velhos não perderam, na sociedade moderna, o seu carácter activo e participante. Ainda que os seus contributos possam fazer-se de forma informal, não remunerada e em contexto privado, estes são agentes produtivos, na leitura do projecto de desenvolvimento alternativo de Friedmann.

“Riscos e consequências devem ser equitativamente suportados em vez de empurrados para as gerações futuras. Precisamos, portanto, de um discurso que faça a pergunta proibida dos limites do crescimento. Para isto, necessitamos de mais que critérios puramente «racionais». Devemos também empenhar os sentimentos das pessoas: o discurso tem que fazer uma inflexão ética. Em última análise, a sustentabilidade coloca uma questão que diz respeito à natureza da boa sociedade” (Friedmann, 1996: 135-136)

A oscilação das políticas de reforma, ora adoptando regimes de pré-reforma ora optando pelo prolongamento da empregabilidade sénior, aliada às tendências de privatização das respostas sociais e à marginalização dos mais velhos no processo de construção de uma sociedade sempre vigorosa, parece responder mais às necessidades do mercado competitivo alimentado pelas tendências liberais, do que às necessidades de respeito pelas liberdades e identidades individuais e colectivas e pela equidade social. São os desafios da coesão social, da solidariedade, da sustentabilidade e da diversidade que motivam o surgimento de novos conceitos associados ao desenvolvimento, tais como o desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano, social e integrado (Amaro, 2004: 40). Estas novas vertentes de desenvolvimento consideram, como diz Roque Amaro, simultaneamente, os domínios do social, do económico, do político e do ambiental, as necessidades actuais e as das gerações futuras, o global e também o local,

²⁷ Traduzido pela autora do texto original “older people continue to contribute to society as paid and unpaid workers, as consumers, as volunteers, as contributors to well being of their children and grandchildren” (OMS, 2000a: 4).

²⁸ E, também, de acordo com os dados estatísticos recolhidos e apresentados no subcapítulo “Organização do tempo numa perspectiva de curso de vida”.

o endógeno e o exógeno, a razão e a emoção, e o reforço dos princípios de acção participada (*Ibidem*). O domínio da participação requer para estes autores (Amaro, 2004; Frey, 2001; Friedmann, 1996) um processo comunicativo e dialogante na tomada de decisões públicas, através da formação de opinião e de vontades políticas na sociedade civil.

Desta forma, termino este capítulo por indagar: (i) se os discursos fatalistas sobre a equidade intergeracional que têm justificado os sucessivos recuos de protecção social não estarão, antes de mais, a mascarar as tendências de liberalização dos estados; (ii) se a problemática da desigualdade na repartição social entre as gerações não será tão importante quanto a desigualdade na repartição das reformas dentro uma mesma geração; (iii) se o retraimento no suporte social dos mais velhos estará, na mesma medida, a ser compensado com benefícios para as gerações mais jovens, ou se simplesmente significa menos para toda a gente; (iv) se as oscilações entre as políticas de reforma, por antecipação ou prolongamento, não respondem mais às necessidades de sustentabilidade dos princípios competitivos e financeiros dos regimes liberais do que às necessidades de sustentabilidade da coesão e equidade sociais destas e das próximas gerações (v) e, por fim, se os fracassos que se antecipam para a continuidade na garantia das reformas futuras não assentam, sobretudo, na dificuldade em reconhecer, antes, o insucesso do actual modelo de desenvolvimento, assente no insustentável crescimento económico e de consumo.

1. As especificidades geracionais

A actualidade do tema do envelhecimento tem vindo a sugerir que a presente geração de septuagenários e octogenários (à data de 2009) constitui-se de tal forma excepcional na história das últimas décadas, que lhe tem sido merecido os títulos de *geração sanduíche* (Attias-Donfut, 1995; Leleu, 1998), *geração charneira* ou de *geração pivot* (Gauillier, 1999). Estas denominações têm surgido a propósito da ‘juventude’ destes idosos e do caminhar pioneiro no mais longo processo de velhice, sem precedentes nas gerações idosas do passado e, pelo que se adivinha, nas gerações vindouras. Desta forma, quais são as especificidades que têm evidenciado a pertença geracional deste grupo de indivíduos de 70 e de 80 anos? O que os distingue de outras gerações idosas?

A delimitação de uma geração, enquanto grupo que garante um mínimo de permanência e unicidade na partilha de memórias e de imagens colectivas, é profundamente imprecisa. Esta perspectiva de análise sociológica, trabalhada por diversos autores (Pais, 1998; Attias-Donfut, 1995), tem procurado entender a marca dos constrangimentos e das dinâmicas históricas e sociais que se operam ciclicamente nos comportamentos e nos valores sociais. Assim, para além do interesse na evolução genealógica ou demográfica das gerações, ou coortes²⁹, importa também considerar as representações sociais e os valores colectivos que se imprimem num determinado tempo social, ora reproduzindo as tradições culturais ora provocando mudança social.

A forma de experimentar o lazer e a ocupação dos tempos, os valores associados ao trabalho e à família, as oportunidades ou os determinismos face às escolhas do futuro de cada um, mostram marcas distintas em cada geração e, assim, estruturam diferentes realidades sociais. É, desta forma, a mudança de *universos representacionais* que

²⁹ Uma coorte significa um grupo de sujeitos de uma população que têm em comum um determinado período de vida, normalmente a data do seu nascimento.

evidencia um processo de *renovação de gerações* (Pais, 1998: 26). Assim, ao estudar as actuais gerações de pessoas mais velhas, não posso deixar de considerar as influências temporais, vividas num período histórico e social singular, por um determinado grupo de pessoas que são colectivamente influenciadas por essas experiências e formas de socialização comuns.

Dentro de uma mesma geração encontramos, no entanto, profundas disparidades de acordo com o capital social, o capital económico, o género, etc. A heterogeneidade de trajectórias pessoais exprime diferentes vivências sociais dentro de um único espaço de tempo. Não querendo ignorar esta diversidade, são, contudo, um conjunto de valores e representações relativamente homogéneas que conferem sentido de identidade social a uma geração (Donfut, 1988). Segundo Claudine Attias-Donfut³⁰, é a consciência de partilha de uma história social que determina a pertença geracional de um grupo de pessoas, uma vez que «uma geração não tem existência social independente, ela é, sobretudo, heterónima, o que não impede, bem pelo contrário, a emergência de uma consciência de geração, como elemento da consciência do tempo, ou de uma marca socio-histórica que assinala a sua especificidade»³¹ (1988: 185-186).

Quando me preocupei, neste trabalho, em observar os comportamentos de um grupo de pessoas, que tem como indicador comum a idade e a freguesia onde vivem, interessou-me conhecer em que medida esta geração transportou para o seu tempo de reforma um conjunto de valores e de pressupostos que, embora se exprimam de forma heterónima, imprimem referências socio-temporais comuns.

³⁰ Claudine Attias-Donfut é uma socióloga francesa, especializada nas áreas do envelhecimento, do lazer, das políticas sociais e das gerações. Dirige dois dos mais significativos organismos franceses na área da investigação sobre o envelhecimento: a CNAV e a DRV. É co-redactora da revista "Retraite et Société" e membro do comité de redacção da revista "Gérontologie et Société". Autora de diversas obras e artigos destas temáticas, entre os quais *Le nouvel esprit de famille* (2002), *Le siècle des grands-Parents. Une génération ici et ailleurs* (2001), *Grands-parents: la famille à travers les générations* (1998), *Génération et âges de la vie* (1991), *Sociologie des générations: L'empreinte du temps* (1988).

³¹ Tradução livre da autora a partir do texto original: «la génération n'a pas d'existence sociale autonome, elle est fondamentalement hétéronome, ce qui n'exclut pas, au contraire, l'émergence d'une conscience d'une génération, élément de la conscience du temps, ni l'empreinte socio-historique qui en marque la spécificité» (Attias-Donfut, 1988 : 185 -186).

“Em termos sociológicos, pertencer a uma geração ou suceder-lhe não é ter a mesma idade ou ser mais ou menos jovem, mas possuir uma contemporaneidade de ideias, de influências, de saberes, de filiações identitárias, de valores.” (Pais, 1998: 27)

A geração deste estudo, apelidada de geração pivot pelo autor Xavier Gaullier (1999), vive actualmente um período de reforma pioneiro na história. É uma geração “velha” para o mercado formal de trabalho mas que ainda goza de longos anos de esperança média de vida. Esta geração tem ao seu dispor, por um lado, um conjunto vasto e inédito de serviços e de ofertas para a ocupação do tempo na reforma mas, por outro lado, não é socialmente reconhecida numa sociedade que tende a negligenciar outros modos de participação que não sejam os da via do trabalho assalariado (*Ibidem*).

2. A história do percurso de uma geração

As pertenças geracionais são profundamente marcadas pelos acontecimentos sociais, políticos e económicos da sua história. A construção simbólica de um tempo social é feita através da influência das marcas históricas e ideológicas colectivas nos percursos individuais. Todos os grupos têm a sua história e constroem a sua identidade através de uma *memória colectiva* (Halbwachs, 1968). Halbwachs foi um dos autores que mais contribuiu para a compreensão do significado da *memória colectiva*, dizendo que os diversos grupos que compõem a sociedade são capazes, a cada instante, de reconstruir o seu passado uma vez que partilham entre eles uma unidade suficiente de crenças sociais e de pontos de vista (Halbwachs, 1994: 289). As imagens colectivas que perduram num grupo permitem-lhes, segundo o autor, a reciprocidade de pensamentos e de expectativas e, por isso, a criação de um tempo colectivo (*Idem*, 1968: 92).

A cada geração partilham-se acontecimentos, opiniões e valores que alicerçam memórias e histórias comuns que, por sua vez, influenciam e se constroem a partir dos percursos individuais. É por isso que o autor defende que “toda a história da nossa vida faz parte da história geral”³² (Halbwachs, 1968: 37). Estas imagens comuns, perfilhadas

³² Tradução livre da autora a partir do texto original de Maurice Halbwachs, onde se lê: « Nous dirons plus exactement encore: mémoire autobiographique et mémoire historique... La première s'aiderait de la

nas memórias autobiográficas e colectivas, surgem de forma singular em cada geração, de forma irrepetível na história, mas fazendo parte dela e, por isso, também, participando no seu futuro.

As actuais gerações septuagenárias e octogenárias, sobre as quais se debruça o tema deste trabalho, identificam-se com um conjunto de saberes, de valores e de acontecimentos particulares na história. Os pensamentos e os caminhos que tomaram ao longo do seu curso de vida e nos dias de hoje relacionam-se intimamente com a história do seu tempo, da sua geração. Destaco, a título ilustrativo, uma série de eventos referentes ao percurso de vida dos entrevistados, aos valores e aos pensamentos que vigoravam nessas épocas e que serão, quantas vezes, lembrados ou subentendidos nos seus testemunhos, mais à frente.

- Nas primeiras décadas do século XX, Portugal é um país fortemente ruralista, económica e tecnologicamente atrasado, vivendo sobretudo da agricultura, da silvicultura e da pesca. A indústria portuguesa é essencialmente transformadora e está muito dependente do exterior (Costa, 1983).
- Portugal conhece, nessa altura, um acréscimo do peso numérico e social da classe operária, sobretudo nas cidades de Lisboa e do Porto. Sendo que, em 1925, esta já representava 25% da população, sobretudo devido ao êxodo do campo para as cidades, motivado pela fuga da população agrícola à miséria que se vivia nos campos. Ainda assim, nas três primeiras décadas, a maioria da população portuguesa continua a viver fora das cidades (Costa, 1983).
- Nos anos 20 e 30, vive-se com profunda escassez de géneros, muito desemprego e inflação elevada (Costa, 1983: 567-607). Nesta altura, aspira-se a ordem e a eficácia governativa (Saraiva: 2003).
- É neste contexto que, em 1926, se dá o golpe de estado militar que vai dar início a uma longa ditadura de 48 anos, vindo Oliveira Salazar a ascender ao poder em 1932. Um ano depois, aprova-se uma nova Constituição (corporativa) – o Estado Novo –, no mesmo ano em que Hitler conquista o poder na Alemanha. Poucos anos depois, são criadas as organizações nacionais Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa e nasce o partido único União Nacional. (Williams, 1989a)

seconde, puisque après tout l’histoire de notre vie fait partie de l’histoire en général » (Halbwachs, 1968: 37)

- O Estado Novo fica conhecido pela restrição do poder do parlamento, pelo controlo da imprensa, das liberdades democráticas e de comunicação (Saraiva: 2003). A ideologia que disseminava era baseada nas máximas do nacionalismo, democratismo e historicismo, aludindo a um projecto nacional que ia combater a degradação, o clientelismo e a corrupção e defender os valores tradicionais da civilização ocidental e cristã (Costa, 1983).
- Vive-se no auge dos movimentos nacionalistas, da poesia saudosista e da consciência cultural portuguesa (Saraiva, 1983)
- Portugal assume uma posição particular no quadro de guerra europeu, procurando a preservação da paz e da independência, embora, fornecendo volfrâmio para ambas as partes da guerra (Saraiva, 1983).
- Em 1930, Fátima assume-se como um local católico de relevo no contexto europeu, após o reconhecimento das “aparições” de Nossa Senhora de Fátima de 1917, pelo bispo de Leiria. (Williams, 1989a)
- Em 1935, existem em Portugal 30% de analfabetos, na mesma década em que se publicam várias obras de Fernando Pessoa, de Ferreira de Castro e de José Régio e em que é realizado o primeiro filme de Manoel de Oliveira “Douro, Faina Fluvial”. (Williams, 1989a)
- A partir dos anos 50 surge um sistema de forças empresariais industriais, bancárias e financeiras que vêm a alcançar uma força crescente. Enquanto que entre 1938 e 1960 o produto agrícola cresceu cerca de 30%, o produto industrial aumentou 100% (Castro, 1983). Por seu lado, o rendimento agrícola rondava os 7,5 contos/ano, enquanto que o rendimento na indústria estava na casa dos 21 contos/ano. (*Ibidem*)
- O crescimento da população industrial continua a despoletar movimentos migratórios do campo para a cidade e a oferecer possibilidades de mobilidade social e de acesso ao ensino. O Estado Novo, aliás, incute esta ideia do *self made man*, que apela à possibilidade das pessoas alcançarem o sucesso através do seu próprio esforço, reforçando a ideologia do trabalho como motor de mobilidade. (Costa, 1983)
- Em 1953, inicia-se o primeiro de três Planos de Fomento em Portugal (Williams, 1989b)
- Em 1956, juntamente com outros países, Portugal entra para a ONU (Williams, 1989b)

- Nas décadas de 60 e 70, torna-se evidente a concentração urbana, as novas condições de alojamento proporcionadas pelas cidades, o aumento do emprego feminino e a redução do número de camponeses nas famílias. (Costa, 1983)
- A partir da segunda metade de 60, desenvolvem-se os transportes, as comunicações e despoletam os fenómenos da globalização do capital e da expansão das grandes empresas transnacionais (Castro, 1983). Nessa década, o país é marcado pela forte emigração da população para França, Alemanha, Luxemburgo e Suíça, estimando-se que, entre 1960 e 1974, tenham emigrado cerca de 1 600 000 pessoas (*Ibidem*).
- Após a tomada de posse das forças de oposição ao governo, vive-se algum turbilhão motivado pelo sentido anti-burguês e revolucionário e com reflexo na expropriação das grandes propriedades e no regresso dos retornados das ex-colónias (Saraiva: 2003)
- Com esta “Revolução dos Cravos”, de 25 de Abril de 1974, alcança-se o sufrágio universal, dão-se as nacionalizações e a criação de uma nova classe política, marcada por uma relativa estabilidade política e pelo rotativismo centralista, num espírito de paz política e de liberdade (Costa, 1983)
- Só a partir dos anos 80 e das décadas seguintes é que Portugal passa a responder política, social e economicamente a uma Comunidade Europeia; vindo a aderir à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986 e à moeda ‘euro’ em 2002.

Estas influências históricas e ideológicas que marcaram o país, sobretudo, dos anos 20 aos anos 60 do século XX, foram palco das aspirações, das motivações, dos percursos escolares, profissionais, familiares e de vida das actuais gerações idosas. Ilustram, claramente, trajectos marcados pela vulnerabilidade à pobreza e à fome numa grande franja da população, pelas segregações sociais entre pobres e ricos, mulheres e homens, negros e brancos, pela crença no valor do trabalho, na progressão na carreira e no emprego para a vida. São, também, inequívocas as marcas da hegemonia e dogmatismo nos valores religiosos e morais associados à família, a pouca familiaridade com os princípios e práticas de liberdade e de igualdade e uma vida circunscrita a uma estreita rede social, familiar e geográfica. Estavam ainda a descoberto, já na maturidade desta geração, o alcance dos progressos democráticos, as dramáticas alterações e variedade de estilos de vida, as consequências dos fomentos tecnológicos e científicos no estreitamento das comunicações à escala do mundo e no melhoramento das condições

de saúde das populações. Viriam, ainda, a verificar-se a redimensão dos conceitos de rede e de globalização, o aumento considerável da esperança média de vida da sua geração e das seguintes, a renovação do mercado de trabalho, onde os mais velhos deixariam de ter lugar, aquando da introdução dos sistemas altamente computadorizados e da concorrência escolarizada e especializada dos mais novos.

Uma consciência de geração constrói-se, contudo, ao longo de todo o curso de vida. É difícil balizar os limites temporais e sociais de uma geração. Como se determina o nascimento de uma nova geração? Como coabitam duas ou mais gerações e de que forma se imiscuem valores e representações entre elas? Estarão as gerações mais velhas permeáveis a interferências das mais novas? E de que forma estas interferências poderão ser fraccionantes nas histórias de vida particulares e na história da geração?

Não há dúvida que o presente também participa na construção de uma geração: ora através da leitura que faz das memórias do passado, ora aproximando, ainda que também separando, valores, conhecimentos, crenças sociais entre os grupos, entre as gerações. A vida de uma geração não é apenas determinada por uma história de passado comum. As experiências do quotidiano também influenciam os destinos individuais e colectivos de uma geração, imprimindo neles as novidades e os constrangimentos do presente (Halbwachs, 1968). Na actualidade, por outro lado, confrontam-se e estranham-se diferentes filiações culturais e valorativas, trazidas por um passado de histórias e percursos temporais e socialmente distintos.

Halbwachs referia, a este propósito, que o passado era conservado no presente tal como o presente se introduzia no passado (*Idem*: 78). A partir desta ideia, o autor indica que, em primeiro lugar, as tradições e o passado permanecem profundamente vivas nas sociedades actuais, através das recordações dos mais velhos, das instituições, enfim, de toda uma bagagem histórica comum que subsiste em nós, no nosso grupo, na nossa região. As diferenças entre gerações não são, na verdade, rupturas efectivas com o passado, elas transportam consigo as preocupações e os feitos antigos, confundindo-se muitas das vezes com os do presente e conferindo, desta forma, continuidade.

“Eu não estarei assim tão distante deles [dos meus pais e dos meus avós] tal como eles não estarão muito distantes de mim; mas de acordo com a idade e com as

circunstâncias, somos atingidos pelas diferenças e pelas semelhanças entre as gerações que muitas das vezes se voltam para elas próprias, afastando-se umas das outras, como se encontram e se confundem.” (*Idem*: 56)³³

Em segundo lugar, o autor refere-se também à ideia de que é através do presente que olhamos e explicamos o passado e as nossas crenças. Os conhecimentos e as ideias que reconhecemos actualmente dão forma às memórias e à sociedade de ontem. E, desta forma, as memórias colectivas que conferem identidade singular a uma determinada geração partem dos pensamentos actuais e são, por isso, reconstruções que fazemos do passado, aos olhos dos dias de hoje (Halbwachs, 1994: 296).

Reportando-me ao tema de estudo neste trabalho, não posso deixar de reconhecer a importância que os acontecimentos e os valores que preencheram a infância e a juventude das actuais gerações de septuagenários e octogenários permanecem vivos e capitais nas escolhas e nos percursos que tomam agora aquando do seu tempo de reforma. Por outro lado, a globalização dos mercados e das culturas, o fortalecimento de uma era de consumo, a fugacidade do tempo, dos bens e das relações, a emergência das políticas sociais de activação e de *empoderamento* não passam inócuos a estas gerações, apesar de não serem estes os motes que perfilham a sua identidade geracional. Pelo contrário, é no distanciamento face às representações sociais e culturais das gerações idosas que despertam as novas gerações, ainda que transportando uma bagagem histórica comum.

3. Organização do tempo numa perspectiva de curso de vida

As abordagens que adoptam uma perspectiva de curso de vida consideram, nos seus estudos, todo o percurso de vida dos indivíduos e o seu contexto intergeracional, em detrimento de analisarem, de forma particular e desenraizada, um determinado período ou acontecimento na história de vida das pessoas. O reconhecimento desta dimensão

³³ Tradução livre da autora a partir do texto original : «Je ne serai pas si loin d’eux [mes parents et mes grands-parents], puisque mes parents ne sont pas si loin de moi ; mais suivant l’âge et aussi les circonstances, on est frappé surtout des différences ou des similitudes entre les générations qui tantôt se replient sur elles-mêmes et s’éloignent l’une de l’autre et tantôt se rejoignent et se confondent» (Halbwachs, 1968: 56).

temporal, socio-historicamente marcada, será fundamental na análise das discontinuidades do ciclo de vida e dos seus marcos culturais, nomeadamente o da entrada na reforma. Na medida em que a linearidade dos trajectos – educação, trabalho, reforma – é cada vez mais débil, torna-se relevante, neste estudo, perceber como se reorganizam actualmente os tempos de reforma e em que medida estes são determinados pelos percursos de vida dos sujeitos.

Conforme tem vindo a ser justificado ao longo do capítulo, as escolhas e as ocupações assumidas no tempo de reforma dos indivíduos resultam, simultaneamente, das opções individuais e das condições estruturais que marcaram toda a sua trajectória de vida e conferem, por caminhos mais ou menos acidentados, sentido à sua biografia. Assim, uma perspectiva de curso de vida permite uma análise integrada e contextualizada das oportunidades e das escolhas dos indivíduos, assim como das influências que determinadas estruturas institucionais e condições históricas tiveram na sua vida. Há um conjunto de referências individuais e colectivas que pertencem aos episódios da nossa trajectória e que orientam o presente e o futuro dos percursos individuais. O conceito de *self* ou de identidade, da maneira que Anthony Giddens defende, implica uma coerência entre o passado e a projecção que cada um faz do seu futuro através de uma “monitorização reflexiva da acção” (Giddens, 2001: 70). A identidade como projecto reflexivo é uma das características motivadas por um contexto de *modernidade tardia*, como diz o autor, que permite que as pessoas, em vários momentos da sua vida, se possam confrontar consigo, com o caminho que estão a tomar, reflectirem sobre ele e construírem e reconstruírem a sua própria narrativa, pese embora os constrangimentos das instituições e das estruturas sociais (*Ibidem*).

“Uma auto-identidade tem de ser criada e mais ou menos continuamente reordenada sobre um pano de fundo de experiências cambiantes na vida do dia-a-dia e das tendências fragmentadoras das instituições modernas.” (*Idem*: 171).

Na actualidade, as trajectórias de vida e a maneira como estas são conduzidas são cada vez mais diferenciadas. As pessoas gozam, nos dias de hoje, de um campo de oportunidades mais alargado do que no passado e estão menos sujeitas aos constrangimentos das estruturas e das tradições. A conduta das suas histórias de vida é mais autónoma e orientada por uma pluralidade de estilos de vida (*Ibidem*). O tempo de

continuidades – em que os trajectos educação, trabalho e reforma se faziam de forma linear – dá lugar a um *tempo de descontinuidades* – que reorganiza, complexificando e flexibilizando, as noções de tempo e de espaço. Num tempo de descontinuidades, as novas formas de organização do tempo de trabalho, de lazer, de estudo, de ocupação, já não se prendem com lógicas sequenciais de organização tradicional do ciclo de vida e dos tempos sociais mas respondem, antes, a uma diversidade de combinações e possibilidades individualizadas e em consonância com o percurso de vida de cada um (Gaullier, 1999).

Os percursos de vida, cada vez mais intermitentes, percorrem agora os tempos de formação, de assalariado e de inactividade de forma descontínua. Proporciona-se a alternância entre os vários momentos em diferentes fases da vida das pessoas, seja por força das mudanças culturais e das expectativas sociais, seja pela motivação das novas políticas sociais e de emprego, ou pelos constrangimentos socio-económicos. O curso de vida é, actualmente, atravessado por licenças de parentalidade mais prolongadas e paritárias entre mulheres e homens, pelos apelos à formação ao longo da vida, nomeadamente através dos programas de *novas oportunidades*, pelo reforço das figuras dos regimes de *part-time* e dos bancos de horas que flexibilizam os horários de trabalho, pelo crescente revezamento de empregos, pelo aumento da precariedade e da volatilidade do trabalho e pelo prolongamento do tempo de entrada na reforma. Estes percursos de vida, em tempo de descontinuidades, suscitam novas oportunidades e novos riscos para a vivência da reforma no futuro.

A abordagem de uma perspectiva de curso de vida tem sido frequentemente utilizada nos estudos recentes da Comissão Europeia, conduzindo algumas das suas orientações políticas em matéria de formação, trabalho e reforma³⁴. É a preocupação com a

³⁴ Também a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2000b) reconhece a importância em adoptar uma abordagem que abarque a totalidade do ciclo de vida das pessoas e, para isso, considera os determinantes temporais, sociais e ambientais das experiências de vida de cada pessoa, de uma coorte ou de várias gerações. Este enfoque permite perceber se, por exemplo, as experiências biológicas ou sociais vividas durante a primeira parte da idade adulta interagem com outros factores biológicos e sociais em fases mais avançadas da vida. Nesta óptica, a saúde e a actividade na velhice são um sumário das circunstâncias de vida e das acções levadas a cabo pelos indivíduos ao longo de todo o seu percurso. Esta abordagem dá-nos a oportunidade de perceber que as pessoas podem influenciar a forma como envelhecem, adoptando estilos de vida saudáveis e mudanças no seu processo de envelhecimento. Por outro lado, também nos

emergência de novas e diversificadas trajetórias de vida e de trabalho, associadas a novos riscos, que impulsiona o projecto da União Europeia de debate sobre os usos do tempo e as políticas de curso de vida, analisado, sobretudo, em torno da organização dos tempos de trabalho e da sua relação com as biografias e escolhas pessoais. Entre os documentos de referência da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, destacam-se os estudos:

- “Working time options over the life course: Changing social security structures”, de 2005, coordenado por Ute Klammer e Saskia Keuzenkamp – que analisa, em seis países da União Europeia, o impacto das estruturas institucionais e dos regimes de protecção social sobre o nível de participação e opções no tempo de trabalho ao longo do curso de vida das pessoas.
- “A new organisation of time over working life”, de 2006, coordenado por Gerhard Naegele e outros autores – que analisa as alterações nos modelos e nas preferências no uso do tempo de trabalho e a sua relação com medidas que promovam a melhoria das condições de vida.
- “First European Quality of Life Survey: Time use and work–life options over the life course”, de 2007, coordenado por Anália Torres e Rui Brites – que analisa, a partir de um inquérito aplicado em 25 países europeus, a influência das directrizes institucionais e das políticas nas escolhas individuais de uso do tempo ao longo do curso de vida.

A abordagem dos usos do tempo ao longo do curso da vida ajuda-nos a entender como os padrões de uso do tempo mudam entre gerações e ao longo do percurso de cada um. A organização dos tempos de uma sociedade poderá ser reveladora da qualidade de vida que esta promove, evidenciar novas formas de organização dos tempos, novas aspirações nas trajetórias de vida das pessoas e as suas implicações sociais, políticas e

permite compreender que alguns dos acontecimentos, que decorrem no curso da nossa vida e que influenciam o nosso estado de saúde e a maneira como envelhecemos, não podem ser modificados pelo indivíduo. É a partir desta perspectiva que a OMS define que o envelhecimento não diz respeito a uma determinada idade mas é antes um processo que decorre ao longo da vida dos sujeitos, começando mesmo antes de nascermos e continuando ao longo do percurso de vida (OMS, 1999).

económicas. A organização e preferências no uso do tempo permite, por exemplo, avaliar algumas das mudanças históricas que ocorreram nos papéis de género e também nas ocupações dos mais velhos. Um dos resultados do estudo realizado em 2007 pela Comissão Europeia – First European Quality of Life Survey: Time use and work–life options over the life course – indica-nos que parte das variações nos padrões de usos do tempo ao longo do curso da vida está relacionada com factores institucionais, tais como a estruturação do sistema de educação, a disponibilidade e os custos da prestação de cuidados às crianças e dependentes, as condições do mercado de trabalho, o sistema de pensões (Torres e outros, 2007).

Os estudos sobre os usos do tempo permitem uma ampla abrangência de análise, não só no âmbito da distribuição das tarefas entre diferentes grupos sociais e ao longo do curso de vida, mas envolvendo também variáveis culturais, económicas, políticas, sociais e afectivas na interpretação das oportunidades e escolhas nos usos do tempo (*Ibidem*). A recolha de dados com este fim tem vindo a ser feita por centros nacionais e internacionais de estatística, pela Comissão Europeia e pelas Nações Unidas, essencialmente através de métodos quantitativos de resposta a questionário e/ou preenchimento de diários de tempo. Podemos destacar três dos mais relevantes estudos sobre as preferências e as utilizações dos usos do tempo. O primeiro, referente ao contexto europeu, é o já referido estudo da Fundação Europeia para a melhoria das condições de vida e de trabalho – First European Quality of Life Survey: Time use and work–life options over the life course³⁵. O segundo trabalho destacado é de alcance mundial e foi desenvolvido conjuntamente pela Divisão de Estatísticas do Secretariado das Nações Unidas e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, denominando-se “A questão de género na medição do trabalho remunerado e não

³⁵ Este estudo foi realizado na Europa dos 25 e, do ponto de vista metodológico, faz a análise de dados estatísticos recolhidos em 2003, recorrendo a uma tipologia standardizada de acordo com o Eurobarómetro (EB60.3 e CCEB 2003), enquadrando três estádios distintos do curso de vida no trabalho: 1) a fase de entrada no mercado de trabalho e pré-parental, 2) a fase de trabalho e de parentalidade e 3) a fase de esvaziamento e retirada do mercado de trabalho. O estudo utiliza um conjunto de questões estruturadas e indicadores com o intuito de analisar as preferências e opções de usos de tempo, tendo em conta a importância, a disponibilidade, o uso e a satisfação dos indivíduos face às opções que tomam.

remunerado”³⁶. O terceiro estudo decorre em contexto nacional e é desenvolvido em 1999 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), através da aplicação do Inquérito à Ocupação do Tempo³⁷. Os resultados deste estudo, que é o mais recente em contexto nacional dentro do tema da ocupação dos tempos, têm vindo a ser inúmeras vezes utilizados noutros trabalhos, sobretudo nas áreas de estudo do género, mas também dos idosos³⁸.

Os métodos de medida dos usos de tempo foram introduzidos nos inícios do século XX sobretudo com a preocupação social de conhecer melhor os usos da força de trabalho em contexto de industrialização e o seu efeito na sociedade (MrKic, 2008). Em meados do século, já se estabeleciam *standards* internacionais permitindo uma comparação entre diferentes países sobre os usos de tempo (*Ibidem*). Foram e continuam a ser, por isso, uma forte ferramenta de monitorização económica e social. O alcance destes estudos é proporcionado pela abrangência de variadas dimensões de análise, como: o trabalho remunerado e não remunerado, a divisão de trabalho nas famílias, a caracterização da vida familiar, a participação cívica, os padrões de vida, as diferenças de participação, entre mulheres e homens e em diferentes faixas etárias, no mercado de trabalho, na educação e nas actividades culturais. De forma a garantir alguma comparabilidade entre os estudos, utilizam-se geralmente as classificações já estabelecidas sobre os usos do tempo, como o “Harmonized European Time Use Surveys” (HETUS), criado em 2000 pelo Gabinete de Estatística da União Europeia – EUROSTAT e/ou o “International Classification of Activities for Time-Use Statistics” (ICATUS), desenvolvido pelo Secretariado Estatístico das Nações Unidas, nos anos 90.

Uma das temáticas desenvolvidas a partir dos estudos sobre os usos do tempo tem sido a divisão do tempo por género, resultando em amplas reflexões sobre a desigualdade entre

³⁶ Este programa remonta ao ano de 1995 e foi aplicado a 14 países em desenvolvimento em todos os continentes, utilizando medidas de uso de tempo de acordo com o julgamento internacional de classificações das actividades de usos do tempo (ICATUS) das Nações Unidas.

³⁷ O trabalho publicado diz respeito à estrutura e duração das actividades realizadas pela população portuguesa com 15 e mais anos, em todo o território nacional, considerando o trabalho profissional, o trabalho não pago em contexto doméstico, a solidariedade interfamílias e as práticas de lazer.

³⁸ Podemos referir os estudos e as publicações realizados pela investigadora Heloísa Perista, nomeadamente “Trabalho, família e usos do tempo: uma questão de género” (1999) e, mais recentemente, “Velhice(s) e vulnerabilidades: mulheres idosas em Portugal” (2004).

mulheres e homens na distribuição dos tempos de trabalho, de ocupação e de responsabilidades domésticas e de prestação de cuidados a familiares dependentes. A partir daqui, têm-se utilizado os conceitos de tempo/trabalho produtivo e tempo/trabalho reprodutivo (OIT, 2009). O primeiro diz respeito ao tempo ocupado em actividades profissionais remuneradas e o segundo ao tempo ocupado em actividades que, embora não sejam remuneradas, geram lucro, pois geram serviços e trabalho doméstico e de prestação de cuidados. Este tempo e trabalho invisíveis – o reprodutivo – desempenhado maioritariamente por mulheres, pode ser medido através da contabilização em horas e divulgado nos resultados destes estudos. À semelhança dos trabalhos sobre o género, outras extrapolações podem ser feitas a partir dos levantamentos dos recenseamentos sobre os usos de tempo, como, por exemplo, o que respeita os usos do tempo das pessoas reformadas, nomeadamente aferindo o grau de participação destes em actividades produtivas e reprodutivas na sociedade mas, também, percebendo e caracterizando as alterações nos níveis de participação destes noutras esferas da vida social.

Os resultados obtidos no primeiro e no terceiro estudos mencionados dão algumas pistas de reflexão sobre a caracterização, preferências e escolhas das pessoas para a vivência do seu tempo de reforma. O caso português apresenta algumas singularidades nos dados obtidos. Desde logo, conforme se pode verificar no gráfico 5, no momento imediatamente anterior à reforma, a taxa de empregabilidade das/os portuguesas/es com mais de 55 anos e menos de 64 anos de idade está acima da média europeia, quer por homens como por mulheres, equiparando-se à dos países liberais. Nesta matéria, os portugueses já se tinham antecipado às directrizes que resultaram dos conselhos de Barcelona e de Estocolmo que recomendavam que, até 2010, os países membros da União Europeia aumentassem a participação da população com idade compreendida entre os 55 e os 64 anos de idade no mercado de trabalho. Também Portugal mostra das mais baixas taxas de desemprego desta faixa etária (7,2 para os homens e 5,4 para as mulheres) no panorama europeu e, sobretudo, quando comparado com os restantes países mediterrânicos e continentais. Ainda que os dados sobre a empregabilidade dos trabalhadores mais velhos possam ser equiparados aos dos países liberais e países nórdicos, não são as mesmas condições socio-económicas ou culturais que os motivam (Pestana, 2003). Pelo contrário, algumas teses indicam que os baixos salários da população portuguesa e as baixas reformas colocam esta população em maior risco de

pobreza e de vulnerabilidade e, assim, justificam a saída tardia do mercado de trabalho, assim como também justificam a elevada taxa de empregabilidade feminina, quando os factores culturais mais tradicionalistas e católicos sugeririam o contrário (*Ibidem*).

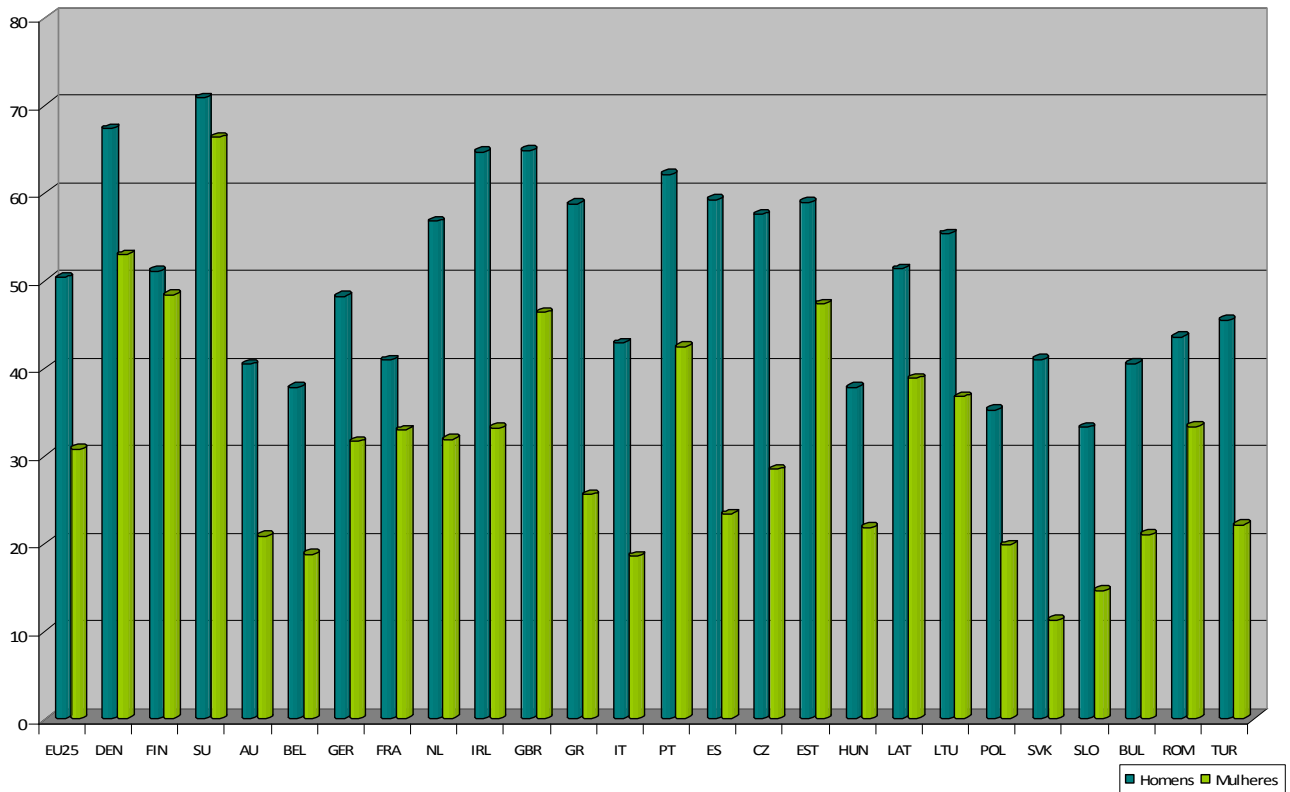


Gráfico 5. Taxa de empregabilidade (em %) dos 55 aos 64 anos, em 25 Estados-Membros da União Europeia. Dados relativos a 2003 (Torres e outros, 2007)

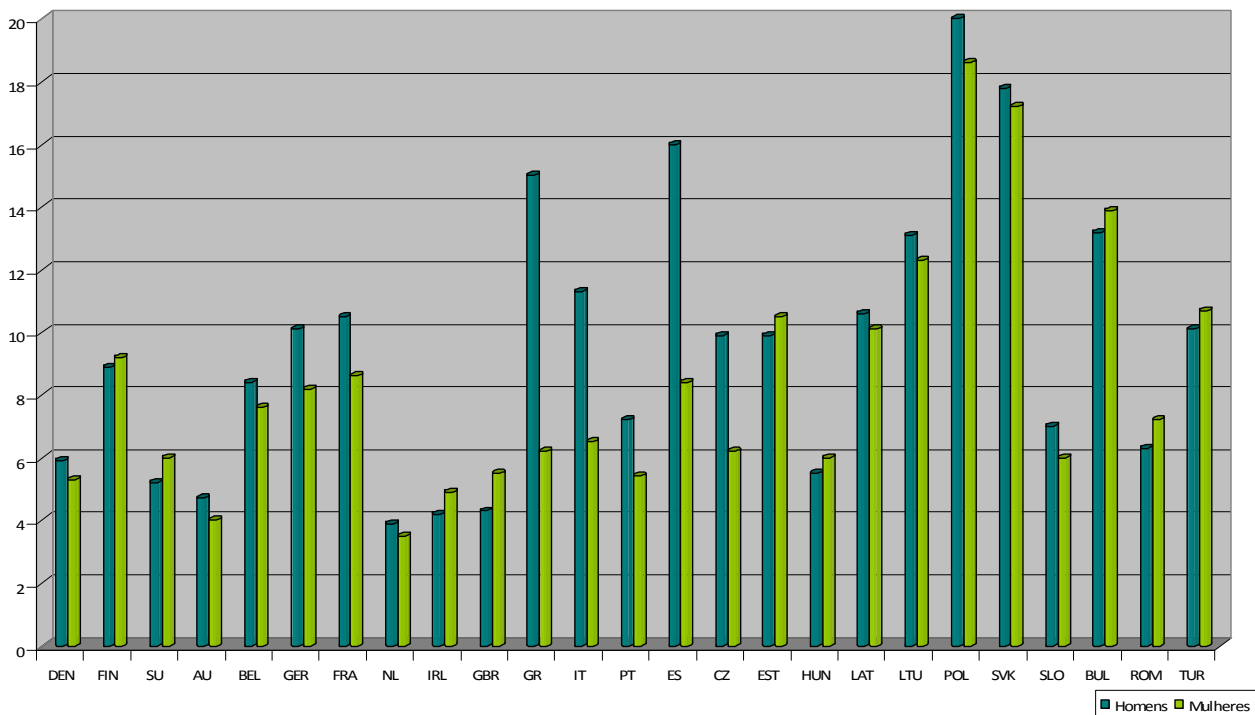


Gráfico 6. Taxa de desemprego (em %) dos 55 aos 64 anos, em 25 Estados-Membros da União Europeia. Dados relativos a 2003 (Torres e outros, 2007)

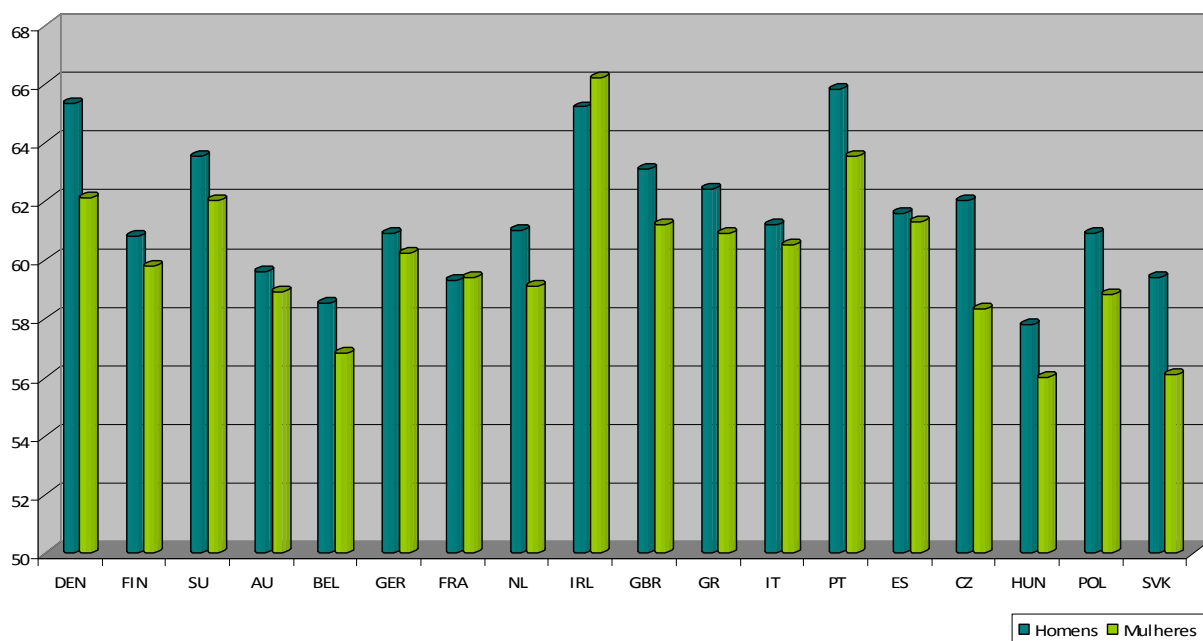


Gráfico 7. Média da idade efectiva de entrada na reforma em 18 países Membros da União Europeia. Dados relativos a 2003 (Torres e outros, 2007)

Se por um lado as/os portuguesas/es são dos que apresentam mais elevadas taxas de empregabilidade na faixa etária dos 55 aos 64 anos, por outro lado, é Portugal o país que, neste levantamento, maior interesse manifestou de, aquando da reforma, parar

completamente de trabalhar em vez de optar por regimes de transição mais suaves como o trabalho em *part-time* antes da reforma. Os dados de 57% na opinião dos homens e 56% na das mulheres são esmagadores comparando com a média europeia dos 25 países inquiridos que é de 33% e 29% respectivamente. Posso sugerir que, nesta situação tal como na apresentada no gráfico 5, a combinação de meio salário com meia pensão de reforma não seja economicamente atractiva num país que apresenta uma maioria da população a auferir tão baixos rendimentos e reformas claramente insuficientes. Segundo o estudo publicado por Heloísa Perista, a propósito dos dados revelados pelos inquéritos aos orçamentos familiares portugueses 1994/95, a população idosa constitui-se como o grupo social mais vulnerável a situações de pobreza, evidenciando-se em 1995 que os agregados familiares com pessoas idosas são mais propensos à pobreza do que os que não têm idosos. Assim, enquanto que 13,1% dos agregados familiares sem idosos são pobres, já 36,6% dos agregados com idosos são considerados pobres e no caso dos agregados só com idosos sós 56% são pobres (Perista, 2004: 259).

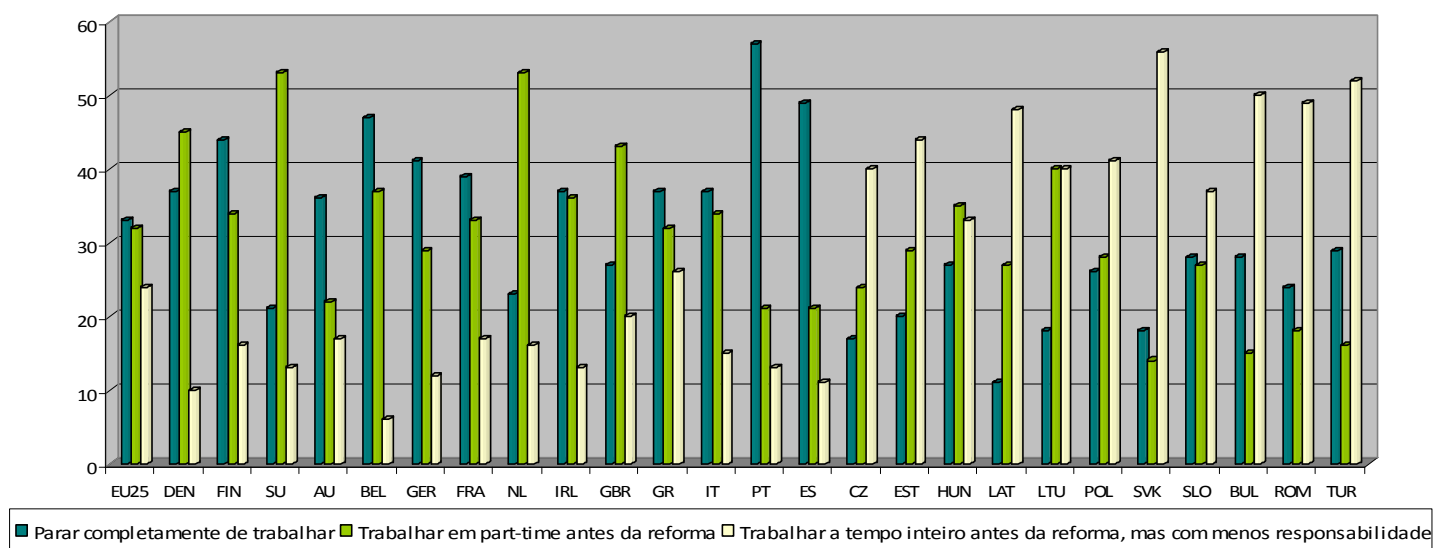


Gráfico 8. Opções preferidas pelos homens no momento perto da entrada na reforma, por país, em %. Dados relativos a 2003 (Torres e outros, 2007)

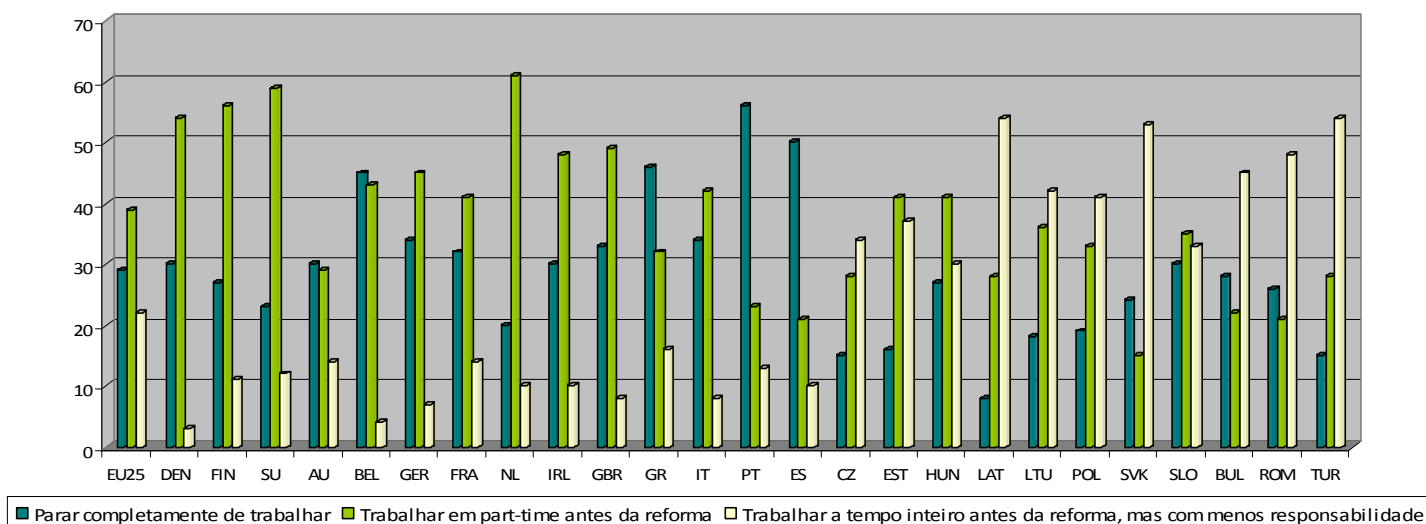


Gráfico 9. Opções preferidas pelas mulheres no momento perto da entrada na reforma, por país, em %. Dados relativos a 2003 (Torres e outros, 2007)

O inquérito à ocupação do tempo, realizado em Portugal, em 1999, pelo INE, dá algumas informações valiosas sobre a distribuição das actividades profissionais, domésticas, de lazer, entre outras, nas diversas faixas etárias, nomeadamente pelos mais velhos, de acordo com o género e com a situação perante o trabalho. Apesar de nos encontrarmos já a uma década de distância do momento de aplicação deste inquérito, os resultados obtidos continuam a ser relevantes para a caracterização dos espaços de participação das pessoas mais velhas após a reforma e para o enquadramento desta tese³⁹. A partir dos índices apresentados, verificamos a pertinência de quatro aspectos sobre a ocupação após a reforma: (i) a distribuição do tempo em rotinas diárias e semanais, (ii) a diferenciação das actividades por género, (iii) a preponderância dos trabalhos domésticos e de prestação de cuidados à família nesta faixa etária e (iv) a ausência de actividades de enriquecimento pessoal e de recriação do tempo.

Assim, é possível constatar que a gestão do tempo pelos mais velhos procura enquadrar-se em rotinas diárias e semanais que, de alguma maneira, respondem aos hábitos adquiridos ao longo do percurso da sua vida. Embora o seu dia seja essencialmente preenchido por tarefas sem condicionalismos exteriores e obrigatoriedade de horário, durante a semana, 53,4% da população reformada levanta-se às 8h e aproveita os fins-de-semana para maior descanso, com dormidas mais prolongadas (INE, 2001: 25). Para as mulheres reformadas, tal como para as que estão activas no mercado de trabalho, é ao

³⁹ O trabalho empírico da tese não se debruçará na observação de dados quantitativos.

sábado que gastam mais horas no desempenho de tarefas domésticas, com uma média de 7h21. Também ao longo da semana se mantêm rotinas. As actividades de *toilet*, tarefas domésticas e cuidados à família acontecem sobretudo da parte da manhã e de tarde predominam as actividades de lazer (*Ibidem*). A informação sobre as actividades que estruturam o quotidiano dos mais velhos dá-nos pistas sobre os estilos de vida e o bem-estar desta população (Doimo e Derntl, 2006).

A diferença no desempenho de papéis de género torna-se evidente na análise das actividades desempenhadas por mulheres e homens reformados. O acréscimo da participação em trabalhos domésticos é significativo em ambos os géneros, quando comparado com a população activa no mercado de trabalho. No entanto, mulheres e homens participam nestas actividades de forma distinta. Nos homens predominam as tarefas de jardinagem, cultivo de hortas, cuidados a animais, construção e reparações, com uma duração média diária de 3h, e nas mulheres as actividades de preparação de refeições e de limpeza da casa, com duração média diária de 6h. De uma forma geral, o desempenho de tarefas domésticas pela população reformada é superior à da restante população inquirida, sendo que nos homens reformados acresce em 1h44 à dos homens empregados profissionalmente e no caso das mulheres os trabalhos domésticos e os cuidados à família ocupam mais de 2h diárias do que nas mulheres empregadas (*Idem*: 24). As mulheres reformadas também ocupam uma média de 1h45 diárias para cuidados a outras famílias, para limpeza da casa, cuidar de crianças ou de adultos. A partir destes dados, podemos compreender que a população reformada, sobretudo a feminina, desempenha um elevado volume de horas diárias de trabalho reprodutivo, ou seja, que embora não seja remunerado é gerador de trabalho que não é lazer e que isenta os próprios, os agregados familiares e a sociedade de encargos financeiros sobre estas tarefas⁴⁰.

⁴⁰ Sobre a prestação de cuidados a outras famílias não é possível saber, a partir dos dados apresentados por este estudo do INE, se se trata de trabalho remunerado ou não remunerado.

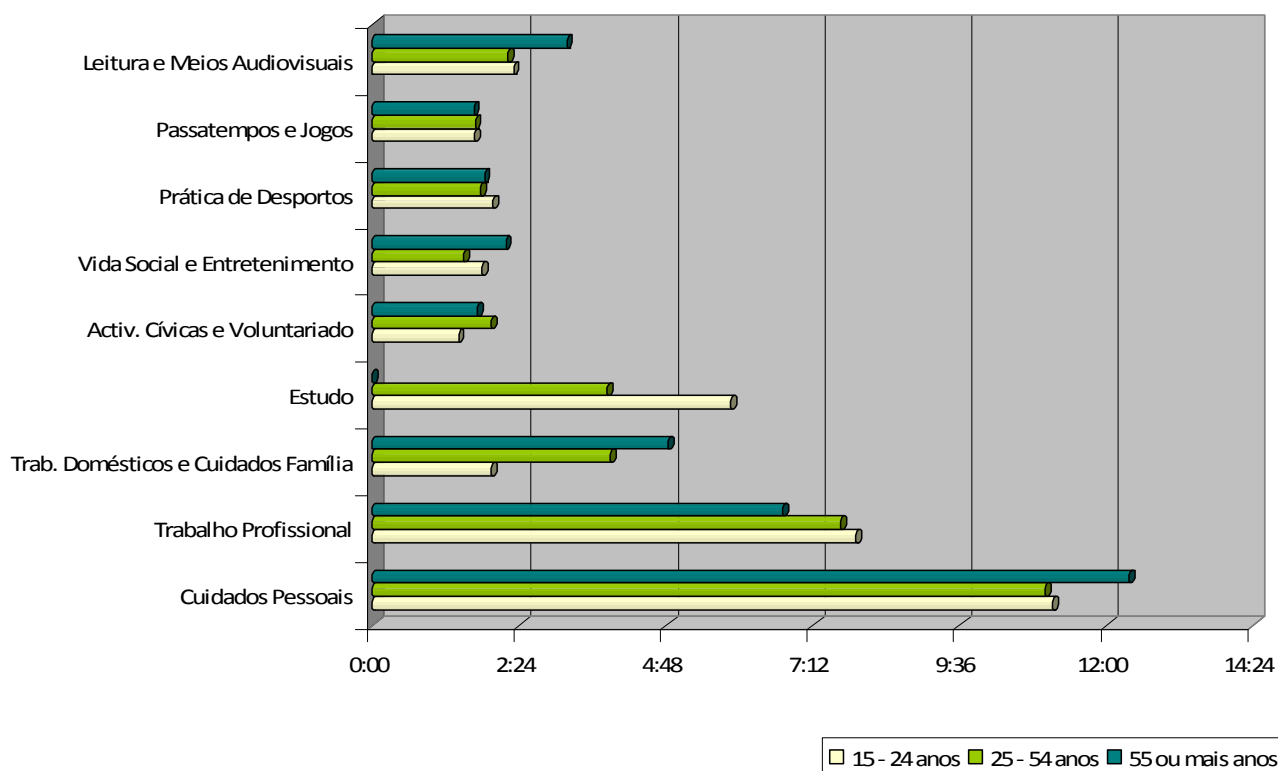
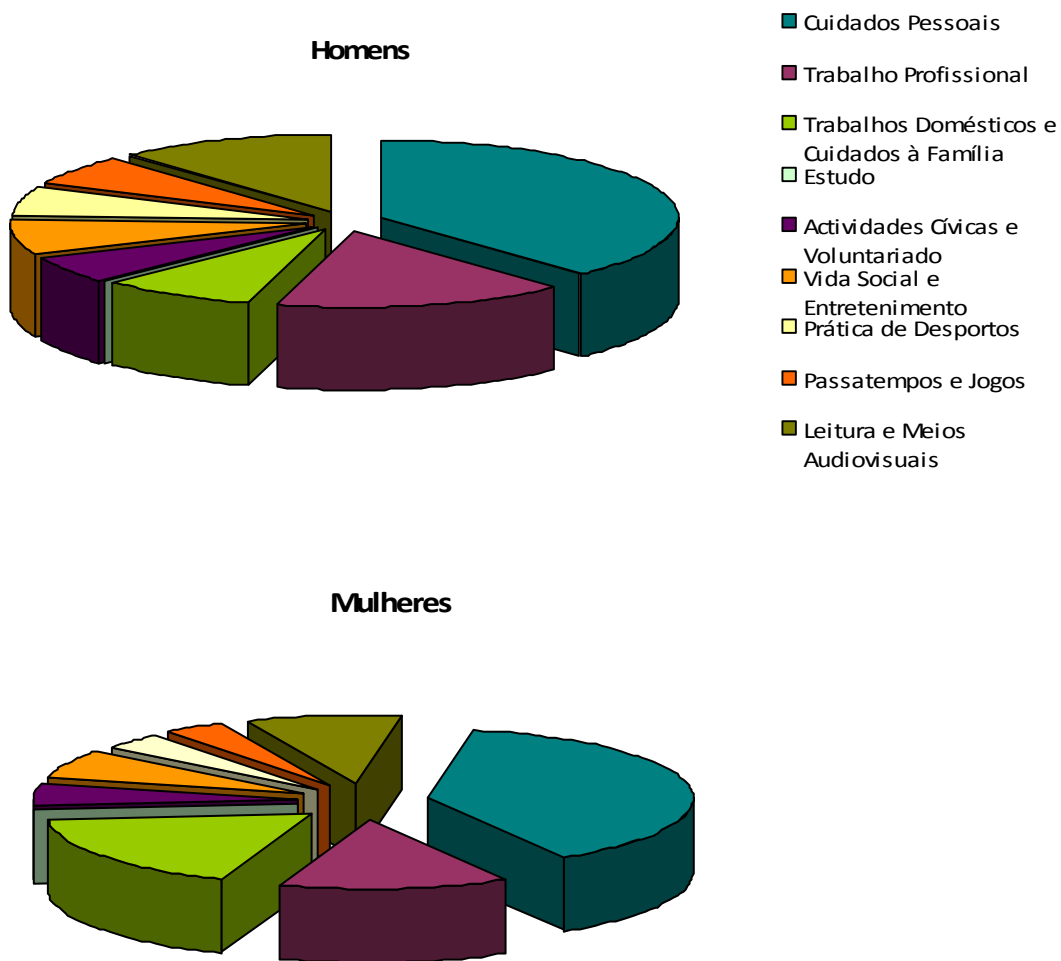


Gráfico 10. Duração média das actividades realizadas por grupo etário: dos 15 aos 24 anos; dos 25 aos 54 anos e dos 55 ou mais anos. Dados do INE, relativo ao “Inquérito à ocupação do tempo”, de 1999

Por outro lado, a ocupação da população masculina reformada em actividades de entretenimento, vida social, prática de desportos, passatempos, jogos, leitura, ver televisão ou ouvir música é claramente superior à da população feminina que ocupa uma média diária de 7h50 nestas actividades, em relação às 10h50 gastas pelos homens. A primazia das actividades de recreação nos homens e das actividades domésticas e de prestação de cuidados nas mulheres corrobora os papéis tradicionais de género que conferiram ao longo da história ocidental os espaços públicos e de lazer aos homens e os espaços privados às mulheres.



Gráficos 11 e 12. Duração média das actividades realizadas pela população reformada, homens e mulheres, e taxa de participação. Dados do INE, relativo ao “Inquérito à ocupação do tempo”, de 1999.

Os resultados apresentados pelo inquérito do INE não evidenciam, no entanto, uma recriação evidente nas formas de ocupação e nos espaços de participação da população reformada. Poderia esperar que o trabalho profissional desse lugar ao desempenho de nova(s) actividade(s) de valorização pessoal. Contudo, o que os índices mostram é o reforço das horas gastas em actividades de cuidado pessoal, domésticas, cuidados à família e lazer. Assim, fora do espaço doméstico ou de prestação de cuidados a outras famílias, as actividades que predominam são o visionamento de televisão, que ocupa uma média de 3h para homens e mulheres, o convívio e entretenimento com 1h30 e, no caso dos homens, os passeios a pé e os jogos. A preferência por estas actividades é proporcional à da população empregada, com a excepção do desporto que é pouco

expressiva na população activa profissionalmente. Apenas os estudantes superam a prática de desporto apresentada pelos reformados. Por outro lado, o lazer passivo (fazer festas ao cão, pensar na vida, descansar) chega a ocupar, a 38,4% da população reformada, 2h diárias, o que é bastante significativo quando comparado com a restante população inquirida (*Ibidem*). A falta de expressividade de actividades recreativas e de valorização pessoal poderá levantar algumas pistas sobre a (in)capacidade de reinvenção da ocupação do tempo após a reforma.

Seria interessante, numa perspectiva de análise ao longo do curso de vida, perceber como evoluirão, nas próximas décadas, os índices de ocupação de tempo na reforma da população que, à data de 1999, permanecia activa no mercado de trabalho. Desde já, poderia indagar, por exemplo, sobre o aumento da participação dos mais velhos em cursos proporcionados pelas universidades da terceira idade ou mesmo pelos centros de novas oportunidades. A aplicação continuada e metódica dos inquéritos à ocupação do tempo facilitaria o apuramento dos estudos sobre a evolução dos espaços públicos e privados de participação da população ao longo do seu percurso de vida, assim como a análise da adopção de diferentes estilos de vida de acordo com oportunidades e contextos histórico-sociais determinados.

4. Reinvenção do tempo social da reforma

Embora os actuais septuagenários e octogenários não tenham sido, em boa parte do seu curso de vida, até à data de 2009, confrontados com algumas discontinuidades enumeradas neste trabalho, são, no entanto, participantes e actantes nas mudanças que se operam neste período histórico. Por isso, também o seu percurso não ficará inócuo a estas influências. Já foram referidas algumas das mudanças estruturais que ocorreram nas últimas décadas e que fazem adivinhar transformações nas oportunidades e nas vivências do tempo de reforma. Refiro-me, por exemplo, ao aumento da esperança média de vida, à alteração dos modelos familiares, assim como ao papel da mulher na família e na sociedade, à sobrevalorização do trabalho, a uma população mais escolarizada, ao surgimento de mais e novas ofertas de consumo para o público sénior e a fortes apelos à activação (pelo trabalho, desporto e lazer). A população reformada portuguesa parece estar a experimentar um novo período de reforma, mais longo, com

mais saúde, com mais ofertas de ocupação mas, também, com maior tempo de vulnerabilidade económica e com um papel social desajustado a uma sociedade jovial e hiperactiva. Assim, interessa perceber quais as oportunidades e os riscos que enfrenta a população reformada e a coerência das vivências da reforma no percurso da sua vida.

Para responder a este desafio, nos últimos anos, têm surgido diversos mercados de ocupação para a população reformada, acompanhados de uma nova ideologia de envelhecimento activo. O turismo sénior, as termas, as universidades da terceira idade, o desporto sénior, são alguns dos exemplos de ocupação que têm vindo a ser disseminados por empresas privadas, organizações sociais sem fins lucrativos e organismos públicos de desenvolvimento local ou regional. Os mais velhos têm agora, mais do que nunca, um leque de ocupações disponíveis para gerirem o seu dia-a-dia, na perspectiva de permanecerem activos física e intelectualmente. O primado do envelhecimento activo inscreve, desta forma, o processo de velhice na ideologia contemporânea de hiperactividade e jovialidade. Esta postura, enquadrada nos pressupostos de participação e de *empoderamento* que lideram os princípios actuais de intervenção e de produção teórica nas áreas do social, parece propor uma nova identidade para o envelhecimento. Serão, no entanto, as pessoas capazes de refazer o seu percurso de vida através de uma nova projecção identitária na reforma? E conseguirão os impulsos para a activação no envelhecimento combater as imagens negativas da velhice que se alimentaram no último século?

Os princípios veiculados por esta nova ideologia do envelhecimento activo levantam duas observações do ponto de vista da necessidade de reinvenção pessoal na reforma: (i) a invocação à criatividade na reconstrução de um novo projecto de identidade e de ocupação na reforma e (ii) a expressão de uma visão incompleta do envelhecimento que tem por base o primado da activação.

A primeira observação levantada apoia-se na ideia de que os projectos de vida desenvolvidos durante o percurso de trabalho dos sujeitos ficam comprometidos com a sua entrada na reforma. Xavier Gaullier, através da sua obra “Les temps de vie: emploi et retraite” (1999), analisa a reorganização do ciclo de vida em torno das mudanças ocorridas com o aumento do número de anos na reforma e a coerência na distribuição dos tempos de trabalho e de lazer ao longo do ciclo de vida e entre as gerações. A tese

do autor, a este propósito, é que a reconversão do pleno tempo de trabalho para o pleno tempo de lazer levanta problemas identitários para os sujeitos (Gauillier, 1999: 145). Segundo Gauillier, as pessoas enfrentam, com a entrada na reforma, um novo tempo de experiências de ocupação do tempo livre, sem precedentes na sua vida adulta. Em detrimento da centralidade do valor do trabalho, é esperado que a entrada na reforma impulse, por si só, o desempenho de actividades de lazer e de actividades não produtivas, de forma a sustentar as performances activas de envelhecimento. Os reformados iniciariam, assim, novos projectos de vida e de reconhecimento pessoal e social fora dos cânones vinculados pelo trabalho.

É a hegemonia do valor do trabalho que, desde a industrialização, define a distribuição dos tempos sociais ao longo do curso de vida, naquela a que Gauillier chama uma sociedade adultocentrista (*Ibidem*: 172). A fase da juventude define-se pela sua preparação para entrar no mundo do trabalho, a fase de vida adulta caracteriza-se pelo momento de vivência central do trabalho e a fase da velhice coincide com a reforma do mercado laboral. Os adultos usufruem, assim, no período das suas vidas dedicado e definido pelo trabalho, do auge do reconhecimento pessoal e social. Esta fase da vida das pessoas está intimamente orientada para o trabalho, para a produção. Assim, a vida na reforma, liberta da participação no mercado de trabalho, recupera a centralidade do sujeito e do tempo para si, o que, muitas das vezes, em vez de se traduzir numa vantagem cria o vazio e a desorientação na vida das pessoas (Gauillier, 1999: 175-176). A este propósito, o autor defende que o estímulo à ocupação pelas actividades benevolentes e voluntárias, portanto, de utilidade social, vêm responder a uma desorientação e incapacidade dos sujeitos em recriarem o seu tempo e a sua identidade através de ocupações não produtivas e que contrariem o percurso investido nas últimas décadas da sua vida (*Ibidem*). As actividades de utilidade social recolocariam, desta forma, o lugar do idoso na sociedade e promoveriam o seu reconhecimento e valia sociais. No entanto, nem as actividades de utilidade social se substituem plenamente ao trabalho nem se propõem como uma verdadeira alternativa de equilíbrio entre os tempos de trabalho e de lazer vividos ao longo do curso de vida (*Ibidem*: 178)

O percurso de trabalho absorvente, das gerações septuagenárias e octogenárias actuais, com um passado de fraco investimento no lazer, no desporto ou nas artes criativas, dá lugar a uma reforma não só dos ritmos de trabalho como também dos interesses e das

ocupações em geral. O ritmo e o usufruto da vida parecem estar mal distribuídos ao longo das trajetórias das pessoas, marcadas pela entrada abrupta na reforma. Quer os anos de permanência no mercado de trabalho quer os anos de vida na reforma deixam brechas de potencialidades e de valorização, não dando conta de uma plenitude de possibilidades. Assim, por um lado, temos um longo período de vida absorvido pelo trabalho e pelas suas rotinas, intercalado com o tempo de descanso semanal e, para alguns, uma pausa anual para férias. O desporto, os *hobbies* e outras formas de lazer fizeram-se na infância e juventude. Chegados à reforma, aos 65,8 anos para os homens e 63,5 anos para as mulheres (gráfico 7), os dias, as semanas e os anos deixam de estar circunscritos aos ritmos, horários e aspirações do trabalho e invocam a criatividade dos indivíduos para novas formas de ocupação e de realização pessoal, claramente distintas das motivações e opções que fizeram ao longo do seu curso de vida até então.

A reinvenção do tempo aquando da entrada na reforma implica um exercício de imaginação na reconstrução de rotinas e na renovação de projectos de vida, podendo mesmo falar-se numa reconfiguração identitária (Viegas e Gomes, 2007). A reforma proporciona o confronto do sujeito com uma nova distribuição do tempo e o diluir das ocupações estruturantes do seu passado profissional. Estas pessoas devem ser capazes de reestruturar o seu dia-a-dia, a partir de formas de participação e de actividade que confirmem sentido para a sua vida. No entanto, a reforma não é um momento que se possa isolar das restantes experiências de vida das pessoas, por força da ideia de continuidade e de coerência que tenho vindo a apoiar, a partir da adopção das perspectivas de curso de vida. A este propósito, Bourdieu tem defendido a tese de que existe uma correspondência entre as posições ocupadas pelos indivíduos ao longo da sua trajetórias e as disposições que resultam da sua origem social e das experiências incorporadas do passado (Bourdieu, 1997: 50). As escolhas tomadas são, assim, orientadas pela posição que o indivíduo ocupa num determinado “espaço de possíveis”, sendo esta previamente condicionada pela sua disposição social (*ibidem*). Segundo os princípios de regularidade analisados pelo autor, o presente não se circunscreve apenas ao que acontece no imediato mas é também desencadeado pelas expectativas, pelas memórias e pelas experiências do seu curso de vida, ao que Bourdieu apelida de *habitus* (*Idem*, 1998: 188). É, justamente, este *habitus* incorporado que predispõe as pessoas para determinadas escolhas, correspondentes com a sua trajetória de vida, na qual se incluem os episódios do passado, como também as esperanças para o futuro. O *habitus*

é, pois, “essa presença do passado no presente que torna possível a presença no presente do porvir” (Ibidem). No entendimento do autor, as trajetórias individuais tendem a responder a regularidades. A origem social, as experiências e as expectativas são, essencialmente, condicentes ao longo de todo o percurso de vida. Assim, à luz deste *porvir*⁴¹ Bourdiano, torna-se improvável ou pouco expectável que os sujeitos sejam capazes de reestruturar de forma inovadora o seu dia a dia aquando da entrada na reforma, quebrando um percurso de hábitos incorporados.

A segunda observação traçada funda-se na óptica de que a ideologia de envelhecimento activo não responde à pluralidade de situações e de projectos de envelhecimento e inibe, por isso, uma aceção plural e real da velhice. Susana Viegas⁴² e Catarina Gomes, no seu livro “A identidade na velhice” (2007) falam das expectativas heróicas que se depositam sobre a velhice. O envelhecimento activo assenta, na sua perspectiva, sobre as provas de acção e de vitalidade que caracterizam tradicionalmente o imaginário da juventude e agora se transportam para a velhice. A projecção da identidade do reformado no respeito por estes princípios validará a sua participação no *ethos* do novo, pois:

“É na medida em que os indivíduos se transcrevem na experiência da contemporaneidade, mediante a sua adequação ao *ethos* do novo (a qual é proporcionada pelo cumprimento da ideologia do envelhecimento activo), que faz com que as suas performances identitárias se constituam como *actos heróicos* de re-invenção pessoal” (Idem: 110)

Esta “re-invenção” identitária, no momento da velhice, implica um “acto heróico” de superação das imagens negativas da velhice, construídas socialmente e nas quais os mais velhos foram socializados (Ibidem). O reconhecimento pessoal e social das pessoas mais velhas depende da sua capacidade de demonstração de actividade,

⁴¹ O *porvir*, na aceção de Pierre Bourdieu, refere-se ao desenrolar expectável de uma história que se prenuncia antes mesmo de acontecer e “se anuncia para um *habitus* predisposto a antecipá-lo” (Bourdieu, 1998: 189).

⁴² Susana de Matos Viegas é antropóloga, pesquisadora e professora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Cultural do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS). Tem-se dedicado, entre outros temas, ao estudo do envelhecimento, tendo publicado a obra *A Identidade na Velhice* (2007) juntamente com Catarina Gomes e os artigos “Pessoas Presentes, Pessoas Ausentes. Processos intersubjectivos de consciência do tempo no envelhecimento” (1996) e “A diversidade cultural do envelhecimento: a construção social da categoria de velhice” (1988).

renunciando outras narrativas mais centradas na sabedoria ou na contemplação. Este modelo pode defraudar expectativas perante aqueles que não se consigam adequar a um ideal activo de envelhecimento. Este novo paradigma de envelhecimento, centrado no primado da acção, parece querer dissociar o tempo de reforma da velha imagem de declínio e de dependência e fundar-se na ideia de uma reforma em bom estado de saúde e de usufruto dos tempos de lazer (*Ibidem*). Ao mesmo tempo que parece emergir uma ideia positiva de envelhecimento, por outro lado, este modelo surge incompleto e em negação com outros projectos de vida e outras circunstâncias de se envelhecer.

A ideia que fazemos da dependência e da actividade numa determinada sociedade prende-se intimamente com o modelo de desenvolvimento e de cultura a que nos habituamos. Numa sociedade vigorosa quer-se uma velhice activa, autónoma e centrada na reconstrução de projectos de enriquecimento pessoais. Este modelo de envelhecimento apresenta desde logo duas lacunas: (i) uma pelo défice de estímulo à participação e intervenção dos mais velhos na esfera pública e enquanto voz activa em projectos de desenvolvimento colectivos e (ii) outra pela incapacidade de enquadrar o idoso dependente num lugar de valor na família e na sociedade, na perspectiva de que a dependência é uma condição inerente a todas as idades e fases da vida das pessoas.

A estruturação dos tempos sociais obriga a uma reinvenção pessoal na reforma, na expectativa que os sujeitos superem a centralidade do valor do trabalho e recentrem os seus projectos pessoais em actividades de lazer e de tempo para si, de acordo com o primado do envelhecimento activo e vigoroso. É necessário repensar a reforma mas, também, a própria distribuição dos tempos sociais ao longo do curso de vida, procurando um maior equilíbrio entre os tempos e as identidades construídas através do trabalho, do lazer, da família e da vida social (Gauillier, 1999: 147). O que Gauillier sugere, na verdade, é que só a harmonização dos valores do trabalho e do lazer evocariam uma verdadeira mudança na vivência do tempo da reforma e na valorização, individual e colectiva, dos mais velhos. Este novo horizonte de tempos sociais revolucionaria igualmente a qualidade de vida durante o tempo de trabalho, proporcionando uma efectiva conciliação com os tempos de lazer. Assim:

“Ao valor hegemónico do trabalho suceder-se-iam, a pouco e pouco, as identidades plurais, os valores diversificados e os tempos sociais múltiplos” (*Idem*: 254)⁴³.

Gaullier defende uma sociedade pluriactiva em todas as idades e em volta da valorização e reconhecimento pessoal e colectivo, quer da vida profissional, como da pessoal e da social. Só uma sociedade activa em todas as idades poderia dar conta da conciliação dos objectivos económicos e dos sociais na resposta aos desafios de uma sociedade cada vez mais envelhecida (*Ibidem*). Em síntese, para responder aos desafios levantados neste capítulo, é importante equacionar: (i) o reequilíbrio dos tempos de ocupação social ao longo do curso de vida, para que outros valores além do trabalho sejam capazes de promover a inclusão social; (ii) a promoção de uma sociedade para todas as idades, onde todos possam intervir para a mudança; (iii) a transição dignificante do trabalho para a reforma, implicando diversos actores nessa missão, nomeadamente as entidades patronais e (iv) a possibilidade dos tempos individuais serem cada vez mais geridos por opção e menos por imposição.

O trabalho aqui apresentado propõe-se a reflectir sobre a relação entre as trajectórias de vida das pessoas e as ocupações que estas adoptam na reforma. Mais precisamente, será analisada a reorganização do tempo social pelos sujeitos aquando da sua entrada na reforma, tendo em consideração uma relação de continuidade ou descontinuidade com o seu percurso de vida, assim como a emergência de uma nova ideologia de envelhecimento activo. Proponho-me desta forma indagar: qual o impacto do percurso de vida dos sujeitos nas ocupações que adoptam na reforma, num contexto ideológico actual de envelhecimento activo?

⁴³ Tradução livre da autora a partir do texto original: «À la valeur hégémonique du travail succèdent peu à peu des identités plurielles aux valeurs diversifiées eu aux temps sociaux multiples».

Dez narrativas biográficas prenunciam, na experiência singular de cada um dos seus autores, diferentes conexões entre as ocupações perfilhadas ao longo da vida e os caminhos escolhidos na reforma. As oportunidades e as opções tomadas nos percursos individuais relacionam-se intimamente com as disposições assumidas pelos sujeitos aquando da vivência da reforma. Desta forma, procurarei destacar, a partir das narrativas analisadas, a insinuação de padrões de conexão entre as trajectórias de vida e as ocupações na reforma, nas pessoas entrevistadas. Para esta análise, foram utilizadas, essencialmente, três dimensões analíticas: (i) o valor do trabalho e o investimento noutras actividades no percurso de vida dos sujeitos, (ii) a utilização de espaços de socialização aquando da reforma e (iii) a maior ou menor aproximação dos entrevistados ao paradigma do envelhecimento activo.

O passado de experiências (vida profissional, interesses, ocupações, família) e de oportunidades (origem social, proveniência geográfica, género, período histórico) desencadeia, à luz do sentido de *porvir* bourdiano, uma relação correspondente com as práticas presentes e as que se antecipam como as mais prováveis para o futuro. Desde logo, estas disposições subjectivas e objectivas, acumuladas no curso da vida de cada um, orientam valorações distintas para o trabalho e um maior ou menor investimento noutras actividades e interesses, que ajudam a determinar uma maior ou menor ruptura causada pela reforma no percurso de vida dos sujeitos. A centralidade do valor do trabalho, a satisfação com o percurso profissional e o empenho paralelo noutras ocupações predis põem as pessoas para cisões mais ou menos intensas na trajectória ocupacional e identitária no momento de transição para a reforma. Na reflexão sobre as narrativas recolhidas distinguem-se algumas experiências. Por um lado, certas mulheres, por força da identidade cultural de género, sustentam as suas aspirações e investimentos mais na família do que no trabalho. Existem também outras pessoas que, em virtude das influências familiares ou de pares, alimentaram e valorizaram, de forma consistente, ao longo da vida, outras ocupações para além do trabalho. Nestes dois casos, a transição para a reforma aparenta fazer-se de forma harmoniosa, sem romper com os percursos e

as aspirações de vida. Por outro lado, identificam-se os ex-trabalhadores que fizeram coincidir o seu projecto de vida com o projecto profissional e descuraram outros interesses e actividades. Para estes, a transição para a reforma faz-se de forma abrupta, rompendo com a realidade investida até então. Assim, o momento de saída do mercado de trabalho cria uma ruptura nas trajectórias dos sujeitos que, para permanecerem em actividade, precisam de reinventar interesses e novas formas de ocupação.

A importância da reforma na perspectiva de continuidade ou descontinuidade das trajectórias dos sujeitos entrevistados depende das motivações criadas e, também, das oportunidades desiguais que cada qual tem ao seu dispor. A predisposição para reorientar os interesses e as ocupações para actividades alternativas ao trabalho, após a entrada na reforma, é tanto mais estimulada quanto mais diversificadas forem as fontes de interesses e as ocupações desenvolvidos ao longo de todo o curso de vida e não apenas depois da transição para a reforma. O acesso cada vez mais democratizado a um conjunto de direitos e de serviços disponíveis não invalida a tendência para a confirmação do usufruto desigual de ocupações, bens e espaços de socialização. A verdade é que, aqueles que no seu percurso de vida gozaram de variados interesses e actividades tendem a encontrar maiores e mais diversificadas oportunidades de ocupação depois da reforma. Esta questão não se dissocia, claramente, da desigual distribuição dos poderes económico, educativo, social e cultural. Ainda que se encontrem, actualmente, na cidade do Porto, de forma muitas das vezes gratuita, actividades e serviços vocacionados para a ocupação do tempo dos mais velhos ou da população em geral, nem todos os entrevistados acedem a estas ofertas, seja por desconhecimento ou, simplesmente, por desinteresse. A utilização dos espaços de socialização pelas pessoas reformadas, à semelhança do que se verifica com outras franjas da população, é feita de forma heterogénea, em função dos capitais económicos, sociais e culturais acumulados. Por exemplo, de acordo com as instituições locais contactadas, as universidades da terceira idade e as ofertas de turismo sénior do INATEL não recebem o mesmo público que os centros de convívio ou os passeios da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal. Claramente, a população mais velha não corresponde a uma franja homogénea da população, ligada pelo factor idade ou geração.

O conjunto de interesses desenvolvidos e de oportunidades disponíveis ao longo do percurso de vida de cada um facilitará uma maior ou menor proximidade dos sujeitos ao

paradigma contemporâneo de envelhecimento activo. Entre as actividades que incorporam estes princípios de envelhecer activamente e de forma saudável, encontram-se o regresso aos estudos, a prática de desporto, o turismo, a prestação de serviços voluntários ou a experiência de novos desafios. A ocupação útil dos tempos na reforma, de acordo com os ideais protagonizados, revela uma certa conformidade com as trajectórias de vida orientadas para um conjunto diversificado de interesses e de práticas que, por sua vez, resultaram do acesso a oportunidades que estimularam esta acção. Encontramos, assim, uma relação entre a predisposição para a ocupação do tempo na reforma de forma mais vigorosa e o impulso para a actividade ao longo de toda a história de vida dos sujeitos. Pelo contrário, a transição para a reforma sem recurso a este passado de incitamentos para a acção prenuncia uma vivência do tempo sem lugar para novos desafios e para a recriação de ocupações. São estes os “homens sem futuro” de Bourdieu que, desapossados de toda a vida social e de terem uma missão ou um projecto de futuro, circunscrevem os seus tempos mortos ao presente, ao tempo finalizado, como fonte por si só de satisfação (Bourdieu, 1998: 199-200). Assim, a existência de oportunidades formais de usufruto de actividades de ocupação para os mais velhos não se traduz na incorporação efectiva deste modo de envelhecer na generalidade da população.

As dimensões analíticas aqui exploradas são o resultado da análise das entrevistas institucionais e biográficas recolhidas neste trabalho. Elas representam, portanto, algumas experiências de vivência da reforma, no contexto da baixa da cidade do Porto, e não esgotam a imensidão de experiências possíveis de transição para a reforma. Por um lado, os relatos institucionais permitiram aproximar as vivências singulares de cada história ao contexto de respostas sociais e políticas que se operam pelas organizações locais. A narração de um destes relatos, neste capítulo, recolhidos com intuito mais exploratório do que analítico, oferecem possibilidades de conhecer os espaços públicos, políticos, sociais e administrativos organizados, que respondem localmente aos interesses e às necessidades da população. Por outro lado, a análise das biografias recolhidas, segundo as dimensões apresentadas, permitiu distinguir quatro padrões de conexão entre a ocupação do tempo na reforma e as trajectórias de vida das pessoas. Estes padrões, ou tipologias, nada mais são do que universos de significado sociológico, no contexto da amostra populacional inquirida e à luz da interpretação deste estudo.

Assim, a transição para a reforma dá lugar a quatro tempos distintos: o recuperado, o parado, o recriado e o contínuo. O tempo recuperado evidencia uma transição para a reforma assente no restabelecimento de antigos projectos de vida, já desenvolvidos ou iniciados no passado. Esta passagem implica, claramente, uma mudança nas rotinas diárias sem entrar em ruptura com o percurso tomado na história de vida. O tempo parado verifica-se nas biografias com trajectórias com poucos estímulos para a acção. No passado, as actividades e ocupações dos sujeitos foram pouco diversificadas e, assim, estes não se mostram capazes de refazer o seu percurso aquando da reforma. Tal como na situação de tempo recriado, a saída do mercado de trabalho anuncia uma ruptura nos ritmos de vida e nas ocupações mas, neste caso, sem proporcionar alternativas. Pelo contrário, o tempo recriado é um dos padrões encontrado nas experiências mais renovadoras de vivência do tempo fora da ocupação profissional. A cisão provocada pela reforma dá lugar à descoberta de novos interesses e actividades esmorecidos na trajectória dos indivíduos. Contrariando as tendências de conservação dos comportamentos verificados no percurso de vida, a reinvenção do tempo na reforma experiencia os ideais protagonizados pela ideologia do envelhecimento activo. Contudo, a este padrão associam-se trajectórias sociais, económicas e culturais privilegiadas que prenunciam maiores e mais diversificadas oportunidades de recriação das ocupações na reforma. Por fim, o tempo contínuo surge associado a uma transição harmoniosa do trabalho para a reforma. Esta situação verifica-se nos entrevistados que mantiveram, de forma consistente e comprometida, ao longo do seu percurso de vida, projectos, actividades e interesses paralelos ou até de maior importância em relação ao desempenho da profissão.

Assim, os universos de significação aqui identificados referem-se às reflexões incitadas pela leitura das histórias recolhidas, junto de dez pessoas reformadas que habitam na baixa da cidade do Porto. Ao mesmo tempo que estas narrativas apresentam as singularidades de cada trajectória, de cada vida, elas também se ligam às histórias de outras pessoas, por força de um vínculo geracional, geográfico ou cultural, que partilham. Na leitura destas narrativas procurarei apresentar campos de significado sociológico que retratem o envelhecimento e as conexões possíveis entre as trajectórias de vida e as ocupações desempenhadas após a saída do mercado de trabalho.

1. Uma muleta ou um trampolim na velhice: a perspectiva institucional

Maria de Lurdes Rito⁴⁴, coordenadora do serviço de acção social da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, foi a primeira pessoa que entrevistei no âmbito deste mestrado. Esta entrevista teve uma dupla função: exploratória e analítica. Por um lado, as informações e as opiniões que recolhi permitiram-me um primeiro contacto com a realidade local de vivência do envelhecimento, com a caracterização da população reformada que viria a entrevistar e com os serviços locais que são disponibilizados. Assim, delimito o tema com maior precisão e oriento os passos seguintes do trabalho empírico da tese. Por outro lado, esta entrevista revelou-se um registo rico em informação e passível de análise qualitativa dos seus conteúdos.

Maria de Lurdes Rito é detentora de conhecimentos privilegiados sobre a freguesia e sobre a sua população. Conhece muito bem a realidade local por força do trabalho de proximidade que realiza, desde meados dos anos 80, no serviço social da Junta. Esta Junta de Freguesia é uma das instituições que presta, directamente, serviços para a população reformada e idosa da cidade do Porto. Ainda que a maioria dos serviços nas áreas da cultura, do lazer, da educação, da saúde e do apoio social se dirijam à generalidade da população, existe um conjunto de instituições com actividades especificamente vocacionadas para responder a necessidades e interesses particulares da população mais velha. Tal como foi já argumentado, a população reformada não é um grupo homogéneo de pessoas que partilham os mesmos gostos, condições ou oportunidades. Na verdade, a diversidade de situações encontradas na utilização dos serviços disponíveis e dos espaços institucionais é reveladora da pluralidade de realidades individuais na velhice.

A Junta de Freguesia, por força do trabalho de cariz mais assistencialista a que tem que dar resposta, contacta, sobretudo, com a população que apresenta maiores carências económicas e de isolamento social. A tutela dos serviços de apoio domiciliário e do centro de dia ficam a seu cargo, para além da prestação de outros apoios sociais em situações de carência financeira. O envelhecimento demográfico e do parque

⁴⁴ Ao contrário dos restantes entrevistados, o nome citado é verdadeiro e não fictício, uma vez que a entrevista foi realizada em contexto institucional e o testemunho foi dado de acordo com as suas funções como profissional da Junta de Freguesia referida.

habitacional da baixa da cidade do Porto tornam este território um local privilegiado para a intervenção social junto da população mais velha. Refiro-me, portanto, ao fenómeno da deslocação da população para as periferias que, desde meados do século passado, desertificou o centro da cidade. Apesar dos ténues esforços da Câmara Municipal do Porto para atraír a população com maiores capacidades financeiras através dos programas de revitalização da baixa e do centro histórico da cidade⁴⁵ e da tendência de gentrificação⁴⁶ que os centros das cidades estão a viver desde os últimos anos, com o acolhimento de estudantes, profissionais intelectuais e artistas, a baixa da cidade do Porto permanece, sobremaneira, desertificada e degradada. Outra situação relevante na morfologia dinâmica da cidade diz respeito ao espaço comercial e de serviços que ocupa muitos dos prédios ou andares na cidade e, com isso, contribuem para o seu esvaziamento habitacional.

Em termos socio-económicos são maioritariamente pessoas com rendimentos muito baixos, com pensões mínimas ou pensões sociais. Eu falo da experiência com os nossos utentes, do apoio domiciliário e centro de dia. Depois, em termos de condições de habitabilidade, más condições de habitabilidade, o parque habitacional é muito antigo, como dá para ver, não é?

Através da experiência de acompanhamento da história de uma das utentes da acção social da Junta de Freguesia, narrada pela Maria de Lurdes Rito, conheci melhor a realidade do envelhecimento na cidade do Porto e do isolamento a que os mais velhos estão sujeitos, assim como as respostas sociais e institucionais que se operam localmente. O serviço de ‘polícia de proximidade’ tinha sinalizado à Junta, meses antes da realização desta entrevista, uma situação de isolamento e de carência económica grave de uma senhora idosa que vivia no coração da cidade do Porto, na Praça da Liberdade. A iniciativa ‘polícia de proximidade’ é dirigida pela Polícia de Segurança Pública (PSP) em várias localidades do país. Ela procura, através do contacto directo com a população e encetando várias parcerias com os organismos locais, responder localmente às necessidades de segurança, acompanhamento e sinalização rápida de situações de risco. Como diz a entrevistada, “basicamente, o objectivo é transmitir

⁴⁵ Através dos apoios financeiros dos Programas RECRRIA, RECRIPH e SOLARH promovidos pela Câmara Municipal do Porto, através da sua loja de Reabilitação Urbana.

⁴⁶ Neologismo utilizado para representar os processos de transformação das cidades que favorecem a saída das franjas de população mais pobre e, por outro lado, o acolhimento de pessoas com maior capital económico, que permitem a valorização imobiliária do território.

segurança a toda a gente que cá está, que permanece aqui. Quer aos residentes, quer aos transeuntes, quer aos comerciantes”. A situação que encaminhavam, desta vez, dizia respeito a uma senhora idosa, com problemas de saúde, que vivia sozinha no 4º andar de um prédio velho da cidade. As suas dificuldades de locomoção, a ausência de um elevador no prédio e a inexistência de vizinhos próximos, colocavam esta senhora numa situação de grave isolamento social. Há três anos que não saia de casa.

E agora, que até é um prédio que está para recuperar, está em obras e puseram daqueles painéis, que são muito bonitos para o exterior. E a senhora que ia à janela e via a rua, deixou de ver a rua. Porque, lá está, é a tal situação: rés-do-chão é um quiosque, entra-se pelo quiosque, 1º andar são advogados, 2º andar é mais um armazém de não sei o quê e o 3º é mais não sei quê e ela vive lá no alto, num 4º esquerdo. É um 4º esquerdo, exactamente. Sem elevador, não é? Evidente, são casas antigas. E o que é facto é que estamos a ver se esta senhora vai para um lar porque não tem hipóteses para estar ali sozinha, porque está cada vez mais dependente, não tem família. A única família que tem é uma sobrinha na Suíça, que vem cá uma vez por ano.

Apesar da senhora não ter família próxima, ela contava já com o apoio informal de uma vizinha que se deslocava diariamente a sua casa para garantir as refeições e a compra dos bens essenciais para a casa. O recurso às redes de apoio informais e vizinhais tem sido o reduto da assistência a situações de fragilidade económica e social em Portugal (Hespanha e Portugal, 2002). No caso apresentado, a Junta de Freguesia tem a possibilidade de accionar o serviço de apoio domiciliário, para garantir à utente a higiene pessoal e da casa, os serviços de cuidados médicos, as refeições e a vigilância. Perante a situação de grande dependência apresentada pela utente, a solução movida foi a procura de encaminhamento para um lar, através da intermediação com a Segurança Social. Contudo, nem sempre prevalecem as decisões tomadas localmente, o que favorece respostas menos eficazes. O lar sugerido pela assistente social à Segurança Social foi o de Albergaria, pois essa era a zona de naturalidade da utente e também a zona de residência da família da sua sobrinha. Esta localização garantia a permanência de algum enraizamento para a utente e obstava ao afastamento total da família e das redes de sociabilidade. No entanto, apesar da recomendação e da disponibilidade do lar de Albergaria para este acolhimento, a Segurança Social, que é a entidade central responsável por estas decisões, opta pelo lar de Seia. O distanciamento da decisão face à

realidade que regula resulta, muitas vezes, na desadequação das respostas e causa, obviamente, sequelas nas histórias de vida pessoais.

Por exemplo, esta senhora, que falei há bocado, eu pedi para a segurança social, fiz um relatoriozinho. Até veio logo a autorização para internar a senhora, mas a senhora... é assim... A sobrinha quando cá vem é de Albergaria, e estávamos a tentar que ela fosse até para um lar de Albergaria, fizemos um estudo nesse sentido. Até vieram cá umas colegas do lar para avaliar a situação, se realmente a senhora podia ir para lá ou não, porque tinham uma vaga. Mas, entretanto, a segurança social disse que a senhora tinha vaga em Seia e que ia para Seia. Agora estou aqui a negociar com a sobrinha, a dialogar com a sobrinha, se ela comparticipa com alguma coisa da mensalidade, para ver se a senhora realmente vai para Albergaria para facilitar a visita da sobrinha quando cá vier...

Ainda que nem sempre o exercício do poder público seja descentralizado, os organismos de poder local são responsáveis pela intermediação com outros organismos reguladores e mesmo pela prestação directa de decisões e serviços para a população. A Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, como outras Juntas, é detentora do poder de decisão sobre, por exemplo, a atribuição do apoio social aos utentes, do encaminhamento para os serviços que tutela e da concretização do programa de actividades orçamentado. Os serviços disponibilizados à população mais velha da freguesia estendem-se do apoio social à disponibilização de actividades de lazer e recreativas. Neste mandato, a Junta oferece, gratuitamente, aos fregueses com mais de 60 anos, passeios mensais e um passeio anual a diferentes zonas do país, almoços e jantares comemorativos, aulas de ginástica e a possibilidade de participação numa tuna sénior. Na verdade, foi possível verificar, considerando também as entrevistas recolhidas junto de alguns fregueses, a relevância que estas actividades assumem nas escolhas de ocupação e espaços de socialização dos mais velhos. Foram inúmeros os relatos que referiam os passeios e os jantares organizados pela Junta como os momentos recreativos de eleição no momento da reforma.

O défice de capital financeiro e o afastamento dos hábitos de lazer e de enriquecimento pessoal contribuem para a dependência de alguns destes reformados face às ofertas de ocupação dos tempos proporcionadas pela Junta de Freguesia. A percepção da entrevistada é que a maioria da população mais velha que recorre a alguns dos serviços disponibilizados pela Junta de Freguesia, como os passeios e o centro de dia, é muito

inerte no seu dia-a-dia e tem pouca vontade de inovar as suas ocupações quotidianas. Maria de Lurdes Rito fala mesmo, com um certo desânimo, sobre a implementação frustrada de actividades novas junto desta população. Indica-nos que as iniciativas que ofereçam lanche e que envolvam jogos de cartas continuam a ser as mais apetecidas. As dinâmicas inovadoras trazidas pelos profissionais e estudantes da geriatria, animação cultural ou outras áreas do social não recebem o entusiasmo dos mais velhos.

Nós temos tido sempre aqui estagiários: animadores sócio-culturais, estagiários do serviço social, de várias áreas, educadores sociais. Normalmente temos estagiários da escola psico-social. E é uma pequena parte que adere. Tentar motivá-los é sempre complicado, é difícil, é muito difícil. E nós tentamos inventar umas estratégias para os tentar convencer a fazer alguma coisa. Claro que é para o bem-estar deles. Mas, assim à partida, eles é mais: - não me chateiem, eu quero estar aqui a jogar às cartas, a ver televisão e já trabalhei muitos anos e já cumpri ordens de muita gente, agora deixem-me em paz e sossego. E vão fazer agora, por exemplo, um presépio. Vão enfeitar agora a sala para isto. Mas depois aqueles que aderem são normalmente os mesmos, não é?

A contraposição desta entrevista com a de um outro entrevistado, que apresento mais à frente, permite tirar algumas ilações sobre a adequabilidade das iniciativas promovidas e da sua receptividade pelos utentes do centro de dia, tomando como exemplo a construção do presépio de Natal. A razão do fracasso destas acções poderá estar no facto de que algumas das actividades propostas não só são inovadoras, na medida em que impõem a novidade e outro ritmo, como também se mostram desajustadas à maturidade e aos interesses da população a que se dirigem. Atendendo ao exemplo citado, podemos dizer que a construção de um presépio está associada ao imaginário infantil comemorativo do Natal. Esta actividade, por si só, não parece física, intelectual ou ludicamente desafiante ou atractiva para um conjunto de pessoas que têm já acumulado um domínio vastíssimo de experiências e conhecimentos de toda uma vida. A tendência para a infantilização dos mais velhos e a desconsideração pelas actividades que eles apreciam (no caso do público do centro de dia são, por exemplo, os jogos de sueca, de dominó, os passeios, o tricô ou o ponto-cruz), aliados a um certo sedentarismo e aversão à novidade, resultam na falta de adesão a algumas das iniciativas propostas. Os passeios e outras oportunidades de convívio (como os jantares e o próprio centro de dia), proporcionados pela Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, recebem, no entanto, o

entusiasmo e o reconhecimento da população reformada, segundo Maria de Lurdes Rito e outros entrevistados.

Desde há uns anos, a Junta tem também procurado diversificar as ofertas de ocupação do tempo para os fregueses mais velhos, de forma a proporcionar respostas mais adequadas aos desafios do envelhecimento saudável e activo, dos nossos dias. Assim, nos planos de actividades do último triénio, encontramos a constituição de um grupo de teatro sénior e de uma tuna sénior e a oferta de algumas actividades desportivas. Estas iniciativas permitem a aproximação da Junta a diferentes públicos de reformados, para além dos que já utilizam os serviços de centro de dia e os apoios sociais promovidos pela instituição. Este ensejo de incorporação dos ideais de envelhecimento saudável e activo encontra-se, também, noutros espaços e instituições da cidade. A população local, que ateste ter mais de 55, 60 ou 65 anos, pode usufruir de diversas actividades especialmente vocacionadas para a promoção do ‘envelhecimento activo’, entre as quais: as aulas de Tai-Shi, de Yoga ou de ginástica oferecidas pela Câmara Municipal do Porto, as aulas de artes plásticas, de informática, de línguas ou outros assuntos disponibilizadas pelas diversas Universidades Seniores existentes no concelho ou pelo INATEL e os estudos universitários para seniores com formação superior criados pela Universidade do Porto, entre muitas outras. Algumas organizações também se preocupam com a promoção de iniciativas que fomentem as relações intergeracionais, como é o caso do projecto *Aconchego* desenvolvido pela Fundação Social do Porto, em parceria com a Federação Académica do Porto, que procura criar oportunidades de alojamento para os jovens universitários nas casas de pessoas idosas da cidade e, com isso, contrariar o isolamento dos mais velhos.

Encontram-se, efectivamente, diversas respostas institucionais especificamente dirigidas a esta franja etária da população, sendo a Junta de Freguesia de Santo Ildefonso uma das estruturas formais com relevância na prestação de serviços de proximidade para a população reformada entrevistada. Contudo, na análise dos espaços de socialização e das ocupações dos mais velhos, foi necessário, obviamente, entender o espaço de participação como um todo, considerando a generalidade de serviços, de actividades e de oportunidades usufruídas e valorizadas por estes cidadãos, independentemente destas serem ou não dirigidas às pessoas reformadas. Na leitura desta entrevista e no contraponto com as seguintes, verifica-se que, efectivamente, os cidadãos reformados

não se encontram apartados das restantes dinâmicas sociais nem agem como um todo. A sua heterogeneidade social, cultural e económica justifica diferentes apropriações dos espaços públicos da cidade, de ocupações e de usufruto dos serviços institucionais disponíveis.

2. O regresso à militância religiosa: tempo recuperado

Silvina recebeu-me duas vezes em sua casa para realizarmos este registo biográfico sobre a sua experiência de transição para a reforma, que se tinha dado há sensivelmente cinco anos atrás, quando tinha 65 anos. As nossas conversas foram longas, com uma média de 75 minutos em cada uma das entrevistas. Sem dúvida, o discurso descritivo dos primeiros momentos de entrevista cedo deu lugar a um relato mais comprometido e reflectido sobre este retrato de trajectória singular, que era o seu. Segundo a sua percepção e experiência, para uma transição suave do trabalho para a reforma em muito contribuíram os interesses e as actividades que manteve com os movimentos associativos de natureza católica, desde tenra idade. De facto, o percurso de Silvina foi, desde cedo, marcado pelas influências da igreja católica e por um percurso de militância religiosa. A sua infância e juventude foram passadas numa aldeia em Monzelos, sob o esmero da educação católica dos seus pais. Lá, laborou no campo, costurou em casas particulares e apoiou a sua família numerosa nas lides domésticas. Seguindo as vontades e os passos da sua mãe, cedo destacou-se no movimento da Juventude Operária Católica (JOC), onde começou por assumir pequenos cargos de responsabilidade, que traçaram um percurso de comprometimento crescente com a Igreja Católica.

Quando em Monzelos se fundou a JOC, na década de 40, eu entrei imediatamente para aquilo que nós chamávamos as benjamins, que eram as pequeninas da JOC. Eu tinha ainda 6 anos, foi precisamente em 47, eu só fiz 7 anos em Abril. A minha mãe e o meu pai foram quem me educaram na igreja católica como praticantes e assíduos. Em casa rezava-se o terço todos os dias à noite, ia-se à missa todos os domingos, faziam-se as primeiras sextas-feiras todos os sábados. (...) Mas eu, com 14 anos, comecei a dar catequese e com 17 anos já fazia parte da direcção da JOC da minha secção. Chamávamos secção, hoje chamamos equipas de base. Eu fui responsável da Pré-JOC, portanto das pequeninas e das outras intercalares. Fiz parte da Direcção Diocesana, como responsável da pré-JOC ao nível da diocese, e depois fui presidente da minha secção, e era o que eu estava a exercer quando fui convidada a vir para o lar. Nessa altura, também fazia parte da equipa diocesana.

Antes de enveredar por uma carreira profissional fora do espaço doméstico, Silvina trocou a sua terra natal pela cidade do Porto, para poder desempenhar um trabalho missionário, que veio a assumir durante os dez anos que se seguiram. Os movimentos católicos não foram para si apenas uma forma de expressão de fé mas, também, uma fonte crucial de aprendizagem e de formação, uma carreira religiosa e, mais tarde, um projecto político. O seu trabalho, voluntário, consistia na orientação de um lar que albergava cerca de trinta raparigas, provenientes de várias zonas do país, que se deslocavam para a cidade do Porto à procura de outras oportunidades de trabalho e/ou de estudos. A diocese do Porto assegurava o acolhimento destas jovens e Silvina, com 27 anos, responsabilizava-se pela manutenção dos serviços e das regras da casa. Foi no Porto, dias depois de iniciar o seu trabalho no Lar que era também, agora, a sua casa, que Silvina começou uma carreira profissional na área dos serviços administrativos, numa empresa da cidade.

Eu vim para o Porto no dia 4 de Dezembro e fui para o lar e assumi a responsabilidade do lar no dia 7. E no dia 15 de Dezembro comecei a trabalhar, na firma onde trabalhei, melhor, com o patrão com quem trabalhei até me reformar.

Durante os dez primeiros anos de vida na cidade, Silvina acumulou três grandes projectos: a missionação, o trabalho e os estudos. Concluiu o 7º ano como trabalhadora-estudante, assistindo às aulas em horário pós-laboral, assumiu funções na secretaria e na tesouraria de uma pequena empresa que se dedicava às pedreiras, minas e fornos e prosseguiu, igualmente, os trabalhos no lar. A sua missão religiosa extravasava as responsabilidades no lar. Para além de outros cargos que assumia na JOC, Silvina aplicava os princípios e os ensinamentos do movimento também no espaço do trabalho.

Por exemplo, eu quando estava a trabalhar no escritório do outro lado, lançou-se uma campanha de alfabetização e um curso de costura. Eu tinha 2 horas para almoçar. O grupo da fábrica só tinha 1 hora. Ao meio-dia tocava e eles vinham a correr e aproveitavam 3 quartos de hora. O patrão cedeu-nos um salão onde pudéssemos estar. E eu estava a ensinar algumas letras às pessoas, a umas moças novas, como eu, que não sabiam ler nem escrever.

Os objectivos e o caminho que a sua vida tomava eram fortemente orientados pelo empenhamento religioso que, mais uma vez, não se tratava apenas de uma vaga

convicção de fé mas de um conjunto de princípios com que guiava a sua vida. Nesta década de 60, que antecedeu a viragem política do país e também a mudança de centralidade ocupacional para Silvina, a Juventude e a Liga Operárias Católicas tiveram forte expressão no país. Foram espaço de doutrinação mas, também, de instrução e de reflexão para muitos portugueses, num contexto de grande analfabetismo e de fraca propensão para o debate e para o pensamento crítico. Associada a estes movimentos, fundou-se também a BASE FUT – Frente Unitária de Trabalhadores – onde Silvina participou desde o seu arranque. Aversa aos mandos da PIDE e procurando, aos poucos, distanciar-se do espaço diocesano, a BASE FUT pretendia formar as pessoas nas áreas do sindicalismo e noutras formas de expressão colectiva e organizada de interesses.

Eu acho que depois dos meus pais, foi a JOC que me educou para a vida. Foi a grande universidade onde eu estudei, porque me educou a ver os problemas da vida com outra dimensão e a desenvolver o espírito de atenção. Aquilo que nos dizia Cardijn, o fundador da JOC, que eu tive o prazer de conhecer pessoalmente, era realmente maravilhoso, e penso que até hoje foi o movimento que a nível mundial, mais jovens tocou. (...) Ensinar-nos de tudo, ensinaram-nos a economizar, a gerir o dinheiro, a cozinhar, tínhamos cursos de costura, tínhamos cursos de bordados, portanto procurava-se formar não só na fé, porque isso era muito importante, mas também se procurava ajudar as pessoas a cultivar outros valores: o valor da família. (...) Quando no tempo do outro senhor, nós não podíamos falar abertamente, porque fomos perseguidos algumas vezes pela PIDE, então, o Centro de Cultura Operária, entre a JOC e a LOC, criaram a BASE FUT, e tinha sede no secretariado diocesano da LOC, em Entre Paredes, para nos dar formação noutras áreas: a formação em sindicalismo, formação como organizar uma reunião, como preparar uma reunião, como orientar uma assembleia geral. A PIDE foi lá algumas vezes, ao secretariado da LOC, para ver o que é que nós estávamos a fazer. Mas como aquilo estava sob o movimento da Igreja, era a forma de nós darmos formação pública, para todos.

A relação com os movimentos católicos há muito que se confundia com a sua própria vida. Não era mais ‘a JOC’ mas ‘nós’. Era claro que a missão da JOC se tornara a sua própria missão de vida. Mas as contingências políticas do país, as reestruturações dos próprios movimentos operários católicos, a idade e outros projectos pessoais e profissionais de Silvina motivaram uma mudança de centralidade nas preocupações e motivações da sua vida. Dois anos depois da revolução de 74, Silvina tinha 37 anos e estava, portanto, excedida a idade para permanecer na JOC, segundo as orientações formais desta estrutura. Foi também, nessa altura, que deixou de ter a seu cargo a

responsabilidade do Lar. A manutenção do Lar tinha-se complicado, a sua carreira profissional exigia mais de si e, além do mais, não queria “ser perpétua no Lar”.

Quando saí, não houve mais ninguém que assumisse e os Lares fecharam todos. Só tínhamos 4 e eles fecharam todos, porque depois do 25 de Abril as coisas começaram a complicar-se: era a inflação, era a falta de educação das pessoas que estavam dentro do Lar, porque havia democracia e porque elas também mandavam, elas também tinham que ditar as ordens, porque elas podiam entrar quando lhes apetecesse e quisesse. Não podia ser assim, tinha que haver regras. E não havia dinheiro. (...) Em 77 fechou porque não havia ninguém que quisesse ir para lá, que tivesse capacidade para orientar.

Apesar do abrandamento nos seus compromissos com os movimentos católicos e as estruturas diocesanas, Silvina continuou a manter, desde aí, ligações e cargos na LOC, quer de secretariado como de representação, mas com menores encargos e dispêndio de tempo. Empenhou-se, nos anos seguintes, na consolidação da sua carreira profissional e na estabilização pessoal, em casa própria. O sentido de carreira, na altura, assumia características que já quase não existem hoje em dia. O termo carreira, em si, deu lugar, actualmente, à flexibilização, à polivalência e à precariedade dos postos de trabalho. Mas, durante o curso de vida de Silvina, um emprego durava uma vida e previa progressão. O seu percurso profissional não se fez, contudo, numa única empresa, pois o seu patrão era um empresário de vários negócios e várias investidas, mas foi sempre administrativa do mesmo empregador.

Assim, o seu comprometimento religioso aligeirou e, nas quase três décadas que se seguiram à saída do lar e até entrar na reforma, dedicou-se ao tratamento das compras e das vendas e à gestão dos recursos humanos, no emprego.

Não me podia reformar antes. Quarenta e dois anos de descontos para a segurança social e 65 anos de idade. Eles queriam que eu lá continuasse mais um ano ou dois mas eu disse – não, tenham paciência, é assim, agora vou dar lugar aos novos que já trabalhei muito. E mais, vou daqui consciente e confiante do que fiz. Não queria andar aqui de bengalinha a fazer má figura. Aos 65, fui-me embora.

Reunidas as condições legais estipuladas pelo código da Segurança Social, Silvina reformou-se na idade que podia e não mais cedo, como queria. Mas não saiu com qualquer animosidade com o patrão, com os colegas ou com o emprego em si, pelo

contrário, “todas as semanas” almoça nas imediações do emprego, com quem ainda lá trabalha. Um ou dois anos antes da entrada na reforma tinha começado a planear o seu regresso a um cargo de maior empenhamento na diocese do Porto. À semelhança do comprometimento feito com a JOC durante a sua juventude, Silvina viria a reassumir uma dedicação a tempo inteiro à militância católica.

Eu tenho princípios. Primeiro, se eu tinha idade para me reformar não devia estar a ocupar um lugar que devia ser para uma pessoa mais nova que devia estar a trabalhar. Por acaso, não o fizeram. Já o previa, mas não importa. E eu cheguei à idade de ir fazer outras coisas que me daria vontade de ir fazer, que também gostava de ir fazer e que não fui, ainda não fui. Eu gostava de ir aprender um bocadinho de música. Mas eu não tenho tempo. (...) Eu não perdi o hábito. Eu continuei a levantar-me cedo porque eu, nestes entretantos, estou na LOC. A LOC precisava de um tesoureiro, que não tínhamos.

O seu projecto de reforma é, antes de mais, um projecto de continuidade e de coerência com os investimentos religiosos empregues no percurso da sua vida. A transição para a reforma não significou, na verdade, uma ruptura significativa na sua trajectória pessoal, mas antes uma alternância, tal como a que tinha feito, no final da década de 70, aquando da saída do lar e a concentração dos seus esforços na carreira profissional. Recupera, agora, com novo fôlego, a sua “carreira” religiosa, parcialmente interrompida nessa data.

O percurso de continuidade da militância católica, na reforma, era também um percurso de continuidade da natureza das suas funções profissionais. Agora, na LOC e em regime de voluntariado, Silvina assumia os trabalhos de tesouraria e de secretariado diocesano. A sua aprendizagem profissional representa, assim, uma mais-valia no desempenho desta carreira religiosa. Ainda que os princípios voluntaristas e de crença católica distingam claramente o percurso religioso do profissional, é com comprometimento, profissionalismo e sentido de carreira que Silvina prossegue os seus trabalhos a tempo inteiro na LOC.

Neste momento sou tesoureira diocesana da LOC, e está a dar muito trabalho. (...) Eu aceitei por duas razões: em primeiro porque acho que o movimento deve ser gerido por militantes do movimento não deve ser gerida a tesouraria por uma contabilidade qualquer como quem gere um gabinete de contabilidade, segundo, eu também era militante, também sei ver até que ponto estou empenhada no

movimento, por aqui também passa, passa por outros lados, mas passa também por este.

A dedicação a tempo integral a este voluntariado segue um horário rigoroso de trabalho. De manhã até ao final da tarde nestas funções e ainda assegurando o apoio às “equipas de base” de Gaia, Gemunde, Entre Paredes e Santa Maria da Feira, sobra pouco tempo para outros projectos de reforma. A militância é, desde os últimos cinco anos, o seu ‘emprego’ a tempo inteiro.

Saio, entre as 9h e as 9h30. Tomo o café que é para começar logo a trabalhar de manhã. E vou para o secretariado e chego lá entre as 9h30 e as 10h e agarro-me aos papéis, a trabalhar. Vejo se há circulares para fazer, artigos para arrumar, coisas para lançar no computador: cotas, pagamentos e recebimentos. E saio de lá, sempre que possível, às 11h30, venho de autocarro para a baixa e venho à missa. Passo por Cedofeita, caminho por ali, vou dar umas voltas. Normalmente, venho à missa das 12h às Carmelitas. E vou almoçar a um cafezinho pequenino, na Rua Miguel Bombarda, com uns senhores já de idade que já me conhecem. A comida é caseira e eu vou para lá comer e depois vou a pé do café até à casa diocesana. Faço essa caminhada. E vou a pé até à casa diocesana e fico lá a trabalhar. E fico lá até às 17h, 17h30.

O percurso de Silvina seguiu uma direcção de continuidade no seu investimento de militância católica. A infância e a juventude, fortemente marcadas pelos preceitos religiosos, faziam adivinhar um comprometimento crescente com a igreja católica. Assim, a missão da Juventude e da Liga Operárias Católicas tornam-se a sua própria missão de vida. A fusão destes legados é determinante nas escolhas e na identidade pessoais, que se voltam a confirmar aquando da reforma. Ainda que o seu percurso profissional não possa ser descurado, é a preponderância do seu empenhamento religioso que permite uma transição harmoniosa do trabalho para a reforma.

3. Depois do trabalho, o banco do jardim: tempo parado

Conheci Laureano por intermédio da assistente social da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso que me apresentou alguns dos frequentadores do centro de dia da Junta de Freguesia. Laureano foi um dos que se disponibilizaram, desde logo, a partilhar comigo a sua experiência de vida. Via poucas oportunidades para o fazer e, com certeza, esta

intrusão que eu fazia na sua vida ajudava-o a contrariar a monotonia dos dias que lhe pareciam já todos iguais, como confessou. Os dois encontros que tivemos decorreram nas traseiras do exíguo centro de dia, junto a uma mesa de apoio que as funcionárias da cozinha utilizavam para guardar os seus pertences pessoais. As interrupções dos colegas e dos funcionários foram difíceis de evitar já que Laureano, reformado há 14 anos, com 59 anos, era um dos mais antigos e queridos na casa.

O percurso de Laureano tem vindo a ser marcado, desde o começo da sua vida até à reforma, por fortes privações económicas. Passou fome e dependeu, desde cedo, da ajuda de estruturas de apoio e de caridade. Não sendo esta carência financeira de importância menor na sua história, é com alguma amargura que diz que talvez a sua vida pudesse ter sido outra se os seus pais tivessem ficado no Brasil, ou se o seu pai não tivesse enveredado pela política comunista, ou se a sua mãe se tivesse despedido do pai e não voltasse com ele a Portugal ou se, quando lhes foi dada a oportunidade, a sua mãe tivesse regressado ao seu país, ou se... E a sua história não teria este pesar e poderia falar-nos de “outras coisas”, “falar bem”, como outros que conheceu. Em várias passagens da sua narrativa, encontramos este embaraço com a pobreza que sempre conheceu.

Nasci no Brasil. O meu pai é natural de S. João da Pesqueira e foi muito novo para o Brasil e criou lá fortuna, trabalhando. Criou gado, cafezeiro e uma infinidade de coisas. E constituiu uma certa riqueza. Conheceu lá a minha mãe, que é brasileira, amulatada. E eu e duas irmãs nascemos lá. Acontece porém que o meu pai deu-se para meter na política, no tempo do Júlio Vargas. Naquela altura, ele pertencia ao partido comunista. Mas para fazer bem aos outros tramou a vida dele. Esteve preso, levou porrada. Entretanto como ele não se tinha naturalizado brasileiro, porque não quis, confiscaram-lhe os bens e foi expulso para Portugal. Mas nós não ficaríamos sem o que tínhamos se a minha mãe ficasse lá. Era brasileira. Mas ela lá preferiu o amor do homem e veio para cá. Viemos viver ali para S. João da Pesqueira. Fica para o Douro. E acontece, porém, que o meu pai aí passou de patrão para trabalhador. Em S. João da Pesqueira começou a vender caixotes de sardinhas. Entretanto, viemos para pior, não é? Na altura, eu tinha uns cinco anitos. As minhas irmãs é que eram mais velhas e recordam-se da situação. A minha mãe chorava lágrimas de sangue.

Começou a trabalhar ainda criança, como muitos da sua geração. A infância de Laureano ficou assim comprometida com a obrigação de suprir as necessidades da família. Fez alguns biscates em fábricas e armazéns de vinhos até iniciar, perto dos 20

anos, uma carreira de escriturário no sindicato dos músicos, onde trabalhou quase toda vida. Os sindicatos dos profissionais do espectáculo desempenhavam, na altura, funções de relevo na protecção social destes trabalhadores, sem paralelo com a realidade de hoje. O registo sindical e o pagamento de cotas eram obrigatórios para o exercício da profissão e, em compensação, usufruíam de contratos laborais, protecção social e direitos de autor. Este período de 33 anos na vida de Laureano, progredindo de terceiro escriturário até escriturário principal, no sindicato, permitiu-lhe estabilidade financeira e suportar de forma mais desafogada a nova família que começava a constituir.

Eu fiz a 4ª classe e comecei logo a trabalhar. Nessa altura, ainda se ia trabalhar descalço. Na altura morava na Lapa, ia todos os dias descalço para cima e para baixo. Às vezes até era barrado. Porque a ditadura impedia-nos da gente andar descalços. Eu passava pela esquadra e barravam-me o caminho. E lá tinha eu que contornar e ir pela Rua dos Bragas e depois por Cedofeita. (...) Depois fui trabalhar para o sindicato dos músicos. E trabalhei aí toda a minha vida. O sindicato era aqui, na Rua do Bonjardim, onde está agora uma casa de artigos eléctricos. Eu trabalhava por cima. Depois, foi transferido dali para a Rua Duque de Loulé, já com melhores condições, elevador, salão e tal.

Laureano mantinha, paralelamente, uns biscates no âmbito do trabalho que fazia no sindicato. Boates, comissões de festas e casinos solicitavam-lhe a elaboração de contratos para os seus profissionais e, em troca, Laureano alargava as suas fontes de vencimento, sem prejuízo de aumentar a carga de trabalho, pois, “fazia lá na hora de trabalho, sem os directores saberem”. Ainda que a sua relação com o emprego seja, segundo o seu testemunho, meramente instrumentalizada para a garantia de sustento da família, Laureano tinha gosto pelas actividades musicais. Nos seus tempos livres, sobretudo enquanto solteiro, gravava cassetes de música para boates e frequentava assiduamente os bailes da freguesia e das imediações. Fins-de-semana, férias, feriados e todos os momentos livres eram aproveitados em actividades de lazer. Laureano empolga-se a contar a variedade de actividades com que ocupava o seu tempo antes de casar, pois, como diz, nessa altura “havia muitos entretenimentos”.

Enquanto era solteiro frequentava uns bailaricos, na Rua do Bonjardim, no Alto da Fontinha, era, por exemplo, em Gaia, era na casa de Espanha. Era em muitos lugares, colectividades. Boates não frequentava. Na altura até nem havia, depois é que começaram a haver. Era só bailaricos de rua. E era o meu passatempo ao domingo. Era uma maneira de angariarem fundos para o S. João. E lá estava com as

raparigas e tal. Outras vezes ia tomar banho para a ponte da pedra, para o rio. Havia duas praias na ribeira, no lado de lá de Gaia, que se chamam, a praia do (imperceptível) e a praia (imperceptível). A gente ia lá, pagava uma cotinha para desfilar o fato de banho e nadávamos. Mas geralmente só rapazes, as raparigas não. Havia aquela coisa de se juntar rapazes e raparigas. Nesta altura, se existisse, com certeza iam raparigas, mas naquela altura não, iam só rapazes. Chegavam lá, atiravam-se ao rio de cabeça. Ficavam presos no lodo. Eu cheguei a ver isso. Cheguei a atravessar o rio, de um lado ao outro. E fiquei muito mal, porque apanhei uma corrente forte. Era mais ao menos do lado de lá, ao pé da serra, abaixo da serra. Atravessei o rio, mas apanhei um bocado de corrente e vim parar lá em baixo, fui parar às escadas adonde as mulheres lavam a roupa. Corrente havia sempre, mas a gente controlava a corrente. Mas claro...

Os tempos de lazer assumiam uma importância significativa na sua vida. Além da promoção de entretenimento, conferiam espaço de segurança e de familiaridade e eram, na leitura da sua narrativa, impulsores de realização e investidas pessoais. Laureano não socializava apenas nos bailes e nos cinemas frequentados pelos amigos e onde viria a conhecer a sua futura esposa mas, também, arriscava uma eventual mobilidade social em espaços mais selectivos e elitistas. Os “cafés culturais” afiguravam-se-lhe como a proximidade possível a uma existência distinta e eclética, que não tinha herdado da sua família.

Por exemplo, no café Guarani existia música. Cafés culturais. A gente pode dizer cafés culturais porque era onde parava a elite. Elite, pessoas de cultura. Eu não tinha cultura, mas estava ali e observava as conversas, lá ia metendo, dizendo qualquer coisa e era aceite no meio desses intelectuais embora não pertencesse àquela camada. Eu era pobre e eles eram ricos. E no meio dos músicos, também, lá me metia. Era no Guarani, no Nova Iorque e noutra ali onde está a C&A, aquilo era um café enorme. Eu também parava aí. E passava assim o tempo. Também havia, na altura, os cinemas: o Bolhão, o Central Cine, o Carlos Alberto, o São João, o Batalha. Tudo o que era barato. Às vezes, até davam dois filmes por 3\$50, na altura, no Geral. Por exemplo, na Plateia já seria mais 50 centavos, 4 escudos. Vi filmes de cowboys, enfim... Havia o Parque das Camélias. No Batalha também dava cinema, dava luta livre e por aí fora. Quer dizer, havia muitos entretenimentos. Agora, já não existe nada disto. Quando fazia esta vida de cinema era quando ainda era solteiro. Depois com a esposa a vida foi já diferente. Saíamos ao domingo, íamos a Espinho, almoçávamos e por aí fora. Entretanto, surgiram as filhas.

O marco que separa os períodos de lazer e de pós-lazer na vida de Laureano é o seu casamento. Esse acontecimento baliza a sua disponibilidade para o ócio, para o tempo

passado nos cafés, nos cinemas e nos bailes, uma vez que, depois de casar “não abandonava a esposa, mas também para levar a esposa não era o que se pretendia, não era sítio próprio”. Assim, desde aí, os tempos livres são passados sobretudo em casa, esporadicamente passeavam ao fim de semana, por Espinho ou em Vila do Conde e aos cafés já só ia ao sábado, à tarde. O casamento parece impor, segundo as tradições culturais e católicas, outros rituais de convívio, mais comprometidos com a família. Por seu lado, o trabalho segue o devido caminho: preenche as rotinas da semana de Laureano e aguarda o seu fim, sem outras expectativas. Pelo menos, assim o foi até à entrada dos governos democráticos, pós 25 de Abril de 1974, que viriam a estabelecer uma nova prerrogativa que tornava facultativa a sindicalização dos profissionais do espectáculo e, com isso, modificavam a relação entre profissionais e sindicatos e comprometiam a própria carreira de Laureano.

Depois veio a crise, veio o 25 de Abril, gerou-se ali confusão e Lisboa quis tomar conta aqui do norte. Mas, pronto, desde que me indemnizasse e que tivesse a cartinha para o fundo de desemprego.

Mas o seu trabalho de escriturário ainda de prolongou por mais 15 anos até que o enfraquecimento sindical na área dos espectáculos e a centralização destes serviços em Lisboa motivassem o seu despedimento, aos 53 anos. Foi-lhe, assim, contrariada a intenção de uma carreira para a vida. A relação de Laureano com o trabalho era de necessidade e não de emotividade, as suas ambições e identidade firmavam-se fora do contexto laboral. No desemprego, desempenhou mais uns biscates como tarefeiro numa empresa de contabilidade. A participação no mercado informal, um mercado paralelo, ilegal e com peso significativo na produção e mão-de-obra nacionais, permitiu-lhe, novamente, a acumulação de dois vencimentos até que preenchesse os requisitos exigidos para o usufruto de uma pensão de reforma, aos 59 anos.

Foi descansar, foi descansar. Trabalhei muito, não parece. Não é só o trabalhador que pinta paredes, que pinta portas, que trabalha muito. Ali a escrever à máquina, a fazer ofícios, a responder a ofícios para certas colectividades, trabalhava muito com o Ministério da Cultura, fazia contratos para músicos, ... trabalhava muito. Já me sentia cansado.

Laureano não empenhava o seu percurso de vida num projecto de realização profissional. Parece, na leitura da sua história de vida, indiferente à transição do

emprego para o desemprego ou deste para a reforma, desde que permanecesse garantido o sustento da sua família, ora através da remuneração auferida com o trabalho, ora com o subsídio de desemprego ou de pensão de reforma atribuídos pela Segurança Social. Apesar dos longos anos de trabalho, com 59 anos Laureano tinha apenas direito a uma reforma antecipada, pois os biscates informais, que fizera antes e depois da carreira como escriturário, não foram declarados nem tributados. Mas o futuro do seu percurso profissional era pouco promissor, dada a fraca escolaridade, o avanço da idade e o ainda desconhecimento das tecnologias e dos “sistemas electrónicos” do novo mundo do trabalho. Assim, a custo de um valor de reforma abaixo do que teria se permanecesse mais alguns anos a trabalhar, Laureano tem poucas alternativas à entrada antecipada num período de reforma, sem projectos nem ocupações. O esmorecimento das actividades de lazer, praticamente desde o casamento, e a ausência de investidas paralelas ao trabalho, antecipam um certo desalento para este longo período de reforma.

Na reforma, Laureano não reconhece muitas oportunidades para renovar as actividades com que viria a ocupar o seu tempo. Dá continuidade a algumas das ocupações que já o animavam anteriormente, circunscreve os seus passos aos limites da freguesia e pouco mais e apoia-se nas recomendações dos serviços sociais da Junta de Freguesia que, daí em diante, passam a ser não só suporte de segurança e de providência da sua família, mas também são, segundo nos diz, quem oferece as melhores oportunidades de ocupação na sua reforma. Laureano passa a frequentar o centro de dia da Junta de Freguesia, que fica a uns passos de sua casa. Lá, almoça, lancha e passa boa parte do seu dia, todos os dias, a conversar ou a jogar cartas ou dominó. O centro oferece-lhe não só um apoio fundamental com as despesas de alimentação e de saúde, suas e da sua esposa, como ainda providencia os espaços de lazer e de convívio, que orientam os seus dias.

Eu faço almoço e a parte do lanche. Às vezes saio e vou esticar as pernas. Uma pessoa já com uma certa idade, o físico, as pernas,... tem que se mexer para não dar a breca na cama. Costumo dar umas voltinhas à volta do jardim, como já disse, ver a jogar a sueca e às vezes jogo também. Quando o tempo está bom, vou todos os dias.

Laureano incorpora nos seus hábitos um dos ex-líbris da população masculina da sua geração: o jogo da sueca nos bancos dos jardins, nas praças da cidade. Junto a um grupo

considerável de homens da sua idade, Laureano gosta de passar algumas horas, nas tardes de bom tempo, a apreciar os campeonatos de sueca ou de dominó. Este espaço exclusivamente masculino é a expressão máxima da ocupação do tempo na reforma de muitos dos homens da cidade. Além dos jardins, anunciam-se também outros campeonatos destas modalidades nas mesas dos centros de dia, das IPSS's e dos lares, onde se concentram os mais velhos.

Por exemplo, comecei a frequentar os jardins, como outros compadres, na questão de jogar as cartas, na Praça da República, no Marquês, no Jardim de S. Lázaro, que é onde passam o tempo. Porque eles não têm outro sítio donde se divertirem. Temos que gramar aquilo. Às vezes, ainda está a chover e eles ainda estão sentados a jogar. (...) Gosto, mas gosto mais de ver. Eu jogo, por exemplo, aqui [no centro de dia], o dominó, mas também gosto mais de ver do que jogar. Embora às vezes lá me pedem para jogar e eu... quando há três para jogar, é jogado com quatro, e eu lá jogo até vir outro. Mas gosto mais de ver.

Para quebrar o marasmo da rotina de todos os dias, e como vem sendo hábito nas instituições de acolhimento da população sénior, no centro de dia de Santo Ildefonso promovem-se também, esporadicamente, outras actividades recreativas, animadas por profissionais da educação ou da geriatria, a título de estágios curriculares ou de projectos de intervenção ocupacional. Mas Laureano e os outros frequentadores do centro de dia não se mostram muito aliciados por estas actividades e parecem até não entender bem as intenções das animadoras. A participação de Laureano nas dinâmicas promovidas é vista como uma ajuda que presta à animadora e não como um entretenimento que lhe seja dirigido.

Vem aqui aquela rapariga, a Andreia, vem fazer estas coisas [mostra uns bonecos feitos com papel e plástico alusivos ao presépio do Natal]. Eu estou empenhado em ajudá-la. Eu sei porque a minha filha também passa por problemas e eu gosto que a ajudem no trabalho. E eu a mesma coisa, gosto de ajudar aqueles que trabalham. Eles são novos e precisam de mostrar serviço, para mostrar aos patrões. Agora, as pessoas vêm para aqui e é só para conversar. Mas a minha mulher também disse à Andreia: - oh Andreia desculpe mas eu vim para aqui para conversar, passar o tempo, não é para trabalhar. Trabalhar, já trabalho em casa. E eu não, já tenho o tempo mais disponível que a minha mulher, por essa razão é que a ajudo. Hoje é dia de ajudar. Não sei o que é que vou fazer. É o que ela me incumbir de fazer, a cara do S. José, do menino Jesus e a virgem Maria. Agora falta meter os olhos, a boca, ter uma cobertura diferente...

As intenções para contrariar a monotonia dos dias no centro mais parecem um fardo para as populações a que se destinam. A construção de um presépio a partir de materiais reciclados não convida este público a abandonar a compenetração na sueca, no dominó ou nas conversas que acompanham as senhoras no tricô e no ponto cruz. Estas actividades, como a construção do presépio, infantilizam a população sénior e parecem desadequadas aos seus gostos. Mas o quotidiano é facilmente quebrado e desejado sempre que se aproximam os passeios mensais ou anual promovidos pela Junta ou o jantar de Natal, este ano no Clube dos Fenianos⁴⁷.

O passeio anual é uma coisa extraordinária. O pic-nic, também; o jantar de Natal, também, nos Fenianos. É todo um conjunto de coisas que me agrada, me agrada imenso.

As iniciativas de encontro e de convívio oferecidas pela Junta de Freguesia de Santo Ildefonso são muito participadas pela população reformada e ganham o entusiasmo da maior parte das pessoas entrevistadas neste trabalho. Laureano não é excepção e faz questão de participar em todos estes eventos. A Junta oferece o transporte e a alimentação, além do convívio, que são oportunidades imperdíveis, nas palavras de Laureano. Os seus dias são, de resto, um pouco iguais ao dia anterior: no centro de dia ou nos jardins da cidade lê, na diagonal, os três jornais genéricos de distribuição gratuita e assiste aos jogos de cartas e de dominó e, só em raras situações, joga também. Mais tarde, em casa, vê televisão até à hora de dormir ou, por vezes, ainda se ocupa das gravações de colectâneas, mais para uso pessoal do que, como noutros tempos, para vender em boates. A falta de vitalidade e a inércia no dia-a-dia de Laureano fazem-no parecer mais velho do que realmente é.

Ainda gravo, por exemplo, junto os meus discos e depois faço as minhas colectâneas. Ponho um conjunto... Para não estar a ouvir a mesma música, ponho um conjunto e um cantor diferentes e por aí fora. E é o que me entretém. Já lá vão alguns anos.

⁴⁷ Clube fundado em 1904, na cidade do Porto. A filiação neste clube simbolizou, durante a maior parte da sua história, a pertença a um estatuto distinto, social e economicamente privilegiado. Actualmente, e à semelhança do que acontece com outros clubes congéneres na cidade, a utilização do espaço e dos serviços do Clube dos Fenianos está acessível a qualquer portuense.

Apesar da hegemonia do valor do trabalho, veiculada no Estado Novo pela ideologia do “self made man” e difundida, nos dias de hoje, pelas máximas da concorrência dos mercados capitalistas, o trabalho nem sempre assume centralidade na vida das pessoas. Os ciclos reprodutivos de pobreza, a que normalmente se juntam a baixa escolaridade e a precariedade no emprego, tendem a afastar as franjas da população mais vulneráveis destes ideais de realização pessoal através do trabalho. A curta infância de Laureano empurrou-o para uma entrada precoce e desqualificada no mercado de trabalho. Apesar de ter feito carreira como escriturário no sindicato dos trabalhadores do espectáculo, poderia ter feito outra qualquer. Na verdade, não seguiu nenhum sonho profissional, nem sabe ao certo se algum dia o teve. Este fraco comprometimento afectivo com a carreira profissional fê-lo transitar para a reforma sem hesitações. Contudo, ainda que este momento de passagem não represente necessariamente uma perda, ele estabelece uma ruptura no seu percurso ocupacional. Como pode um trajecto de fraco investimento no lazer ou noutras actividades não laborais dar lugar, na reforma, a novas rotinas e outras formas de ocupação?

A sua quase inexistente infância e as actividades de lazer interrompidas com a entrada do casamento não alimentaram muitos hábitos de lazer nem projectos pessoais fora do mercado de trabalho. Este percurso de rotina laboral e de recolha no espaço doméstico vem a revelar-se um constrangimento na recriação do tempo na reforma ou na recuperação de actividades esquecidas. Assim, o fraco investimento noutras ocupações no curso da sua vida dá lugar, na reforma, a um tempo com poucas ocupações. Circunscrito aos limites da freguesia e amparado pelas iniciativas locais da respectiva Junta, Laureano instala-se no vazio da reforma, sem ocupações nem projectos, num tempo de morbilidade precoce.

4. A reforma como oportunidade para si: tempo recriado

Encontrei-me com Domingos durante duas longas conversas, na sala de aulas vazia da Universidade Sénior Intercultural para a Terceira Idade, no Largo de Tito Fontes. Domingos é o mais velho dos poucos homens que frequentam esta Universidade, na Freguesia, tendo 80 anos de idade e 14 de reforma. O seu discurso era ponderado e reflexivo. Mais do que uma entrevista biográfica, estes momentos pareceram

proporcionar, no entrevistado, um exame intimamente introspectivo sobre o seu percurso e contribuíram, de forma excepcional, para o alargamento de novas perspectivas sobre o caminho a tomar pelo trabalho aqui apresentado. Já não era a primeira vez que Domingos parava para pensar sobre a trajectória que a sua vida tinha tomado depois de reformado. A actividade profissional que desempenhara tinha deixado marcas indeléveis na sua história de vida.

O tempo gasto no trabalho absorveu perto de 50 anos da vida de Domingos. Meio século dedicado ao crescimento da empresa que criou com um amigo e que viu prosperar. O espírito empreendedor e empresário é, na verdade, uma herança familiar, pois já o seu pai tinha investido a sua carreira profissional na construção e no engrandecimento de um negócio na área do calçado, que veio a tornar-se num dos mais relevantes no contexto nacional, na sua época. Mas o negócio de Domingos recebia já a influência dos movimentos expansionistas das grandes empresas europeias. Assim, a empresa que dirigia, na área da indústria química, foi inicialmente uma empresa luso-alemã e, posteriormente, uma empresa luso-suíça, pela fusão que fazia com outras empresas alemãs e suíças, respectivamente.

Foi uma empresa que começou com uma representação depois da guerra. Já ouviu falar da guerra de 1939? Depois da guerra houve um desenvolvimento grande na Europa e em Portugal toda a gente andava atrás das representações. De maneira que aquelas indústrias que se começavam a desenvolver lá fora, depois da guerra, tinham uma representação. Depois desenvolviam-se esses produtos de que se era representante aqui, no nosso mercado. E houve gente que realmente ganhou muito dinheiro com esta actividade. Depois a coisa começou a evoluir. E a nossa firma começou com uma representação dos tais produtos alemães. Era eu e mais duas ou três pessoas e passados uns tempos éramos quatro, cinco, sete, nove e foi crescendo. E o que é que aconteceu? Os alemães que eram os nossos representados, a certa altura, tentaram e conseguiram entrar para a nossa organização de sócios. Portanto, ela cresceu. E nós, nessas circunstâncias, tivemos que fazer uma coisa que nos era sugerida pelos nossos sócios alemães, que era criar uma indústria. E assim criamos uma fábrica onde passamos a produzir os produtos deles sob licença. E daí a coisa desenvolveu-se. Quando eu saí era uma empresa com 125 pessoas e já a facturar uns milhões. De maneira que, de uma coisa pequenina, criou-se uma grande empresa já com uma certa projecção. O apoio técnico vinha todo lá de fora, de modo que era uma empresa muito conceituada na Alemanha nessa área.

A dedicação de Domingos a este projecto profissional fê-lo abandonar a actividade desportiva que mantinha desde tenra idade e o prosseguimento dos estudos, através de

uma carreira na arquitectura ou nas belas artes, como ansiava. Mas não foi com custo que abdicou de outros rumos para a sua vida. A actividade profissional que escolheu foi gratificante, segundo o seu relato, na medida em que vingou um projecto de contínuo crescimento e permitiu-lhe vastas redes de contactos. O comando do trabalho da fábrica e o relacionamento com os operários ficariam a cargo do colega com quem dividia a direcção; Domingos preferia o domínio da actividade comercial, das vendas e dos contactos com os fornecedores. Essa vertente da sua profissão abriu, segundo disse, oportunidade para o desenvolvimento de várias amizades. O negócio não era já um projecto profissional mas um projecto de vida, onde fazia investimentos de carreira, de amizade, de preocupação e de vida.

Tive tanta gente que conheci profissionalmente. Lidei com engenheiros e arquitectos. Todos tiveram uma influência mais ou menos na mesma direcção. Ultrapassava os aspectos profissionais, com simpatia e amizade. Isto nem sempre acontece na actividade profissional. O lado positivo sobrepõe-se francamente ao lado negativo.

A família legou-lhe também o conforto económico, o acesso e o gosto pela cultura erudita, um modo de ser “elegante”. Esta postura distinta era alimentada concomitantemente pelo estatuto profissional que possuía e pelos modos e espaços onde socializava. A actividade profissional não só lhe permitia o bem-estar económico como conferia, também, um estatuto soberano de patrão. Esse papel distinto valeu-lhe, por seu lado, na história da implantação da democracia portuguesa, o confronto com a classe operária, aquando do período mais conturbado que se seguiu ao 25 de Abril de 74 e a necessidade imposta de abdicar de determinadas regalias.

O 25 de Abril, para quem era um gestor teve as suas influências. Realmente, a nossa empresa não teve convulsões sociais muito pronunciadas mas houve um certo oportunismo de algumas pessoas. Aquilo era uma organização familiar, digamos, e pessoas que nós conhecíamos há 10, 15 anos, naquela altura, revelaram aquilo que eram. Por influências políticas, vindas de fora, apareceram e tal e causaram problemas. Inclusive, para aguentarmos a empresa, tivemos que abdicar de algumas regalias que possuíamos. Portanto, houve uma influência que não foi positiva. Houve uma ocasião em que fomos solicitados para ir a uma reunião. Chegamos lá e a fábrica estava com umas correntes. Principalmente o meu colega, que era ele que tratava da parte fabril, conhecia aquela gente toda há anos, ficou muito chocado com aquilo. Conhecia-os, conhecia as famílias. Mas esse período passou. Foi só nessa ocasião que as coisas correram de maneira pior. (...) Digamos

que havia compensações que a administração tinha e que tivemos que abdicar delas, percentagens em lucros e tal. Tivemos a visão de abdicar de algumas coisas para que a empresa continuasse. Eles reivindicavam salário igual para trabalho igual, aquele slogan que existia na altura, e começou-se para trabalho igual salário igual.

Cedo, o patronato recompôs-se das perturbações motivadas por esta viragem histórica do totalitarismo para a democracia e Domingos retomou o incremento do seu negócio que, desde aí, não cessou de crescer e de dar os seus lucros, com uma facturação “50 vezes superior, ou mais até, de quando a empresa arrancou”. Os tempos livres resumiam-se essencialmente ao descanso semanal e às férias de verão em Vila Praia de Âncora, no Alto Minho. A semana de trabalho absorvente deixava poucas forças para outros investimentos lúdicos e as ofertas de serviços nestas áreas não eram, na época, tantas e tão diversificadas como o são agora. Domingos optava por umas idas esporádicas aos cinemas mais “eccléticos” da cidade aos domingos à tarde, frequentados pelas elites burguesas do Porto, reforçando uma evidente segregação das franjas da população mais pobre.

Naquela altura, digamos, não havia muita saída extra profissão. Havia os cinemas. Ir ao cinema ao fim-de-semana. Os cinemas eram os sítios onde ia a grande burguesia, as senhoras com os seus casacos de peles. Onde se ia para se ser visto. O fundamental era ir à soiré aos domingos, que era onde ia gente fina. Íamos aos que nós pensávamos que eram os maiores. Naquela altura havia, à vontade, no Porto 8 ou 10 cinemas. [O Terço?] Não, a esse não. As pessoas importantes não iam a esses. Porque esse era ao ar livre, com cadeiras de pau. Esses eram para os estudantes ou para a ralé, só serviam bilhetes mais baratinhos. Depois tínhamos o S. João, o Rivoli, o Batalha, o Águia de Ouro, o Coliseu. O Coliseu enchia nas noites de sábado, com duas mil e tal pessoas lá dentro. Nos intervalos vinha-se fumar cá fora e passavam as senhoras da alta burguesia. Tinha um ambiente interessante. E não havia muito mais que fazer, no meu caso. Havia muito quem fosse dançar, mas não era muito a minha especialidade. Havia uns clubes um bocado reservados que nem toda a gente podia entrar. Mas eu não ia muito.

Os relatos de Domingos, sobre a história da sua vida, partem dos entusiasmos com os campeonatos de andebol onde participou, com o atletismo que praticou desde cedo no *Sport Clube do Porto*, onde foi, em jovem, director da parte náutica, com as viagens que fez e as equipas que conheceu através da *Mocidade Portuguesa* e da sua habilidade para o desenho, que revelava na escola. Estas incursões desportivas e artísticas deixam de ter lugar na vida de Domingos após os seus 30 anos, 10 anos depois de ter ingressado no

mundo dos negócios que, daí em diante e até aos 66 anos, ocupam de forma quase exclusiva o seu tempo e a sua vida.

A dedicação ao trabalho, como projecto de vida, cria, no momento de entrada na reforma, uma ruptura no percurso de Domingos. Claramente, os investimentos profissionais e afectivos, depositados no negócio que vira crescer, colidem com o início de uma etapa de vida que se faz fora do contexto de trabalho. Este momento de ruptura é tanto mais acentuado quanto mais normalizados, formais e despersonalizados são os motivos que justificam a sua reforma involuntária. A idade, sem mais, passa a ser sinónimo de inaptidão e de incapacidade para a prossecução de um papel profissional.

Aos 66. Foi porque era altura de parar. Tenho que ser realmente honesto. Quando se está ligado a estrangeiros, quando chega uma determinada altura, a idade pesa. De maneira que começaram, não a criar dificuldades, mas a fazer sentir que era altura de dar lugar aos mais novos. E eu senti isso, portanto, e saí. Saí, sem grandes atritos. Não tive atritos nenhuns com eles. Reuni duas vezes com eles. Sabe como é, faz-se sentir que, pronto, vamos dizer como é – estás a remar, estás a começar a ficar a mais, vê lá se entendes e é altura de saír. E acho que tem uma certa lógica que assim o seja. As pessoas que como os comerciantes que com 75 anos, com 80 anos, ainda estão no seu balcão nas lojas e nas empresas, isso hoje já não faz sentido.

O discurso cortado e os relatos contraditórios mostram que Domingos não assiste placidamente a esta mudança de direcção na sua vida. Ainda que a reforma se apresente como um preceito esperado, não deixa de ser uma experiência fraccionante no seu percurso. Personalizado na experiência dos outros, dos seus colegas, Domingos explica como se experiencia a entrada involuntária na reforma:

E nomeadamente na EDP, um cliente com quem contactei muito, eu ficava um bocadinho surpreendido como é que, segundo as normas da empresa, aos 65 anos o indivíduo sai. E saíram aos 65 anos técnicos de grande valia que eu julgo que teriam ainda muito para dar à empresa. Mas o certo é que a regra é esta. E haveria alguém que apareceria para os substituir. Havia pessoas que gostavam de continuar mas efectivamente chegavam aos 65 e já sabiam... Eram casos um bocadinho curiosos. Por exemplo, isto é um bocadinho à parte. Um arquitecto com quem eu trabalhei muito, chegou aos 65 anos e pronto, andou por lá. Ele fez os 65 e no dia seguinte estava lá no gabinete e depois continuou a ir todos os dias. Eles a certa altura não queriam magoar o senhor mas também não sabiam como é que iam resolver o problema, porque ele estava tão agarrado àquela coisa que continuava a

ir, não se importava de ficar mais tempo, até sem remuneração, mas isso naquela empresa, como em muitas outras, não funciona.

Assumindo o trabalho centralidade no percurso e nas investidas individuais, Domingos descarta outros projectos e interesses paralelos e não acautela o começo de uma nova etapa na sua vida. A fusão das expectativas profissionais e pessoais na sua carreira não dão espaço a outras áreas de interesse. Na verdade, as oportunidades de preparação dos indivíduos para a entrada no mundo laboral, pelos estudos e pelos estágios, não têm paralelo na preparação das pessoas para a entrada na reforma. Se é expectável que esta transição se faça em tranquilidade e seja encarada como uma recompensa pelos anos de serviço prestados, para indivíduos como Domingos, esta gratificação significou, contudo, uma viragem precipitada e desprevenida.

Vivi de uma maneira diferente da que eu julgava. Eu tive uma vida realmente muito absorvida pelas minhas actividades. Do género, acordar de noite a pensar nos problemas, nas soluções e tal e depois, claro, nessa altura pensava que na altura que deixasse de trabalhar ia ser um autêntico céu. E não é bem assim. Senti um ligeiro choque.

A cisão no percurso de vida de Domingos, instigada pela entrada na reforma, ainda que não tenha sido devidamente acautelada, nem tão pouco desejada, ofereceu oportunidades de mudança e de reinvenção nos seus modos de ocupação do tempo e de valorização pessoais. À data da entrevista, cerca de 15 anos depois de ter entrado na reforma, Domingos redescobriu alguns dos seus talentos e interesses esquecidos ao longo dos 50 anos de dedicação profissional. Ainda que algumas das actividades a que se dedica actualmente não sejam estranhas aos gostos que desenvolveu no passado, são sobretudo experiências novas que ocupam o seu tempo de reforma. A descoberta da iniciativa universidade sénior, a reactivação da sua participação no *Sport Clube do Porto*, as investidas pelos recantos da cidade do Porto ou pelas tradições do Alto Minho evidenciam a sua capacidade de reinvenção do tempo na reforma.

Eu sempre tive em miúdo, em rapaz, bastante habilidade para o desenho e depois deixei de ter possibilidade e até vontade de fazer desenhos ao longo da minha vida profissional. Quando acabou a minha vida profissional voltei ao desenho. E disse – porque não experimentar pintura. E vim experimentar pintura e gosto muito. Entrei numa área completamente diferente daquela que tinha desenvolvido até ali na minha profissão.

Domingos começou a frequentar a Universidade Sénior, primeiro na Universidade do Autodidacta e Terceira Idade do Porto (UATIP) e depois na Universidade Sénior Intercultural do Porto, mesmo perto de sua casa. Lá, recuperou o gosto e a habilidade pelas artes, que tinha deixado entorpecidos desde a escola. Nas Universidades Seniores aprendem-se línguas estrangeiras, artes plásticas e manuais, história da cidade do Porto, informática e tudo mais que cada escola queira disponibilizar. As Universidades Seniores são um dos expoentes do envelhecimento activo. Exercitam-se a mente e a criatividade e instigam-se os alunos a aprender coisas novas. Não sendo este um serviço gratuito e tendo como actividade principal o ensino, as universidades seniores não servem a maioria da população reformada. Além de Domingos, frequentam a Universidade Intercultural do Porto, ex-professores e outras pessoas reformadas de actividades intelectuais e de chefia, claramente mais escolarizadas do que a média da população portuguesa. Serve assim a Universidade Sénior para dar continuidade ao percurso privilegiado que Domingos prosseguira a vida toda. Aprende desenho, pintura e informática e, assim, a sua reforma dá lugar a um período de aprendizagem e de descoberta de novos saberes.

Para além destes desafios, Domingos aguça a sua curiosidade e desperta interesses de forma autodidacta. A vida centrada no trabalho marcou-lhe, durante décadas, o ritmo dos dias e dos anos. Agora, liberto das rotinas laborais, a vida fora da cadência do trabalho apresenta-lhe o inesperado e activa outros gostos.

E depois disso comecei a ir a museus, frequentar galerias, comprar livros de arte, que antes não tinha pachorra para eles enquanto estava a trabalhar. Foi uma alteração de hábitos para melhor julgo eu. (...) Hoje vamos sair e vamos procurar clarabóias. Noutro dia, vamos ver o rendilhado do ferro forjado nas varandas. Nós temos um defeito, porque andamos sempre a olhar para o chão e no Porto não devemos fazer isso. Mas, deliberadamente, neste sábado de manhã vamos para a Rua das Flores ver as fachadas da Rua das Flores. A minha mulher também faz pintura e no outro dia andava à procura de um tema. Lá em casa tenho uma relativamente boa bibliotecazinha com livros sobre o Porto e a folhear encontrou um livro que tinha muitas fotografias com clarabóias. E pronto é isto que vou fazendo.

Quinze anos depois da transição do mundo do trabalho para a reforma, ultrapassado o “choque” de iniciar um período desconhecido no ciclo da sua vida, Domingos já

estabeleceu o seu próprio compasso na reforma. A atracção pelo trabalho não é um sentimento absolutamente esquecido mas agora compete com as outras actividades a que se dedica. Padece ainda de algum saudosismo em relação à direcção que assumia na empresa e talvez a oportunidade certa o fizesse retomar um papel profissional condicente com o seu percurso de trabalho. Um projecto de vida renovado ao longo de quinze anos de reforma, com novas rotinas e novas ocupações, não é necessariamente um projecto sem passado. Por um lado, os valores, as expectativas e os investimentos emocionais entregues ao crescimento da sua carreira e da sua empresa não são automaticamente despojados com a entrada na reforma e, por outro lado, é também enérgica e dedicadamente que se empenha nas actividades de hoje.

Já me propuseram e eu recusei. Se fosse em *part-time* com possibilidade de escolha de horários, mas ficar agarrado a um horário, não. Isso ia fazer com que a minha vida ficasse presa às horas. E eu tenho uma vida muito ocupada. Economicamente estou bem, não sou rico mas o que tenho serve perfeitamente para as minhas necessidades, para me entreter. O que é certo é que ficava preso ali, a não sei quantas horas. Recusei.

Domingos tem ideia que a sua actividade na velhice é singular. A maioria dos seus amigos e familiares, da mesma idade, não o acompanham. É o mais velho da equipa de veteranos do basquete do *Sport Clube do Porto*, é o único homem que não desistiu das aulas de pintura da Universidade Intercultural do Porto e as cartas e os documentos já os escreve no computador. Atento à actualidade, incorporou a preocupação pelo ambiente, desde que Portugal integrou a Comunidade Europeia e a sua empresa teve que controlar a produção química e a utilização de amiantos. Agora contribui para protecção das espécies e do ambiente, com algumas plantações que preservem a fauna original de Afife, onde passa as suas férias. Estuda e documenta as tradições de cultivo do linho e da indústria da cidra de Afife do século XIX e a história das figuras locais de relevo como Pedro Homem de Melo. É, portanto, um tipo exemplar do envelhecer activamente. Diz que as pessoas da sua idade já não são assim. O cunhado viciou-se na televisão e “claro, morreu”, os amigos frequentam o Ateneu Comercial do Porto que, embora se distinga pelo requinte e pela clientela, dos cafés da baixa da cidade, cultiva os mesmos hábitos sedentários daqueles.

Em Outubro fiz 50 anos de casado e, claro, que há sempre uma festa que se faz nessa data. E eu comecei a pensar em quem é que se vai convidar e quando cheguei

à secção dos amigos, cheguei a uma triste conclusão. Ou eles estavam meio xexés ou já tinham morrido. De maneira que, amigo, não esteve nenhum. Por um lado, fiquei satisfeito por ver que ainda cá ando e julgo eu para muito bom uso e, por outro, triste, por ver que amigos... Vinha agora de manhã do ginásio e eles riem-se porque andam todos perros e tal. Eu não posso conviver com amigos que não me acompanharam. Tiveram um percurso na juventude igual ao meu e depois deixaram-se ir abaixo. Se fiz uma coisa inteligente na vida foi não me ter deixado ir abaixo. (...) Metem-se lá no Ateneu, tem lá umas poltronas fofas, metem-se para ali e passam lá a tarde. Não gosto. E depois aquelas almoçaradas, não, não. E depois tem um outro inconveniente, é que a partir de uma certa idade as histórias e as anedotas são sempre as mesmas. Se nós não saírmos daquele sítio não abrimos... Já não tenho paciência para isso. Não sou muito assim. Depois ficam com aquelas barrigas inchadas, vão para o Ateneu comer e dormir. Isso não é para mim.

O seu *modus operandis* é o da actividade. Actividade no sentido que se utiliza quando se fala hoje em políticas de activação ou em envelhecimento activo. Ou seja, que se dá no espaço público, que exercita a mente e o físico, que tem iniciativa, que é proactiva, que não depende económica ou fisicamente de terceiros, que é saudável e autónoma. E Domingos cumpre com distinção esse papel, ao contrário dos seus amigos e familiares, tal como sempre se distinguiu, também, ao longo da sua vida, dos mais pobres e dos mais iletrados. Domingos tem, por isso, tal como refere no seu testemunho, uma história singular.

Podemos dizer que o dinamismo com que emprega o seu tempo na reforma encontra paralelo com o dinamismo adoptado ao longo do percurso da sua vida, ainda que as actividades que desempenha agora sejam claramente distintas do que fazia quando trabalhava. Independentemente da natureza do que faça, em diferentes momentos da sua vida, o seu modo de actuação é guiado pelo dinamismo e pela iniciativa.

Antes da reforma, eu estava, se aquilo durasse mais uns anos, condenado a morrer. Porque eu tinha uma actividade extremamente absorvente. Fumava dois maços de cigarros por dia. Chegava a casa e o escape eram os *whiskys*. Depois acordava de noite a pensar – amanhã como é que vou resolver aquele problema. A reforma apareceu e eu mudei completamente a minha maneira de funcionar. Procuo fugir à rotina. E, do ponto de vista de saúde, deixei naturalmente de fumar, o *whisky* não é hoje como um narcótico, como usava antes. Agora bebo *whisky*, mas bebo ao sábado e ao domingo e não por sistema e tenho muito mais prazer nisso. A vida realmente mudou e melhorou em muitos aspectos. Mas, por exemplo, na minha vida profissional estava muitas vezes com estrangeiros e isso abre-nos um bocadinho a mente. Isso acabou.

Depois de cinco décadas dedicadas a um ritmo de trabalho extenuante, a entrada na reforma não significou para Domingos uma recompensa mas, sim, uma ruptura desprevenida no percurso da sua vida. Claramente, o trabalho significava para si mais do que uma fonte de remuneração e de subsistência e foi, justamente, a dimensão emotiva que lhe empregava que o fez viver a entrada na reforma como uma perda. No entanto, esta ruptura no seu percurso deu lugar à recriação de novas ocupações e novos hábitos, durante a reforma. Para esta reconstrução do quotidiano, Domingos teve que superar as expectativas e os ritmos do passado, teve que (re)criar interesses e, na verdade, refazer, parcialmente, a sua performance identitária.

Não troco a vida que tenho agora com a que tinha antes da reforma. Não sei se há muitos como eu, mas não troco. Sei que estou perto do fim, mas quero viver com qualidade.

5. Quando a vida se faz sobretudo fora do emprego formal: tempo contínuo

Clementina é a entrevistada que mais cedo se reformou, com 55 anos, tendo à data 89 anos de idade. Cheguei até ela por intermédio do trabalho de voluntariado que a sua filha fazia na Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, com a produção de um boletim dirigido aos fregueses sobre a história de cada uma das ruas da Freguesia, das suas casas, lojas e habitantes mais emblemáticos. De outra forma, teria sido difícil realizar esta entrevista ou chegar a conhecê-la. Há muito tempo que Clementina não sai de casa, por causa do seu estado de saúde, agravado desde o ano anterior. O seu discurso é um pouco cortado, repetitivo e nem sempre aprofunda as respostas às questões que lhe são colocadas, apesar da lucidez com que apresenta alguns episódios da sua história de vida. Os três momentos de entrevista, realizados em semanas distintas, acontecem na sala da sua casa, na presença da filha e da empregada. Apesar de não nos encontrarmos sozinhas, são raras as interrupções. Por vezes, a filha, atenta ao desenrolar da nossa conversa, acrescenta alguma informação ou corrige nomes e lugares que a mãe já não se recorda. Estas presenças não parecem querer inibir ou vigiar a entrevista, elas estariam lá de qualquer das formas. O desenrolar da conversa vai permitir-me perceber o lugar central e estruturador que a família – e a empregada com mais de 50 anos de trabalho

interno com esta família já faz parte dela – assume na sua trajectória de vida e de reforma.

Nem sempre o trabalho é o elemento estruturador do ciclo de vida das pessoas. A condição feminina que esteve, em décadas anteriores, tradicionalmente circunscrita aos espaços casa e família serve como exemplo desta situação. Ainda que algumas mulheres, da geração de Clementina, tenham desempenhado cargos profissionais na esfera pública, elas não deixaram, contudo, de acumular, simultaneamente, as tarefas domésticas e de prestação de cuidados à família. Esta dispersão de responsabilidades e de actividades retira centralidade ao trabalho, enquanto elemento integrador do ciclo de vida de muitas destas mulheres. Nestes casos, para a análise do impacto da reforma na organização do tempo da vida de cada um, consideramos a importância do desempenho de outras ocupações, antes, durante e após a vida profissional.

Nascida na década de 20, Clementina teve acesso a sete anos de educação escolar que, na época, a colocavam numa situação de excepcionalidade perante as suas conterrâneas. Todo o currículo escolar evocava a sua preparação como dona de casa, educadora e cuidadora dos filhos e da família. As matérias leccionadas vocacionavam-se para o desenvolvimento das aptidões “naturais” das mulheres (Vaquinhas, 2000). Aliás, a pertença a uma condição feminina, correspondente a um conjunto culturalmente predeterminado de papéis sociais a desempenhar pela mulher na sociedade, é uma característica basilar das opções, oportunidades e trajectos do seu curso de vida. Paralelamente à constituição da sua nova família e à criação e educação dos filhos, Clementina assumiu funções como explicadora nas áreas da decoração e das artes manuais, em casas particulares e no colégio *Ribadouro*. Ensinava outras senhoras, fazendo uso dos conhecimentos adquiridos no seu currículo escolar, nos domínios do trabalho com estanho, bordados e croché. O percurso escolar singular e a proveniência familiar economicamente privilegiada distinguiam Clementina como uma educadora das suas pares.

Eram só raparigas. Umas eram já casadas. Aquilo era um entretenimento só. Era para passarem o sábado à tarde. Eu ia para ali e ficava entretida. Não era bem aula, como hei-de dizer, era uma explicação. Nem tinha classificações, nem nada disso. Era uma coisa livre.

Estes trabalhos, ainda que remunerados, eram considerados entretenimento, não eram declarados nem tributados como trabalho profissional e não integravam o currículo escolar das jovens, nem mereciam a importância de outras disciplinas, como a História e a Filosofia leccionadas pelo seu marido. Contudo, estes ofícios recebiam o entusiasmo do público feminino, que procurava distinguir-se pelo primor dos seus trabalhos manuais. Clementina expôs, nessa altura, algumas peças de estanho, flores feitas com *nylon* e quadros bordados. Além da cidade do Porto, também, se deslocava a Amarante e a Vila Real para ensinar estes ofícios. O ensino das artes manuais e decorativas não se confundia com um emprego propriamente dito; pelo contrário, assemelhava-se a um espaço de lazer e reforçava o desempenho do papel feminino destas mulheres.

Contudo, compelida pela morte do seu pai, as esferas de participação de Clementina deslocaram-se, ainda mais, para o espaço público e profissional. Clementina passou a assumir funções de chefia numa pequena empresa da família, juntamente com o seu marido. Nas décadas de 50 e 60, em Portugal, de forma ainda mais acentuada do que o que se verifica hoje em dia, as lideranças profissionais não eram do domínio das mulheres. Numa fábrica e loja de reclames luminosos, onde trabalhavam apenas funcionários homens, não era expectável que a chefia fosse desempenhada por uma mulher. Não eram só os constrangimentos culturais que impeliam as mulheres a reservarem-se aos espaços domésticos, também a educação sectária não fornecia as competências necessárias para o desempenho de determinadas profissões pelas mulheres e a própria lei conferia papéis distintos para ambos os sexos⁴⁸.

⁴⁸ As mulheres nem sempre puderam exercer as mesmas profissões que os homens e quando o faziam nem sempre era sob as mesmas condições ou auferindo a mesma remuneração. Ao longo da história recente das mulheres, foram sendo alargados os direitos de igualdade de género e de desempenho profissional. O direito das mulheres ao exercício da advocacia foi concedido a 17 de Julho de 1918, pelo Decreto n.º 4876 e em 1926 as mulheres são autorizadas a leccionar em liceus masculinos. De acordo com a portaria n.º 186/73, de 13 de Março, é vedado às mulheres o acesso a certas actividades consideradas perigosas por força da sua condição genética. Em 1974, depois da Revolução do 25 de Abril, as mulheres passam a poder desempenhar cargos na carreira administrativa local (Decreto-Lei n.º 251/74, de 12 de Junho), na carreira diplomática (Decreto-Lei n.º 308/74, de 6 de Julho) e na magistratura (Decreto-Lei n.º 492/74, de 27 de Setembro). Só após a publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 392/79, de 20 de Setembro, é que se efectiva formalmente a garantia de igualdade de oportunidades e tratamento no trabalho e no emprego, para homens e mulheres, criando-se uma Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), junto do Ministério do Trabalho, com vista a promover a aplicação deste Decreto-Lei. Informação disponível em. <http://www.mulheres-ps20.ipp.pt/>, consultada a 3 de Agosto de 2009.

A minha irmã era contra que eu fosse para a loja. Dizia que as mulheres eram para estar em casa, não eram para andar aí fora. Mas eu disse assim – ora, eu se posso ir, ser útil em alguma coisa, vou para lá ajudar o meu marido. (...) O negócio era meu também. Era do meu pai e eu estava a ocupar o lugar do meu pai. Praticamente estava a ajudar o meu marido que, sozinho... pronto. E estava a olhar por aquilo que era meu. Que a loja praticamente também era minha. Era mais minha até que dele. Mas dava-me muito bem, gostava muito de lá estar.

Na verdade, o desempenho desta liderança era efectuado conjuntamente por Clementina e pelo seu marido, sendo ele o que assumia a efectividade da coordenação. As funções de Clementina passavam por auxiliar o marido nesta tarefa de liderança, pois o relacionamento com os fornecedores e clientes, a coordenação do trabalho dos funcionários e a gestão das contas da loja e da fábrica eram actividades que não desempenhava, mesmo a loja sendo sua por designação da herança familiar. Clementina acumula, desta forma, as actividades de colaboração no comando da loja, de explicação das artes decorativas e o governo das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos.

A entrada na reforma significou, sobretudo, um preceito de passagem sem consequências relevantes na gestão do tempo quotidiano da vida de Clementina. A formalização do fim da actividade profissional, na loja que era do seu pai, permitiu-lhe o acesso a uma pensão de reforma mas não representou o termo das restantes actividades que desempenhava, nomeadamente as profissionais, familiares e recreativas. O acesso a uma pensão de reforma em virtude do exercício de uma profissão era, também, um benefício social que uma minoria de mulheres portuguesas auferia na altura. Na verdade, o afastamento das mulheres do mercado de trabalho formal representou e representa uma posição de maior vulnerabilidade e de dependência económica, que reforçam uma relação de subordinação das mulheres face aos homens e a consequente desigualdade de géneros (Ferreira, 2001).

Ainda me lembro de me reformar. Foi no 25 de Abril. Esse trabalho da loja ainda foi o que me valeu, porque esse trabalho vale muito. Assim, arranjei uma reforma porque se estivesse em casa não arranjava reforma nenhuma, não me davam. Assim, deram-me a reforma muito cedo.

O período que se seguiu ao 25 de Abril de 1974 foi hostil para o patronato por causa das movimentações do operariado, na reivindicação de espaços de poder e de direitos

laborais, motivadas pelas forças das esquerdas partidárias (Costa, 1983). O lugar de chefia, que Clementina e o marido ocupavam na empresa de reclames, foi abalado por esta agitação social e a própria empresa acabou por sucumbir. Esta situação precipitou a sua entrada formal na reforma, com 55 anos, mas Clementina permaneceu activa e produtiva noutras esferas de participação em espaço público e privado.

Foi o 25 de Abril. Os empregados começaram a fazer trinta por uma linha e o meu marido tinha carro e eu também tinha. Eles começaram a fazer confusão. O meu marido ainda lhes disse que ficavam todos em conjunto e dividiam o que desse. Mas eles – meias, só para as pernas. Não quiseram. Saímos nós e eles ficaram. Claro que ficaram, nem meio ano estiveram. Faliram. Quer dizer, não podiam, só sabiam trabalhar no ramo, no vidro,... O meu marido é que mandava e dizia e eles depois não davam conta do recado. Um viu que a vida andava para trás e saiu, depois, outro viu que arranjava emprego noutro lado e saiu, depois saíram todos. E a loja foi abaixo.

As actividades domésticas, a bricolagem e o ensino das artes plásticas continuaram a preencher o quotidiano de Clementina que apenas se tinha reformado de uma das suas ocupações. A participação das mulheres no mercado informal, para além do desempenho de trabalhos domésticos e de prestação de cuidados não considerados na análise dos trabalhos produtivos, é marcante na organização do tempo e do ciclo de vida delas próprias. Esta característica de género suaviza uma eventual ruptura no seu percurso causada pela entrada na reforma, pois as responsabilidades assumidas noutras esferas de ocupação retiram a primazia do trabalho formal como organizador da trajectória de vida de Clementina.

Eu tinha que arranjar o que fazer, não podia estar sentada a olhar para as paredes. Isso era antigamente, nem antigamente. Há uma senhora que mora à frente de um estabelecimento que dizia muito mal: que as senhoras devem estar em casa a cuidar dos filhos. Eu já tinha os filhos e quem olhasse por eles. Continuei com a minha vida e não achei mal.

A reforma profissional não se concretizou plenamente na sua vida, mas apenas ao nível da participação no mercado formal de emprego. Este marco simbólico dos percursos individuais – a reforma –, com expressão social no retraimento da participação dos sujeitos na esfera pública, como tenho vindo a analisar, não se verificou plenamente em Clementina. A reforma é uma recordação com mais de 30 anos na sua memória e retrata a perda de um certo património familiar e o final de um episódio profissional sem

significado particularmente relevante na sua história profissional e no seu percurso individual. A reforma conferiu-lhe um apoio social suficiente. No seu discurso, ocupa poucos minutos a falar da loja onde trabalhou para rapidamente regressar aos episódios com os quadros de estanho e as flores de *nylon* e as mais recentes realizações dos filhos.

Sempre é uma ajuda para os alfinetes que a gente tem.

Já a usufruir de uma pensão de reforma, Clementina continua a dar explicações de artes plásticas em casas particulares, a aperfeiçoar os trabalhos com os estanhos, o croché e o *nylon*, realizando algumas exposições, e a iniciar-se em novos trabalhos lucrativos, como a pastelaria e a comercialização de artigos decorativos. A sua vida não parou nem abrandou depois da reforma. Nos 30 anos que se seguiram, continuou com as tarefas que desde cedo a tinham ocupado: a casa, a família e as artes decorativas e iniciou novos biscates profissionais. As novas actividades de Clementina não representam na sua biografia uma reinvenção ocupacional e menos ainda identitária. Elas dão continuidade a uma trajectória de participação no mercado informal através do desempenho de diversos ofícios associados ao capital de conhecimentos assente na sua pertença de género: o croché, a decoração e a culinária.

Ah! Tinha um outro ofício. Eu fazia umas sacas assim pequeninas e lembrei-me de ir perguntar à Ateneia [confeitaria na avenida dos Aliados] se gostavam daquelas saquinhas para pôr bombons ou qualquer coisa. Eles encomendavam-me às 10 e 20 e eu lá ia.

Numa perspectiva de género, o padrão de trajectória de vida estruturado em torno do trabalho é claramente uma característica de vida mais comum nos homens do que nas mulheres desta geração (Born, 2001). O comprometimento com os cuidados à família, as responsabilidades domésticas e a participação no mercado de trabalho, tanto formal como informal, conferem diversos elementos estruturantes para o percurso de vida de Clementina, que não apenas o emprego. A sua biografia mostra-nos que a família é, por sinal, o elemento crucial na organização da sua trajectória de vida. O seu percurso escolar foi orientado para o reforço de um capital social selectivo e para a realização de algumas das actividades vitais no desempenho do papel da mulher na sociedade portuguesa do século XX: ser esposa, ser mãe e saber certos ofícios domésticos. Os diversos trabalhos remunerados realizados ao longo da sua vida confundiam-se com as

ocupações que executava enquanto mulher doméstica (trabalhos manuais, pastelaria, ensino dos ofícios) e esposa (auxílio no comando da fábrica e da loja). Estes trabalhos, sobretudo de entretenimento e ocupação, assumiam um lugar secundário perante as responsabilidades que tinha com a família. Desta forma, a reforma profissional não gerou impacto nem fissuras na sua trajectória pessoal que se guiava pelo comprometimento familiar. Na verdade, a reforma profissional efectiva, que não aquela que a desvinculava apenas da participação no mercado formal, deu-se depois dos 80 anos, motivada pela doença.

Fazia os jesuítas, fazia *éclairs*, fazia tigelinhas, fazia bolos, fazia bola de carne. Agora não posso estar muito tempo de pé, mas qualquer dia ainda vou tentar.

O agravamento do estado de saúde, nos últimos anos, fê-la interromper as actividades de comercialização dos produtos de pastelaria, de confecção e decorativas, assim como qualquer actividade fora de casa ou de maior esforço. Os gestos demorados, a permanência na mesma poltrona em todas as conversas desta entrevista, a insistência no tema da saúde e da doença, evidenciam os condicionamentos impostos pela doença e a centralidade que esta tomou na determinação da ocupação dos seus dias. O frio do Inverno, o medo das quedas e os prejuízos da doença não a têm deixado sair de casa desde os últimos meses. O compasso do seu dia-a-dia é agora determinado pela programação televisiva, que integra actualmente as demais rotinas quotidianas. Aliás, o seu dia obedece com religiosidade a um conjunto de horários e tarefas predeterminados, pela força dos hábitos adquiridos ao longo da trajectória da sua vida e do sedentarismo que a enfermidade agora lhe impõe.

Ora, levantei-me, fui para o quarto de banho, arranjei-me. Estive a ver as camisolas que havia de vestir e as calças. Levantei-me às 9h. A minha filha é que às vezes me diz – veste aquilo, veste aqueloutro. E depois venho para aqui e tomo o pequeno-almoço. Sento-me aqui a ver a *Praça da Alegria* que é muito engraçado, tem programas muito bons. Dá de manhã até à uma hora. E depois almoço. Acabo de almoçar e, às vezes, encosto-me um bocadinho, mas é raro. E depois ponho *Portugal no Coração*. Então esse dá até às sete e um quarto. Às sete e um quarto eu vejo aquele *O Preço Certo*. De maneira que temos sempre programa. Depois janto. Acabo de jantar, estamos aqui a ver mais um bocado e vamos para a cama às dez horas. Às vezes, estou a ver o programa e não me interessa e ponho-me a fazer um bocado de croché.

A doença inibe a sua participação no espaço exterior, o desempenho das ocupações lucrativas, a socialização com as vizinhas e amigas, as idas à igreja e as demais actividades com que se ocupava. Recatada no contexto doméstico, Clementina experiencia uma das maiores cisões do seu percurso de vida que, até então, se fazia em continuidade. A centralidade das preocupações e das responsabilidades com a família conferiram-lhe um percurso harmonioso que não se deixou agitar com a entrada na reforma. A própria doença, que agora rompia a sua tranquilidade e a limitava a poucas possibilidades de ocupação, não abalava a dedicação do seu tempo para os filhos, com quem ainda vive, nem a expectativa de recuperar as actividades decorativas e de culinária que fazia com primor. A trajectória de continuidade, centralizada na família, coloca em evidência o seu afastamento perante o valor do trabalho, dilui o impacto da reforma profissional e reforça a marca cultural dos papéis de género no seu percurso de vida.

“Método significa caminho e, como o caminho se faz ao andar, o método que nos deve orientar é esse mesmo” (Pais, 2002: 35).

Todo o trabalho de construção teórica e empírica em volta do tema do envelhecimento activo implicou um processo permanente de escolhas epistemológicas que, de forma mais ou menos coerente, conduzem o conjunto de ilações que apresento nesta tese. Uma das primeiras aprendizagens neste processo, de definição de uma abordagem ideológica e metodológica, foi a tomada de consciência de que envelhecemos todos os dias e não só depois da reforma! Esta premissa, que à primeira vista parece elementar e de senso comum, na verdade, desafia teórica e metodologicamente toda a abordagem sobre o tema do envelhecimento. A incorporação da ideia de que o fenómeno do envelhecimento não é um processo que respeita a um determinado grupo da população, que eu pudesse delimitar e, sobretudo, exteriorizar, permitiu-me uma aproximação, quase desconfortável, ao tema e à população que ia entrevistar. Se envelhecemos desde o dia em que nascemos, então, as preocupações sobre as pessoas mais velhas dizem directamente respeito a todos nós, não só porque partilhamos o mesmo espaço social, cultural e político, mas porque também nós ficamos mais velhos a cada dia que passa. Assim, não me posso distanciar da população em estudo, referindo-me a “eles”, mas tenho necessariamente que remeter a “nós” este discurso e estas preocupações. Uma abordagem desta natureza foi, por isso, um desafio semântico, conceptual e pessoal que me inquietou desde o início.

Em conformidade com esta perspectiva, a narrativa deste trabalho procurou o enquadramento das experiências dos sujeitos no seu percurso de vida. Uma abordagem sobre todo o curso de vida permite um entendimento mais alargado e enriquecido sobre o enquadramento social, histórico e pessoal que envolve a história de cada sujeito. Assim, ao procurar saber de que forma os mais velhos ocupam o seu tempo e o que os aproxima ou distancia das actividades e interesses normativamente associados ao paradigma do envelhecimento activo, interessou também indagar qual o valor que o trabalho, a família e outros interesses e ocupações assumiram nas diversas etapas da

vida de cada um. Desta forma, relevam-se as filiações geracionais, os eventos historico-sociais que contextualizam as experiências, assim como as vivências mais significativas ao longo de toda a trajectória de vida das pessoas.

Uma aproximação qualitativa à população reformada do centro da cidade do Porto permitiu-me conhecer, com maior detalhe, algumas experiências de transição para a reforma e o sentido que essas experiências tomaram nos percursos individuais. Desta forma, na abordagem empírica deste trabalho privilegiaram-se as metodologias intensivas de estudo de caso, à luz da análise interpretativa. A escolha intencional por este caminho epistemológico valorizou o estudo aprofundado de alguns retratos de envelhecimento e o significado que as trajectórias dos sujeitos assumiam na reorganização do tempo aquando da sua entrada na reforma.

Para conhecer o lugar dos mais velhos na sociedade dos nossos dias, é preciso conhecer as suas histórias, as suas vidas. Partindo da interrogação e da descoberta, este estudo procura a inteligibilidade da realidade social a partir dos próprios actores, descortinando significados nos seus discursos. Foi desta forma que optei por realizar entrevistas biográficas junto da população reformada da cidade. Procurei que a cada sessão o entrevistado me aproximasse mais da sua história. Cada reencontro oferecia maiores possibilidades nesse sentido. Dos relatos de episódios, meramente descritivos, passamos para o detalhe, para as emoções, as expectativas e as preocupações. As entrevistas decorriam, assim, em duas ou três sessões, ordenadas de forma crescente pelo grau de intimidade e de comprometimento que exigiam do entrevistado. Os diálogos iniciavam-se com questões sobre a actualidade das ocupações dos entrevistados, de seguida abordavam-se as actividades, as filiações e os desempenhos ao longo da trajectória individual e passávamos para o destringer dos caminhos tomados, para a satisfação, as perdas e as oportunidades criadas pela entrada na reforma.

Aproveitando o desenvolvimento da história que me era oferecida pelo entrevistado, a minha participação passava por relevar as dimensões fundamentais para o tema em estudo. Afinal, tratavam-se de entrevistas biográficas não necessariamente exaustivas mas focalizadas no impacto da reforma na trajectória individual. Embora fosse importante abordar todo o curso de vida do entrevistado e permitir que a espontaneidade do seu discurso acrescentasse dimensões não previstas, as conversas eram conduzidas

de forma a não deixar por explorar os aspectos mais relevantes para este trabalho. Para este efeito, usei um guião não directivo com alguns tópicos a abordar⁴⁹.

As entrevistas recolhidas não só avolumavam o acervo de histórias que viriam a ser reinterpretadas nesta investigação como, também, confundiam e acrescentavam perspectivas ao estado da arte que já tinha iniciado. Um dos casos mais evidentes é o do Domingos, um dos entrevistados cujo relato descrevo em pormenor nesta tese. Domingos, que há muito conjecturava sobre a sua experiência de transição para a reforma e sobre a forma como fazia por ocupar agora os seus dias, acrescentava outras dimensões não exploradas no desenvolvimento conceptual deste trabalho. Centrada na explanação sobre a regularidade das trajectórias, sobre a centralidade do valor hegemónico do trabalho e da perda que isso significaria na entrada na reforma, Domingos tornava evidente que também eram possíveis percursos revitalizantes de reinvenção da ocupação do tempo depois da reforma. Desta forma, não só acrescentava uma dimensão analítica ao desenvolvimento empírico como se tornava evidente a necessidade de recuperar para o estado da arte a teoria de acumulação de capitais de Pierre Bourdieu, com referência à influência recíproca e reprodutiva dos capitais acumulados. Domingos, que tivera um percurso fortemente orientado pela sua trajectória e comprometimento profissional, rompia agora num tempo de lazer e de ocupações revitalizantes e renovadas. Tal acontecia por força de uma posição (económica, educativa e socialmente) privilegiada que favorecia uma aproximação aos ideais de activação e de reconstrução identitária aquando da reforma. Desta forma, a influência recíproca entre a teoria e a empiria vislumbra um processo de produção de conhecimento inevitavelmente em aberto até à conclusão de ambas partes.

Foi, também, neste caminhar metodológico que experimentei, adaptei e abandonei algumas técnicas de recolha de dados. Refiro-me, sobretudo, à tentativa de aplicação dos diários de uso do tempo. No estudo das ocupações das populações têm sido frequentemente utilizados questionários estandardizados de uso do tempo, com classificações definidas, seja pelo gabinete de estatística da União Europeia, seja pelo

⁴⁹ Ver o guião em anexo.

das Nações Unidas, seja pelo INE ou outros⁵⁰. Quer o questionário quer o diário de uso do tempo têm sido utilizados, especialmente, em estudos de carácter quantitativo, junto de um número representativo de pessoas e com possibilidades de análise comparativa. Contudo, embora este trabalho seja de índole qualitativa, procurei que os resultados destes estudos, já amplamente trabalhados, contribuíssem para a abordagem empírica que ainda ia iniciar. Desta forma, em cada sessão de entrevista, apliquei um diário de uso do tempo. Estes diários questionavam o entrevistado sobre todas as actividades que tinha desempenhado no dia anterior, desde as mais rotineiras até às mais extraordinárias. Não ficavam de fora quaisquer desempenhos quotidianos e o entrevistado poderia, desta forma, revelar outros detalhes esquecidos na entrevista que, geralmente, se centra sobre as ocupações e as preocupações mais significativas. A abordagem da sociologia do quotidiano destaca, justamente, o que é mais espontâneo nas experiências de vida, “todos estes pequenos nada que materializam certas formas de existência e de relação social” (Pais, 2002: 91). Obtive, assim, uma média de dois diários por cada entrevistado, perfazendo um total de vinte diários. No entanto, esta técnica acabou por se revelar mais uma entre outras questões que colocava ou induzia. O questionar o dia a dia poderia suscitar uma ou outra informação não explorada, mas não revelou ter uma importância substancial na confiança da história de vida dos sujeitos. A abordagem intimista que utilizava parecia mais capaz na exploração dos detalhes e das experiências pessoais. Efectivamente, os diários de uso do tempo parecem ser especialmente úteis quanto aplicados a universos populacionais mais significativos, que permitam num estudo de escala.

A riqueza das histórias narradas assenta na quotidianidade das experiências individuais, em estreita relação com a paisagem social e temporal onde decorrem. Assim, o desafio deste trabalho é suscitar a reflexão a partir dos testemunhos oferecidos, sem negar a singularidade de cada história mas, simultaneamente, procurando pontos de conexão mais alargados com a vida social. Este trabalho de (re)interpretação está obviamente imbuído da subjectividade própria do ponto de vista de quem o apresenta: o da investigadora. Na análise interpretativa das entrevistas, ainda que eu procure garantir o respeito pelo discurso apresentado, jamais serei capaz de captar integralmente o sentido ou a verdade do testemunho, nem libertar-me do exercício de uma visão particular que é

⁵⁰ Ver capítulo teórico “Organização do tempo numa perspectiva de curso de vida”, onde são apresentados alguns destes estudos com maior detalhe.

a minha. Sobre esta participação inequívoca do narrador na história que conta, Pierre Bourdieu lembra que “o sociólogo não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista” (Bourdieu, 2003: 713). Desta forma, nem o investigador pode entender que apresenta uma visão imparcial da história do sujeito nem o próprio entrevistado possui em rigor a verdade sobre a história que conta. Afinal a interpretação e a experiência são ambos termos relativos (Atkinson, 1998: 58). O entrevistado conta a sua versão da história, da maneira que se lembra na actualidade da entrevista e considerando a subjectividade das suas expectativas e sensibilidades geradas na relação entre entrevistadora e entrevistado. Na verdade, a análise empírica apresenta uma interpretação possível sobre as narrativas dos sujeitos entrevistados, na expectativa de suscitar alguns pontos de reflexão, atendendo ao tema desta tese.

A abordagem metodológica deste trabalho não procura efectivamente nem possuir a verdade nem expressar a representatividade de opiniões e práticas da população reformada da baixa da cidade do Porto. É, antes, um estudo de detalhe e, para garantir a riqueza da amostra foi, necessário diversificar o perfil dos entrevistados. Na construção da amostra populacional estabeleci como critérios o estado de reformado dos sujeitos e a sua pertença à freguesia de Santo Ildefonso, no concelho e distrito do Porto. O primeiro critério era fundamental para que pudesse contactar com pessoas que tivessem experimentado a transição do trabalho para a reforma, que enceta o tema em estudo. O segundo critério define o perfil urbano como um elemento comum entre população entrevistada. A ocupação do tempo na reforma é claramente distinta nos contextos urbano e rural, ao nível das sociabilidades e oportunidades que oferecem. Também os percursos profissionais são tendencialmente diferentes. Já a delimitação política e administrativa da freguesia de Santo Ildefonso foi relativamente aleatória. Esta freguesia situa-se no coração da cidade do Porto, que é um centro urbano expressivamente envelhecido e com situações sinalizadas de isolamento dos mais velhos.

O contexto urbano aproxima esta população do paradigma actual de envelhecimento activo, pela sua proximidade a um maior e mais diversificado conjunto de ocupações e programas especialmente vocacionados para os mais velhos, assim como a um número significativo de entidades e projectos que veiculam nas suas práticas as orientações

estratégicas das políticas sociais para o envelhecimento⁵¹. Durante o trabalho de terreno, pude contactar com diversas instituições locais, regionais e nacionais que servem a freguesia de Santo Ildefonso, com serviços e programas orientados para a população reformada. Falo, por exemplo, da Universidade Intercultural Sénior ou da Universidade Sénior da Universidade do Porto, que disponibilizam diferentes cursos para as pessoas reformadas; dos programas *Aconchego*, da Fundação Social do Porto e o programa *Terceira (C)idade*, dos Médicos do Mundo, que procuram fomentar as trocas intergeracionais e combater o isolamento dos mais velhos; para além dos serviços de desporto, centro de convívio, passeios e apoio domiciliário promovidos pela Junta de Freguesia, Câmara Municipal e Paróquia.

Foram entrevistadas, ao todo, dez pessoas reformadas. Para garantir a diversidade de perfis dos indivíduos, recorri a diferentes actores-chave da freguesia para intermediarem o contacto com os entrevistados. Assim, a assistente social da Junta de Freguesia, o padre da Igreja do Marquês e o director da Universidade Intercultural Sénior foram as pessoas que me apresentaram os entrevistados. Cada uma destas três pessoas assume uma posição privilegiada no contacto com a população mais velha na cidade. A diversidade da natureza do trabalho de cada um deles permitiu uma maior dissemelhança entre as pessoas contactadas. Desta forma, os diferentes perfis sociais, educativos e económicos dos entrevistados proporcionaram o acesso a um conjunto rico de experiências de vida. Apesar deste esforço na diversificação dos perfis individuais e na tentativa de esgotamento de informação, parece inevitável que tenha ficado muito por dizer e muitas outras pessoas por contactar. A bem dizer, os próprios intermediários estabeleciam os seus critérios na selecção das pessoas que eu viria a entrevistar, avaliados pela simpatia e pela capacidade de comunicação, que entendiam como fundamentais para a função de entrevistado. Entre outros, neste trabalho não contactei com as pessoas mais tímidas, com as que têm menor mobilidade, com as que estão acamadas e com todos aqueles que estão afastados das instituições intermediárias. Para um maior conhecimento da população contactada neste estudo, termino este capítulo com a apresentação sumária do perfil sociográfico dos entrevistados⁵².

⁵¹ Ver o desenvolvimento do tema no capítulo “Orientação das políticas sociais para um envelhecimento activo”.

⁵² Os dados apresentados são referentes à data de 2008.

Entrevistados ⁵³	Género	Idade (em 2008)	Idade transição para a reforma	Categoria socioprofissional exercida ⁵⁴	Nº agregado doméstico
Clementina	Feminino	89	55	EDL	3 pessoas
Domingos	Masculino	80	66	EDL	2 pessoas
Laureano	Masculino	73	59	EE	3 pessoas
Adélia	Feminino	71	66	EE	1 pessoa
Joaquim	Masculino	71	58	EE	2 pessoas
Gertrudes	Feminino	71	67	ENDQ; EE	1 pessoa
Josefina	Feminino	73	62	EE	2 pessoas
Silvina	Feminino	70	65	EE	2 pessoas
Almerinda	Feminino	72	66	EE	2 pessoas
Arlindo	Masculino	79	60	PTE	2 pessoas

Tabela 1. Perfil sociobiográfico dos entrevistados

⁵³ Todos os nomes são fictícios.

⁵⁴ As siglas das categorias socioprofissionais exercidas correspondem a: EDL (Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais), EDNQ (Empresários e Dirigentes Não Qualificados), PTE (Profissionais Técnicos e de Enquadramento), TENQ (Trabalhadores de Enquadramento Não Qualificados), TI (Trabalhadores Independentes), AI (Agricultores Independentes), EE (Empregados Executantes), O (Operários), AA (Assalariados Agrícolas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização desta tarefa de sistematização das principais ideias do trabalho, vou procurar destacar algumas reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa. Para isso, pretendo apresentar os contributos deste estudo na resposta à problemática inicialmente levantada sobre o impacto das trajectórias de vida das pessoas na reorganização que fazem do tempo aquando da reforma, considerando as influências emergentes da ideologia de envelhecimento activo. Esta questão foi transversalmente abordada em cada uma das etapas do trabalho de investigação. A partir dela, evidenciam-se duas pistas de reflexão: (i) a análise das trajectórias de vida é fundamental para entender as escolhas, as oportunidades e os interesses das pessoas na vivência do período da reforma e (ii) a maior ou menor incorporação da ideologia de envelhecimento activo, na organização do tempo fora do mercado de trabalho, relaciona-se intimamente com os percursos de vida tomados pelos sujeitos.

A primeira observação refere-se à correspondência entre os percursos biográficos e os comportamentos adoptados na reforma, arraigados num colectivo de valores e de constrangimentos sociais, culturais, políticos e económicos do passado e da actualidade. Esta tese sugere uma conformidade preponderante entre as ocupações e os interesses do passado, os do presente e os que se esperam como mais prováveis para o futuro. Desta forma, o desempenho de determinadas actividades no período da reforma é tanto mais expectável quanto maior tiver sido o desempenho das mesmas ao longo de toda a trajectória de vida dos sujeitos. Os gostos, os interesses, os valores e as experiências do passado influenciam a predisposição das pessoas para a condução do seu tempo na reforma. Tal não significa que as trajectórias sejam impermeáveis á mudança. Efectivamente, outros determinantes sócio-culturais, constrangimentos económicos e políticos, experiências e acontecimentos pessoais e familiares podem interferir na direcção já iniciada ou idealizada. Contudo, a introdução de elementos inovadores no dia-a-dia das pessoas não faz tábua rasa do seu passado. As experiências e os valores e incorporados tendem a ajustar-se e a dar sentido à biografia dos sujeitos.

As gerações em análise neste estudo, que à data têm sensivelmente entre 70 e 80 anos, cresceram a acreditar que um caminho de mobilidade social seria possível através do seu empenhamento profissional. Esta ideia do *self made man*, difundida pelo Estado

Novo, reforçava a ideologia do trabalho, como motor da sociedade e da realização das aspirações pessoais. Estas e outras influências históricas e ideológicas conduziram, colectiva e singularmente, diversos percursos de vida de comprometimento profissional, negligenciando outros interesses pessoais e ocupacionais. No momento de entrada na reforma, recupera-se a centralidade do sujeito e do tempo para si. Assim, aqueles que não apostaram em percursos alternativos ou paralelos ao trabalho, como forma de realização pessoal, poderão experimentar uma cisão nas suas trajectórias de vida, uma desorientação identitária e ocupacional. A renovação das ocupações na reforma, o despertar para novas actividades e interesses, são tanto mais esperados quanto mais diversificados tiverem sido os projectos pessoais investidos ao longo do curso de vida. As gerações deste estudo evidenciam uma distinção preponderante de trajectórias ocupacionais entre mulheres e homens. As mulheres mostram uma maior facilidade na reorganização do tempo aquando da entrada na reforma, por força do seu investimento contínuo nas actividades domésticas e de prestação de cuidados. A saída do mercado de trabalho não se apresenta, assim, como um elemento desestruturador das identidades e das formas de ocupação. Esta análise reforça, assim, a importância da observação dos percursos de vida das pessoas na tentativa de enquadrar as oportunidades e os constrangimentos, subjectivos e objectivos, que se insinuam no momento de reorganização do tempo, aquando da entrada na reforma.

Efectivamente, a influência das trajectórias de vida, nas opções tomadas após a saída do mercado de trabalho, apenas releva a ideia que a reforma não é uma condição *sine qua non* na configuração identitária do sujeito. Antes de mais, os reformados não constituem um grupo homogéneo de pessoas, ainda que partilhem um conjunto de referências e episódios históricos, culturais e sociais. Existe um conjunto de outros determinantes socioeconómicos que distanciam os sujeitos e favorecem leituras e práticas diferentes sobre a mesma realidade. A vivência do tempo na reforma respeita, desta forma, diferentes posições e disposições das pessoas no campo social, de acordo com as experiências incorporadas ao longo de todo o percurso de vida. Também, não podemos espalhar a leitura dos tempos sociais existentes no curso de vida. Não só continuamos a ser os mesmos sujeitos de ontem, como o envelhecimento se dá de forma gradual em todo o percurso. Não envelhecemos só depois de entrarmos na reforma. Os códigos simbólico-culturais que partilhamos tendem, efectivamente, a estruturar o tempo social em detrimento da situação que ocupamos no mercado de trabalho: ser jovem é ainda não

ter começado a trabalhar, ser adulto é ser trabalhador e ser idoso é estar reformado. A incorporação desta condição de que envelhecemos todos os dias não só nos coloca numa situação de evidente alteridade com as formas de exclusão a que os mais velhos estão sujeitos, numa sociedade tendencialmente hiperactiva e produtiva, como torna mais premente a necessidade de actuarmos mais cedo no processo de construção de uma reforma melhor. Isto significa ir além da preocupação com a viabilidade financeira e social dos Estados Providência, na garantia das pensões de reforma ou da criação de fundos privados mais estáveis. Embora esta tese não negue a pertinência do debate sobre a sustentabilidade da segurança social dos Estados e das populações, a sua preocupação central é, sobretudo, reflectir sobre o impacto destas oscilações sociais e políticas na vida dos sujeitos. É, também, relevar a necessidade de garantir um futuro melhor e mais inclusivo para todas as idades. Falo, obviamente, numa distribuição mais equilibrada dos tempos sociais, onde o valor do trabalho e do tempo para si e para os outros se distribuem de forma mais harmoniosa ao longo de todo o percurso de vida.

As novas ofertas de ocupação do tempo na reforma e a emergência da ideologia da activação, autonomia e capacitação introduzem novos horizontes no percurso de vida das pessoas. Esta nova paisagem social parece oferecer outras oportunidades de viver a reforma, cada vez mais longa, com mais ocupações e preponderantemente mais participativa no espaço público. No entanto, atendendo à tendência para a conformidade nos percursos individuais, que estreita as experiências do passado, as do presente e as do futuro, como é que os mais velhos incorporam estes elementos renovadores na vivência da sua reforma? O segundo tópico de reflexão, levantado no início desta conclusão, sugere que o envelhecimento activo, na medida em que tem vindo a ser idealizado, apresenta uma visão incompleta da velhice. O envelhecimento activo assenta, sobretudo, no primado da activação, da independência e da produtividade (ou utilidade), condicente com a nova geração de políticas sociais para a activação. Estas políticas idealizam uma participação social não só mais autónoma face aos incentivos públicos, promovida pela via da empregabilidade, mas também a capacitação dos sujeitos, o aumento da sua participação nos assuntos de interesse público e na defesa dos seus próprios interesses. Esta visão reconceptualiza o envelhecimento à sua imagem e evoca novas necessidades. Espera-se que os mais velhos sejam capazes de permanecer mais tempo no mercado de trabalho, que continuem activos intelectualmente e actualizem os seus conhecimentos, que exercitem o corpo e preservem a sua saúde, que

cultivem diversos interesses e actividades e que permaneçam úteis. Esta imagem do envelhecimento procura quebrar o caminho de isolamento, declínio e exclusão que, nas décadas anteriores, se associava à velhice. Ainda assim, esta é uma visão incompleta da realidade social e está, muitas vezes, desajustada dos valores e dos interesses investidos pelas pessoas ao longo do percurso de vida. Estas gerações de septuagenários e de octogenários, dedicadas e crentes na realização pessoal através do trabalho, dedicaram pouco do tempo para si e para outras actividades desenvolvidas fora do espaço laboral. Os caminhos de fraco investimento em si desafiam, agora, os sujeitos no momento da sua entrada na reforma.

Na verdade, este envelhecimento activo não é para todos. Aqueles que apostaram em diversificar interesses ao longo de todo o curso de vida mostram-se mais predispostos a dar continuidade ou a recuperar os seus projectos pessoais, fora do mercado de trabalho. Desta forma, não só se ocupam e estruturam os dias como, também, é possível realizarem conquistas pessoais e prosseguirem projectos. A ampla difusão dos serviços e das ofertas culturais, desportivas, educativas e os apelos crescentes para que os mais velhos permaneçam activos, física e intelectualmente, aparentam uma crescente facilidade e popularidade no acesso a este modo de envelhecer. No entanto, para a concretização deste envelhecimento activo, autónomo e compulsivo, é necessária a existência de uma predisposição para a diversificação de interesses, estimulada por um conjunto de oportunidades e de experiências adquiridas ao longo de todo o curso de vida. Esta segunda tese corrobora, então, a ideia de que a actual noção de envelhecimento activo, tal como tem sido desenhada pelas políticas sociais, nacionais e europeias, aplicada em medidas de intervenção social e difundida socialmente, não está acessível e nem interessa a toda a gente e é, muitas vezes, incompatível com as ocupações e com os valores investidos ao longo das trajectórias individuais.

O estudo aqui apresentado debruça-se sobre as actuais gerações de pessoas que transitaram, sensivelmente, nas duas últimas décadas, do mercado de trabalho para a reforma. A sua visão, expectativas e ocupações na reforma relacionam-se intimamente com todo o percurso de vida que tomaram e com as oportunidades e os constrangimentos com que se depararam. A história desta geração não será, com certeza, a história das gerações seguintes. Outros percursos de vida, outras paisagens sociais e históricas e outros entendimentos sobre a velhice construirão novas leituras

sobre o processo de envelhecimento e sobre a experiência do tempo na reforma. No horizonte, podem antever-se novos caminhos para a reforma, suscitados pela manifestação de condições estruturalmente diferentes das que foram vividas por estas gerações. Falo, a título de exemplo, da deslocação dos papéis de género, agora tendencialmente melhor distribuídos, e que implicam que mulheres e homens participem concomitantemente no mercado de trabalho e na partilha de responsabilidades domésticas. Os percursos e os investimentos pessoais e profissionais de umas e de outros assemelham-se cada vez mais e, conseqüentemente, o impacto da reforma e das ocupações nessa etapa da vida tenderão a aproximar-se. Ainda, uma maior consciência das desigualdades de género tem, também, suscitado novas abordagens acerca da conciliação dos tempos profissional, familiar e pessoal. Esta reequação da distribuição dos tempos sociais das mulheres e dos homens, na busca de um maior equilíbrio, favorece uma melhor distribuição dos compromissos e dos interesses ao longo das trajectórias e adivinha novos padrões de vida e de ocupação do tempo na reforma. Um outro exemplo de transformação social, com possível impacto na vivência dos tempos sociais, é a tendência para a existência de percursos de vida descontínuos, mais fraccionados e menos previsíveis. As trajectórias deixam, cada vez mais, de estar tripartidas entre estudo-trabalho-reforma e tendem a ser irregulares. Os tempos de formação, de trabalho e de descanso são mais intermitentes por força de uma maior vulnerabilidade e precariedade dos postos de trabalho, da proliferação de percursos de vida alternativos e dissemelhantes e da emergência de novas paisagens socio-culturais. Também esta situação deixa em aberto a possibilidade de despontarem novas experiências de transição do mercado de trabalho para a reforma. Talvez o desenvolvimento da história nos conduza, assim, para outra distribuição dos tempos e dos valores sociais ao longo das trajectórias de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alto Comissariado da Saúde (2008), “Plano Nacional de Saúde em foco”. Boletim Informativo nº2. Página consultada a 26 de Janeiro de 2009, <<http://www.acs.min-saude.pt/wp-content/uploads/2008/10/pnsemfoco2.pdf>>.

Amaro, Rogério Roque (2004), “Desenvolvimento: Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”. *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 4. Lisboa: ISCTE, pp. 35-70.

Atkinson, Robert (1998), *The Life Story Interview*. E.U.A. : SAGE Publication.

Attias-Donfut, Claudine (1988), *Sociologie des Générations. L’Empreinte du Temps*. Paris: Presses Universitaires de France.

Attias-Donfut, Claudine (1995), “Transferts publics et transferts privés entre générations” in Attias-Donfut, C. (coord.) *Les Solidarités Entre Générations. Vieillesse, Familles, État*. Condé-sur-Noireau: Éditions Nathan, pp.5-23.

Banco Mundial (1994), *Averting the Old Age Crisis. Policies to Protect the Old and Promote Growth*. Oxford: University Press.

Berkel, Rik Van; Coenen, Harry; Dekker, Arjen (1999), “Regulating the unemployed: from protection to participation” in Jens Lind e Iver H. Moller (coords.), *Inclusion and Exclusion: Unemployment and Non-Standard Employment in Europe*. Ashgate: Aldershot, 89-109.

Berkel, Rik Van e Moller, Iver (2002), “The concept of activation”, in Rik van Berkel e Iver Moller (coords.), *Active social policies in the EU. Inclusion through participation?* Bristol: Policy Press, 230, 45-71

Bourdieu, Pierre (1997 [1994]), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (1998 [1997]), *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (2003 [1993]), *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.

Butler, Robert (1977), *Aging and Mental Health. Positive Psychosocial Approaches*. Saint Louis: The C. V. Mosby Company.

Castro, Armando (1983) “A dinâmica económica desde 1920 até à década de 1960” in Saraiva, J.H. (coord.), *História de Portugal. 1960 – Actualidade*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 643-652.

Carrilho, Maria José e Gonçalves, Cristina (2004), “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001”. *Revista de Estudos Demográficos*, nº 36. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, pp. 175-192.

CCE (2002a), *Conclusions de la Présidence Conseil Européen de Barcelone*. Página consultada a 21 Junho de 2007, <http://europa.eu/european_council/conclusions/index_fr.htm>.

CCE (2002b), "Increasing labour force participation and promoting active ageing". Página consultada a 21 Junho de 2007, <http://europa.eu/european_council/conclusions/index_fr.htm>.

CCE (2005), "Livro Verde: Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas". Página consultada a 9 de Janeiro de 2008, <http://ec.europa.eu/employment_social/news/2005/mar/pt_pt.pdf>.

CCE (2006), "The demographic future of Europe. From challenge to opportunity". Bruxelas: Publicações da Comissão Europeia.

CCE (2007), "Promover a solidariedade entre as gerações". Página consultada a 9 de Janeiro de 2008, <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0244:FIN:PT:PDF>>.

Cícero, Marco Túlio (2009 [44 a.C]), *Da Velhice*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes.

Comissão de Políticas Económicas (2003), "The impact of ageing populations on public finances". Página consultada a 21 Junho de 2007, <http://europa.eu/epc/pdf/pensionmaster_en.pdf>.

Comissão de Políticas Económicas (2006), "Custos decorrentes do envelhecimento da população". Página consultada a 21 Novembro de 2008, <<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/06/1356&format=PDF&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>>.

Costa, Fernando Marques (1983) "Sociedade e grupos sociais no período constitucional" in Saraiva, J.H. (coord.), *História de Portugal. 1960 – Actualidade*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 567-608.

Doimo, Leonice; Derntl, Alice (2006), "Uso do tempo no quotidiano de idosos: um método indicador do estilo e modo de vida na velhice". *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 9, nº1, Rio de Janeiro.

Fonseca, António M. (2004), *O Envelhecimento. Uma Abordagem Psicológica*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Fonseca, António M. (2005), "O envelhecimento bem-sucedido" in Constança Paul e António M. Fonseca (coords.), *Envelhecer em Portugal. Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados*. Lisboa: Climepsi Editores, pp. 281-309.

Ferreira, Virgínia (2001), "Estudos sobre as mulheres em Portugal. A construção de um novo campo científico". *Ex Aequo*, nº 5 Oeiras: Celta Editora, pp.9-25.

Frey, Klaus (2001), "A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável". São Paulo: *Ambiente & Sociedade*, ano IV, nº 9, pp. 115-148.

Friedmann, John (1996 [1992]), *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta.

- Gaullier, Xavier (1999), *Les Temps de la Vie. Emploi et Retraite*. Paris: Éditions Esprit.
- Giddens, Anthony (2001 [1994]), *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Halbwachs, Maurice (1968 [1950]), *La Mémoire Collective*. Paris : Presses Universitaires de France.
- Halbwachs, Maurice (1994 [1925]), *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris : Albin Michel.
- Hespanha, Pedro (1995) “Vers une société providence simultanément pré et post moderne. L’État des solidarités intergénérationnelles au Portugal” in Attias-Donfut, C. (coord.) *Les Solidarités Entre Générations. Vieillesse, Familles, État*. Condé-sur-Noireau: Éditions Nathan, pp.209-221.
- Hespanha, Pedro (1997), “Novas perspectivas sobre os direitos sociais”. *Intervenção Social*, nº 15, pp. 121-129.
- Hespanha, Pedro (1999), “Em torno do papel providencial da sociedade civil portuguesa”. *Cadernos de Políticas Sociais*, nº 1, pp. 15-42.
- Hespanha, Pedro e Matos, Ana Raquel (2000), “Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego”, *Sociologias*, nº 4, pp. 88-109. Página consultada a 24 Setembro de 2007, <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a05.pdf>>.
- Hespanha, Pedro; Portugal, Sílvia (2002), *A Transformação da Família e a Regressão da Sociedade-Providência*. Porto: Comissão de Coordenação da Região do Norte.
- Ilich, Ivan (1977 [1975]), *Limites para a Medicina. A expropriação da Saúde*. Lisboa: Sá da Costa.
- INE (2001), *Inquérito à Ocupação do Tempo. Principais Resultados – 1999*, Lisboa: INE.
- INE (2002), “O envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e sócio-económica recente das pessoas idosas”. *Revista de Estudos Demográficos*, nº 32. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, pp. 185-208.
- INE (2007), “Estimativas de população residente em 2006”. Página consultada a 6 Julho 2007, <<http://www.ine.pt>>.
- Klammer, Ute; Keuzenkamp, Saskia (2005), *Working Time Options Over the Life Course. Changing Social Security Structures*. Dublin: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho.
- Kok, Wim (2004), *Enfrentar o desafio. A estratégia de Lisboa para o crescimento e o emprego. Relatório do grupo de alto nível*. Bruxelas: Comité Económico e Social e Comité das Regiões do Parlamento Europeu.
- Leleu, Myriam (1998), *Misère et Insolence de la Vieillesse*. Bruxelas: Éditions Labor.

Marques, Priscila Zazyki; Carlos, Sérgio António (2006), “A cultura da atividade e o trabalho com idosos”, *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*. Rio Grande do Sul: Universidade de Passo Fundo, pp. 61-69.

Martin, I.; Guedes, J.; Gonçalves, D; Pinto, F. (2007), “O Desenvolvimento do paradigma do envelhecimento produtivo. Os novos papéis dos seniores na sociedade” in Osório e Pinto (coord.), *As Pessoas Idosas. Contexto Social e Intervenção Educativa*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, pp. 203-223.

Mendes, Fernando Ribeiro (2005), *Conspiração Grisalha. Segurança Social, Competitividade e Gerações*. Oeiras: Celta.

Minois, Georges (1999 [1987]), *História da Velhice no Ocidente. Da Antiguidade ao Renascimento*. Lisboa: Editorial Teorema.

Mrkic, Srdan (2008), “Time use in statistics in the context of social statistics”. Comunicação apresentada no “Seminar on New Directions in Social Statistics”. Nova Iorque: United Nations Statistics Division.

Naegele, G.; Barkholdt, B.; Goul, J.; Krämer, K. (2006), *A New Organisation of Time Over Working Life*. Dublin: Fundação para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho.

OIT (2009), Página consultada a 20 de Abril de 2009, <www.ilo.org>.

OMS (1999), “A life-course perspective of maintaining independence in older age”. Página consultada a 4 de Dezembro de 2008, <http://whqlibdoc.who.int/HQ/1999/WHO_HSC_AHE_99.2_life.pdf>.

OMS (2000a), “Social Development and Ageing. Crisis or Opportunity?”. Página consultada a 3 Dezembro de 2008, <<http://www.who.int/ageing/publications/development/en/>> .

OMS (2000b), “Un enfoque de la salud que abarca la totalidad del ciclo vital. Repercusiones para la capacitación”. Página consultada a 4 Dezembro de 2008, <<http://www.imsersomayores.csic.es/documentos/documentos/oms-enfoque-01.pdf>>.

OMS (2002), “Active ageing. A policy framework”. Página consultada a 6 Julho de 2007, <http://whqlibdoc.who.int/hq/2002/WHO_NMH_NPH_02.8.pdf>.

OMS (2005), *Envelhecimento Activo: Uma Política de Saúde*. Brasília: OPAS.

Pais, José Machado (1993), “Nas rotas do quotidiano”. *Revista Crítica de Ciências Sórias*, nº 37. Coimbra: CES, pp.105-115

Pais, José Machado (1998), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp 17-58.

Pais, José Machado (1999), *Consciência histórica e Identidade. Os jovens portugueses num contexto europeu*. Oeiras: Celta, pp. 111-122.

Pais (2002), *Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, Métodos e Estudos de Caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Perista, Heloísa (2004) “Velhice(s) e vulnerabilidades: mulheres idosas em Portugal” in Cova, Anne; Ramos, Natália; Joaquim, Teresa (coord.), *Desafios da Comparação. Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*. Oeiras: Celta Editora, pp. 255–261.

Pestana, Nuno Nóbrega (2003), *Trabalhadores Mais Velhos. Políticas Públicas e Práticas Empresariais*. Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho. Lisboa: MSST/DGERT.

Pestana, Nuno Nóbrega (2004), “Os Desafios do Envelhecimento Activo”. *Sociedade e Trabalho*, nº 21. Lisboa: Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, pp. 73-91.

Pinto, Fernando Cabral (2007), “A Terceira idade. Idade da realização” in Osório e Pinto (coord.), *As Pessoas Idosas. Contexto Social e Intervenção Educativa*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, pp. 75-103.

Santos, Boaventura de Sousa (2001), *A Cor do Tempo Quando Foge. Crónicas de 1985 a 2000*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa e Avritzer, Leonardo (2003), “Introdução: para ampliar o cânone democrático” in Boaventura de Sousa Santos (coord.), *Democratizar a Democracia. Os Caminhos da Democracia Participativa*. Porto: Edições Afrontamento, 35-69.

Saraiva, José Hermano (1983) “Estado Novo” in Saraiva, J.H. (coord.), *História de Portugal. 1960 – Actualidade*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 535-566.

Saraiva, José Hermano (2003), *História Essencial de Portugal 1910-2002*. Colecção audiovisual, Vol. VI. Videofono

Segalen, Martine (1995) “Continuités et discontinuités familiales. Approche socio-historique du lien intergénérationnel” in Attias-Donfut (coord.) *Les Solidarités Entre Générations. Vieillesse, Familles, État*. Condé-sur-Noireau: Éditions Nathan, pp.27-40.

Sennett, Richard (1993 [1976]), *O Declínio do Homem Público. As Tiránias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sennett, Richard (2001a [1970]), *Vida Urbana e Identidade Personal*. Barcelona: Ediciones Península.

Sennett, Richard (2001b [1998]), *A Corrosão do Carácter. As Consequência Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo*. Lisboa: Terramar.

Silva, Leticia Robles (2006), “La vejez: nuevos actors, relaciones sociales y demandas políticas”. *Relaciones: Estudios de Historia y Sociedad*, nº 105, vol. 27. Michoacán: El Colegio de Michoacán, pp. 140-175.

Torres, A.; Bites, R. (2007), *First European Quality of Life Survey. Time Use and Work-Life Options Over the Life Course*. Dublin: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho.

Touraine, Alain (1998 [1997]), *Iguais e Diferentes. Poderemos Viver Juntos?* Lisboa: Instituto Piaget.

Touraine, Alain (2005), *Um Novo Paradigma. Para Compreender o Mundo de Hoje*. Lisboa: Instituto Piaget.

Turner, Bryan S. (1993), "Contemporary problems in the theory of citizenship" in Bryan Turner (coord.), *Citizenship and Social Theory*. London: Sage, pp. 1-18.

United Nations Statistics Division (1999), "Towards international guidelines in time-use surveys. Objectives and methods of national time-use surveys in developing countries". Página consultada a 2 Dezembro de 2008, <http://www.unescap.org/stat/meet/timeuse/towards_ses6.pdf>.

Vaquinhas, Irene (2000), "Breve reflexão historiográfica sobre a história das mulheres em Portugal: o século XIX". *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, nº 3. Lisboa: Edições Colibri e Universidade Nova de Lisboa, pp. 81-101.

Vera, Pedro Sánchez (1993), "Bases y fundamentos para una aproximación sociológica a la viajez". *Papers. Revista de Sociologia*, nº 40, Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, pp. 99-120.

Viegas, Susana de Matos; Gomes, Catarina Antunes (2007), *A Identidade na Velhice*. Coleção Idade do Saber, nº7, Porto: Âmbar.

Walker, Alan (1998), *O Combate às Barreiras Etárias no Emprego. Resumo da Investigação*, Dublin: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho.

Weber, Max (1996 [1904-1905]), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Williams, Neville (1989a [1975]), *Cronologia Enciclopédica do Mundo Moderno – Período 1918/1938*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Williams, Neville (1989b [1975]), *Cronologia Enciclopédica do Mundo Moderno – Período 1939/1959*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Guião de entrevista

- Escolaridade e memórias da escola
- Actividades da juventude, ocupação dos tempos livres, filiação a associações/clubes
- Trabalho(s) desempenhado(s) e satisfação com o(s) trabalho(s)
- Acontecimentos mais marcantes da trajectória de vida
- Pessoas mais influentes na trajectória de vida
- Projectos para a reforma
- Memórias da transição do trabalho para a reforma
- Significado da reforma
- Diferenças na vida antes e depois da reforma: perdas e ganhos
- Ocupação do tempo na reforma: actividades desempenhadas, actividades novas, frequência das actividades
- Idade desejada para se ter reformado
- Satisfação com as ocupações actuais
- Um cenário alternativo, um cenário ideal
- O que ficou por dizer

Diário de uso do tempo

Entrevistado: _____ Diário nº _____

Data (referente ao dia anterior à entrevista): __ / __ / ____

Actividades (espaço 1 hora):

__ h__ : _____
__ h__ : _____
__ h__ : _____
__ h__ : _____
__ h__ : _____
__ h__ : _____
__ h__ : _____
__ h__ : _____
__ h__ : _____
__ h__ : _____